



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
TERESINA-PIAUÍ

FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

**VIDAS MATÁVEIS:
JUVENTUDES E NARCOECONOMIA EM DEBATE NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE DOCENTES**

TERESINA

2017

FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

**VIDAS MATÁVEIS:
JUVENTUDES E NARCOECONOMIA EM DEBATE NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE DOCENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí/UFPI, para obtenção do grau de Doutor em Educação, sob orientação da Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim.

Linha de pesquisa: Formação de Professores e Práticas Educativas.

TERESINA

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

S725v Sousa, Francisco Waldílio da Silva
Vidas matáveis: juventudes e narcoeconomia em debate
na formação continuada de docentes / Francisco Waldílio da
Silva Sousa. – 2017.
162 f
Cópia de computador (printout).
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal
do Piauí, Teresina, 2017.
Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim.
1. Formação de Professores. 2. Juventude. 3. Drogas –
Prevenção. I. Título.
CDD: 370.71

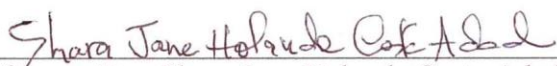
FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUSA

VIDAS MATÁVEIS:
JUVENTUDES E NARCOECONOMIA EM DEBATE NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE DOCENTES

Teresina, 24 de janeiro de 2017



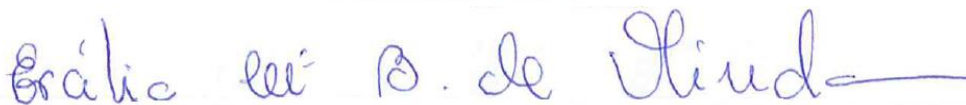
Professora Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim – UFPI
Presidente da Banca



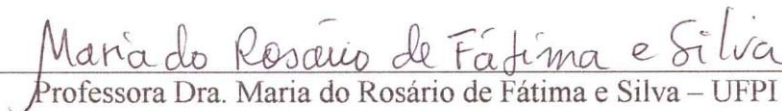
Professora Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad – UFPI
Examinadora interna



Professor Dr. Luis Carlos Sales – UFPI
Examinador interno



Professora Dra. Ercília Maria Braga de Olinda – UFC
Examinadora externa



Professora Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva – UFPI
Examinadora externa

Professor Dr. Antônio de Pádua de Carvalho Lopes – UFPI
Examinador interno (suplente)



Professor Dr. José da Cruz Bispo de Miranda – UESPI
Examinador externo (suplente)

Dedico este trabalho aos meus pais, Valdemar Inácio de Sousa e Maria de Lourdes da Silva Sousa, à minha esposa Mara Lúcia de Miranda Santos e aos meus filhos Vítor Siso de Mateus Sousa e Arthur Siso de Miranda Macedo Sousa.

AGRADECIMENTOS

A minha família, alicerce maior.

A minha esposa, Mara Lúcia de Miranda Santos, por sempre me apoiar e auxiliar, incondicionalmente, na renovação das forças para seguir essa longa travessia.

A minha orientadora, Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim, grande exemplo de profissional e ser humano. Muitíssimo obrigado, minha nobre professora por me ofertar, antes de tudo, uma amizade sincera.

A todos(as) os(as) docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, em especial à Professora Doutora Shara Jane Holanda Costa Adad e ao Professor Doutor Luis Carlos Sales, pelas muitas contribuições desde a qualificação à defesa desta tese.

À Professora Doutora Maria Ercília Maria Braga de Olinda da Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Professora Doutora Maria do Rosário de Fátima e Silva do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, pelas valiosas contribuições nas qualificações e na defesa desta tese.

Ao Professor Doutor Neuton Alves de Araújo da UFPI, pela participação e colaboração nas duas qualificações desta tese.

Às amigas de doutorado, Maria Gessi-Leila Medeiros e Maria da Cruz da Cunha Soares Laurentino, Edmara de Castro Pinto e Socorro Pereira da Silva, além do amigo de doutorado Jânio Jorge Vieira de Abreu, com os quais tive a honra de passar esses anos pesquisando e também vivenciando momentos de confraternização.

Aos amigos de longas datas, Avelar Amorim e Silmara Silva, pelas valorosas contribuições nas etapas de formação de docentes, cedendo com exímia maestria seus conhecimentos artísticos.

À Macelane Reis, pela amizade sincera, sempre disposta a ajudar nas traduções para língua estrangeira.

A todos os colegas da 5ª turma de Doutorado em Educação da UFPI.

À Universidade Federal do Piauí por ter proporcionado toda minha formação acadêmica, da Graduação ao Doutorado.

À Universidade Federal do Maranhão, a qual proporcionou-me a realização de um sonho, assumir, em caráter efetivo, o cargo de professor do magistério superior.

À Secretaria Estadual de Educação do Estado do Piauí (SEDUC/PI) pela parceria nesta pesquisa.

A todos que colaboraram nesse trabalho (docentes, discentes e outros atores/atrizes sociais), que, pela manutenção do sigilo que a ética na pesquisa nos exige, não estarei nominando.

RESUMO

O fenômeno da drogadição e, mais precisamente, das violências advindas das situações de tráfico de drogas carecem de ser analisados a partir de vários fatores, a exemplo, das injustiças, exclusões, preconceitos e desigualdades sociais. Esta pesquisa de cunho quanti-qualitativo é antes de tudo uma denúncia do quadro de extermínio de juventudes empobrecidas no Brasil que vivem em situação de narcotráfico. Diversos jovens em situação de vulnerabilidades sofrem com uma “epidemia de indiferença” e muitos são seduzidos por uma complexa rede criminosa - a narcoeconomia. Nesta tese abordo o papel de docentes de escolas públicas como agentes de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas. Como promotores dos Direitos Humanos e da cidadania, tais profissionais e outros atores/atrizes sociais são chamados/as a engajarem-se num ideal de transformação social, a partir da defesa de coletivos sócio-raciais, historicamente negligenciados pelas políticas públicas e tornados/as, assim, subcidadãos e subcidadãs. Ensejo, pois, o fortalecimento da tríade escola-família-comunidade, a partir de um plano específico de formação continuada de docentes. Dessa forma, as investigações que por esta iniciativa foram realizadas, cujo tipo insere-se numa perspectiva interventiva, têm como objetivo reflexões que possam, posteriormente, fomentar o desenvolvimento de práticas educativas com mães e pais de crianças, adolescentes, jovens e docentes no intuito de minimizar os fatores de risco e maximizar fatores de proteção no que se refere ao uso de substâncias psicoativas. Foram utilizados como instrumentos de produção de dados, entrevistas, questionários, oficinas, observação, relatórios, levantamentos estatísticos, entre outros. A metodologia reflexiva é perspectivada em Melucci (2001, 2005). O aporte teórico deste trabalho é composto ainda por Souza (2009) e Liberali (2010), que auxiliaram nas discussões acerca da formação docente. No que se refere ao narcotráfico, o diálogo foi estabelecido, sobretudo com Cruz Neto *et al* (2013) e Feffermann (2006). Sobre as juventudes, estabeleço diálogos com Melucci (1997), Groppo (2004, 2010, 2015), Cassab (2011), Adad (2011, 2013), Olinda (2013, 2014) e Bomfim (2006, 2014). A categoria “vidas matáveis” é constituída a partir das contribuições de Agamben (2007).

Palavras-Chave: Educação. Narcoeconomia. Juventudes. Formação continuada de docentes.

ABSTRACT

The phenomenon of drug addiction and more precisely the violence arising from drug trafficking situations need to be analyzed from various factors such as injustices, exclusions, prejudices, social inequalities, among others. This quantitative-qualitative research is, first and foremost, a denunciation of the framework of extermination of impoverished youths in Brazil who live in drug trafficking situations. A number of vulnerable youth suffer from an "epidemic of indifference" and many are seduced by a complex criminal network, narco-economics. In this thesis I discuss the role of teachers of public schools as agents of prevention of the misuse of psychoactive substances. As promoters of human rights and citizenship, these professionals and other social actors are called to engage in an ideal of social transformation, from the defense of socio-racial collectives historically neglected by public policies and become, Thus, sub-citizens and sub-citizens. I propose, therefore, the strengthening of the school-family-community triad, based on a specific plan for the continuous training of teachers. In this way, the investigations carried out by this initiative, which are part of an interventional perspective, aim to provide reflections that may later promote the development of educational practices with mothers and fathers of children, adolescents, youth and teachers in order to minimize the risk factors and maximize protection factors with regard to drug addiction. They were used as instruments of data production, interviews, questionnaires, workshops, observation, reports, statistical surveys among others. I will highlight some of the authors that make up the theoretical framework of this research: The reflective methodology is envisaged in Melucci (2001, 2005). The theoretical contribution of this work is composed by Souza (2009) and Liberali (2010) who helped in the discussions about teacher education; With regard to drug trafficking, dialogue was established, especially with Cruz Neto et al (2013) and Feffermann (2006); On the youths, I establish dialogues with Melucci (1997), Groppo (2004, 2010, 2015), Cassab (2011), Adad (2011, 2013), Olinda (2013, 2014), Bomfim (2006, 2014); The category "killable lives" is constituted from the contributions of Agamben (2007).

Keywords: Education. Narcoeconomics. Youth. Continuing education of teachers.

RESUMEN

El fenómeno de la adicción a las drogas y, más precisamente la violencia derivada de situaciones de tráfico de drogas deben ser analizados de diversos factores, tales como, las injusticias, la exclusión, los prejuicios, la desigualdad social, entre otros. Esta investigación cuantitativa y cualitativa es, ante todo, una queja de los jóvenes empobrecidos marco de exterminio en Brasil que viven en situación de tráfico de drogas. Jóvenes en situación de vulnerabilidad Varios sufren con la "epidemia de indiferencia" y muchos están seducir por una red criminal compleja, narcoeconomía. En esta tesis nos acercamos al papel de los maestros de escuelas públicas como agentes para prevenir el mal uso de sustancias psicoactivas. Como promotores de los derechos humanos y la ciudadanía, tales profesionales y otros actores / actrices sociales son llamados / as a participar en un ideal de transformación social, de la defensa del colectivo de carácter racial históricamente olvidados por las políticas públicas y hechos / as, por lo tanto, sub-ciudadanos y subciudadãs. Oportunidad, por lo tanto, el fortalecimiento de la tríada escuela-familia-comunidad, a partir de un plan específico para la educación de los maestros de continuar. Por lo tanto, las investigaciones que con esta iniciativa se llevaron a cabo, cuyo tipo es parte de una perspectiva intervencionista, reflexiones objetivaproporcionar que pueden promover posteriormente el desarrollo de prácticas educativas con las madres y los padres de los niños, adolescentes, jóvenes y maestros con el fin de reducir al mínimo factores de riesgo y maximizar los factores de protección en lo que se refiere a la adicción a las drogas. Fueron utilizados como herramientas de producción de datos, entrevistas, cuestionarios, talleres, observación, informes, estudios estadísticos y otros. A continuación se destacan algunos de los autores que conforman el marco teórico de esta investigación: la metodología reflexiva se ve en Melucci (2001, 2005). La contribución teórica de este trabajo también se compone por Souza (2009) y Liberali (2010), que colaboró en las discusiones sobre la formación del profesorado; Se establece con respecto al diálogo tráfico de drogas, especialmente con la cruz Neto et al (2013) y Feffermann (2006); En la juventud, establecer diálogos con Melucci (1997), Groppo (2004, 2010, 2015), Cassab (2011), Adad (2011, 2013), Olinda (2013, 2014), Bomfim (2006, 2014); Las "vidas Matable" se compone de las aportaciones de Agamben (2007).

Palabras Clave: Educación. Narcoeconomía. Jóvenes. formación continúa de maestros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO OU REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS TRILHADOS -----	11
2. PREVENÇÃO ÀS DROGAS: NOVO DESAFIO À FORMAÇÃO DE DOCENTES---	21
2.1 Drogadição, Narcotráfico e Narcoeconomia: trabalhando alguns conceitos -----	25
2.2 A formação continuada de docentes na prevenção às drogas: aproximações teóricas ---	28
2.3 Jornada Escolar de Prevenção às Drogas: articulando práticas formativas -----	38
3. JUVENTUDES EMPOBRECIDAS E NARCOECONOMIA: SEDUÇÃO E SEDIÇÃO -- -----	67
3.1 Juventudes: conceitos, preconceitos e ambiguidades -----	68
3.2 Juventudes e narcoeconomia em debate na formação docente -----	78
4. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: JUVENTUDES EXTERMINADAS EM PAUTA NA FORMAÇÃO DOCENTE -----	107
4.1 Vidas matáveis no Brasil e os arautos do caos -----	109
4.2 Direitos Humanos e Extermínio de jovens: o que os docentes têm a dizer e fazer? -----	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	142
REFERÊNCIAS -----	147
APÊNDICES -----	155

1 INTRODUÇÃO OU REFLEXÕES SOBRE OS CAMINHOS TRILHADOS

Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem instituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado da pesquisa. Isto muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo. (MELUCCI, ano, p. ?).

Este estudo dá continuidade à pesquisa que realizei no Mestrado em Educação¹, no qual foram desenvolvidas atividades interventivas de prevenção às drogas, com pais e mães das crianças, adolescentes e jovens frequentadores da Casa de Artes e Culturas, situada no bairro Parque Eliane, zona sul de Teresina. A pesquisa de doutorado que ora apresento a comunicação de resultados, norteia-se pelo desejo de ampliar as experiências de diálogo, interação e intervenção, possibilitando, nesse sentido, a articulação de famílias, escolas e comunidades e os diversos sujeitos que as constituem.

Considero importante registrar que esta pesquisa insere-se dentro das ações do Observatório das juventudes, cultura de paz e das violências na escola – OBJUVE, que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisa “Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI)”, que trabalha com uma perspectiva de intervenção em realidades, onde ocorrem situações de violência nas escolas e em outros espaços envolvendo juventudes. OBJUVE e NEPEGECI são ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal do Piauí.

Os trabalhos no qual esta tese se insere divide-se em duas frentes: a formação de multiplicadores e a articulação/implementação de um conjunto de ações nas escolas e comunidades, sendo a primeira, em preparação à segunda². Alguns percalços (os quais serão explicitados a frente) lavaram-me a redefinir o projeto inicial, assim sendo, para fins desse

¹ Cursado entre 2011 e 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, PPGEd/UFPI sob orientação da Prof. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim.

² Dada à especificidade da pesquisa, é importante ressaltar que os trabalhos de intervenção nos contextos escolares que iniciei continuarão após esse processo de doutoramento, o que naturalmente poderá redundar em outras publicações. A segunda frente, que citei no corpo do texto, representa a continuidade das ações por este trabalho fomentadas, ou seja, a atuação da comunidade escolar, mobilizada pelos multiplicadores, para o fortalecimento de fatores de proteção ao uso de drogas e o ensino à reflexões sobre práticas de violências. Saliento que, por que questões justificadas no decorrer desta tese, esta segunda fase não irá compor o escopo desta pesquisa para fins de doutoramento.

doutoramento, a pesquisa delimitou-se ao planejamento/ criação da proposta do curso de formação de professores e à realização de parte do referido curso. Tal formação continuada com docentes deu-se numa escola públicas da rede estadual de ensino situada na cidade de Teresina.

Há mais de uma década venho desenvolvendo ações que buscam fomentar práticas educativas alternativas voltadas ao fortalecimento de fatores de prevenção e a minimização dos fatores de risco referentes ao uso de substâncias psicoativas. Nesta tese, estarei abordando a atuação de docentes como instância que desafia o/a professor/a, a situar-se como ator/atriz social engajado/a na transformação social dos contextos em que atuam, eis, pois, o objetivo maior deste trabalho: Proporcionar reflexões acerca das situações de violências e negligências por que passam muitas juventudes empobrecidas³ em contexto de drogadição no Brasil, em geral, e, em Teresina/PI, em especial.

As intervenções desenvolvidas nesta investigação procuraram fomentar reflexões de educadores/as e de jovens sobre o fenômeno da drogadição e sua ligação à situação de vulnerabilidades de jovens empobrecidos no Brasil, nesse sentido destaco os seguintes objetivos específicos: a) Planejar plano/s específico/s de Formação Continuada de Docente para atuar na maximização de fatores de proteção no que se refere à drogadição; b) Refletir sobre a sedução de juventudes empobrecidas pela narcoeconomia e sobre instinto sedicioso apregoado a tais segmentos populacionais; c) Refletir, a luz da Educação em Direitos Humanos sobre as juventudes empobrecidas exterminadas no Brasil.

As questões a seguir, entre outras, nortearam esta pesquisa: Como a formação continuada de docentes pode contribuir na compreensão da drogadição e articular planos específicos de atuação? De que forma a narcoeconomia tem afetado vidas de jovens empobrecidos no Brasil e no Piauí? Como a educação em Direitos Humanos pode contribuir para a compreensão da situação de extermínio de juventudes em situação de tráfico?

No que concerne à delimitação do objeto de estudo, o marco inicial que nos levou à definição do mesmo, nesta pesquisa, foi perceber que existe uma situação de dúvida, insegurança, medo de professoras e professores, e outros sujeitos da comunidade escolar, no que se refere ao fenômeno da drogadição e apesar de tais tensões serem comuns, em muitas situações nenhuma postura, no sentido de ações concretas são observadas por parte da comunidade escolar. Tal percepção se deu nas falas em momentos de informalidades, nas

³ Utilizei a expressão “jovens empobrecidos” em substituição a “jovens pobres”, acatando a sugestão de Shara Jane Holanda Costa Adad, na ocasião da segunda qualificação do doutorado, o expediente justifica-se pela compreensão de que em muitas ocasiões a classificação “pobre” para os jovens que assim se queira definir é realizada a partir de referências que lhes são apregoadas.

reuniões que participei em escolas, nas minhas palestras em diversas cidades do Piauí, inclusive nas minhas próprias experiências de vida.

Objetivei com esta pesquisa superar o “silenciamento”, a “indiferença”, a “inação” e construir com a escola propostas interventivas pautadas na escuta ativa e sensível. Este trabalho é, portanto, um reforço do meu comprometimento enquanto educador, em direcionar nosso olhar para lugares da periferia e para responder a um apelo de pais e mães de crianças, adolescente e jovens, de educadores e educadoras e outros profissionais da educação que solicitam o desenvolvimento de ações para a diminuição de fatores de risco quanto ao uso de drogas, em específico, e para o pleno exercício da cidadania em geral.

A relevância desta pesquisa dar-se, sobretudo, em razão de a mesma ter nascido de uma demanda do público ao qual se destina: professores/as, pais e mães e outros/as atores e atrizes sociais de Teresina, demonstrando, pois, uma relevância tanto social como acadêmica. Além da produção de conhecimento que esta investigação tem proporcionado a mesma mostra-se importante pela sua busca em tentar diminuir a distância entre comunidades/escola/família/juventudes cujos obstáculos ocorreram, entre outros fatores, devido às construções históricas que se tem delineado sobre estes segmentos, infâncias e juventudes, de forma geral, as instituições e as políticas públicas têm negligenciado as camadas menos favorecidas e não têm lhes dado nem mesmo o direito da fala.

Decorrente disso, entendo que qualquer pesquisa que se proponha a trabalhar a questão da prevenção às drogas precisa refletir de forma profunda sobre a cultura do público participante, pois as experiências de vida e valores dos envolvidos são importantes para que haja de fato a possibilidade de provocar nestes, mudanças de comportamento no sentido da proteção.

Em suma, nesta pesquisa defendo a tese de que, a articulação de uma rede de prevenção às drogas e de denúncia das situações de violências pode ser articulada em plano(s) específico(s) de formação continuada de docentes que inclua práticas educativas embasadas na pluralidade cultural, na multidisciplinaridade, na promoção dos direitos humanos e de cidadania para a valorização da vida por meio do fomento à reflexividade.

Nessa perspectiva, através de um curso de formação de multiplicadores em prevenção às drogas acredito ser possível estimular a construção de práticas educativas para a prevenção ao uso de drogas tendo em vista a promoção dos direitos humanos e de cidadania com a valorização da vida, desta forma friso o papel da formação continuada de docentes para a compreensão e abordagem das diversidades e as desigualdades sociais. Tal formação deve ser voltada à construção coletiva de conhecimento (que possam estar sendo transformados em

práticas educativas) sobre as seguintes temáticas: Direitos humanos e de Cidadania, Narcoeconomia e vulnerabilidades de jovens empobrecidos, Violência urbana entre outros.

No que tange à abordagem qualitativa na pesquisa científica, observo como profícuo visto que o olhar reflexivo, ou seja, a busca em compreender, em sua complexidade, as relações humanas que se estabelecem no âmbito social, são “tarefas” fundamentais na pesquisa social.

Tal abordagem busca considerar a historicidade dos sujeitos, cujas relações são constituídas a partir de crenças e de valores próprios do espaço em que estão inseridos, e se empenha também em decifrar, em sua profundidade, por meio de procedimentos e técnicas, os aspectos subliminares que se apresentam nas tessituras dessas relações, elegendo o diálogo como valor ético fundante.

O referencial teórico-metodológico desta pesquisa tem como base a sociologia reflexiva. A propósito, Melucci (2005) ao questionar de onde vem o interesse pela pesquisa qualitativa, observa que a necessidade de qualidade se origina “nas diversas modalidades com que nos referimos a questões sociais contemporâneas” (p. 28). O autor em tela ainda registra que,

Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 29).

Seguindo a mesma linha de raciocínio do aludido autor, acrescentamos que a qualidade na pesquisa social se refere a “ação social” que se vincula à capacidade dos sujeitos da pesquisa de construir “o sentido da ação no interior das redes de relações que permitem partilhar a produção de significados” (p. 40). Entendo nestas análises “meluccianas” uma crítica ao estruturalismo, o qual percebe os sujeitos como capazes de “fugir” dos condicionamentos sociais que “determinam” suas vivências, seus destinos. Em outras palavras, o autor ao propor um realismo crítico, opõe-se à concepção reprodutivista da sociedade, como tão bem podemos observar:

Nas ciências sociais o emergir de um ator social reflexivo parece estar no centro da atenção como eixo em torno do qual gira as questões contemporâneas e em torno do qual estão se modificando as práticas de pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 40).

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, apresentou um enfoque de investigação-ação, “termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (TRIPP, 2005, p. 445-446).

Deixo-me ser afetado pelas referências teóricas e sirvo-me delas e não necessariamente ponho-me a serviço destas. Há teorias próprias em cada lugar/espço/contextos observados, analisado. Estes territórios constituem-se e vão se constituindo plasticamente no seu próprio devir. Os aportes teóricos auxiliam na compreensão da realidade estudada, mas não necessariamente são engendrados a partir desta, portanto são aproximações possíveis.

Outro aspecto interessante na pesquisa social é estar consciente de que o método não precede a experiência. O caminho trilhado é sempre construído dinamicamente e singularmente. Marília Sposito e Nilton Fischer ao prefaciarem *A invenção do Presente* de Alberto Melucci (MELUCCI, 2001) observam que este nos instiga a superar os referenciais existentes e ao mesmo tempo decompor a unidade empírica, tarefa complexa certamente, dada a própria complexidade das sociedades pós-industriais, pós-modernas ou líquidas como metaforiza Zygmunt Bauman.

Em meio a uma ampla proliferação do discurso de que “todos são iguais perante a lei”, presenciamos, no capitalismo, a sociedade mais desigual de toda a história, como registrado por Emir Sader ao prefaciado o livro de Mészáro (2005, p. 16). E nesse sentido, “na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar da individualização e de se recusar a participar do jogo da individualização está decididamente fora da jogada” (BAUMAN, 2001, p. 43).

Procurei estimular que os sujeitos partícipes, docentes e alguns discentes falassem de si e de suas próprias experiências, ou seja, que os mesmos dissessem sua própria palavra, num processo de produção de um campo de escuta e empatia. O norte dos diálogos foram situações relacionadas a sedução de juventudes pela Narcoeconomia Esta pesquisa foi pensada numa perspectiva de formação humana, por isso não centramos nos conteúdos, ou seja, em ensinar deliberadamente os tipos das drogas, os efeitos destas. O “mote” foi a reflexão sobre os sujeitos afetados pelo fenômeno da drogadição, sobretudo os jovens empobrecidos.

Melucci (2005, p. 29) cita que “os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos de ação”. Nesse sentido, este estudo buscou fomentar que os participantes compreendessem o contexto social, cultural, econômico e político que a drogadição se insere. Na pesquisa social, compreender é o caminho, é a chave

para a interpretação, nesse sentido não exercitaremos a tarefa de explicar, mas de entender, visto que a diferença entre ambas “pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimento e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso “[...] entender é desalienar-se, é decifrar [...]”, citou Emir Sader (p. 18) no prefácio de Mészáros (2005).

Sem dúvida, na pesquisa, uma das maiores dificuldades a serem superadas trata-se da escolha metodológica, ou seja, encontrar respostas para a pergunta-chave, “como pesquisar?” Macêdo (2012, p. 23-24) observa que a questão não é apenas como ‘coletar dados’ sobre a realidade, mas como colaborar para que a pesquisa se torne, ela própria, “um instrumento de mudança dessa realidade como, aliás, deve ser toda pesquisa”. Igualmente importante é percebermos a mudança que tais experiências proporcionam no próprio pesquisador, sobretudo em se tratando de pesquisas dessa natureza, qualitativa, nesse sentido considero oportuno para corroborar com os argumentos acima o seguinte raciocínio de Larrosa (2014, p. 74, grifo do autor):

A palavra "experiência" serviu a muitos de nós para elaborar uma distância a respeito do que poderíamos chamar de "a ordem do discurso pedagógico", esta ordem que está feita de modos de dizer e de pensar (e de olhar e de escutar, e de ler e de escrever, e de fazer e de querer) nos quais não podemos nos reconhecer. A palavra "experiência" nos serviu e nos serve para nos situar num lugar, ou numa intempérie, a partir da qual se pode dizer não: o que não somos, o que não queremos. Mas nos serviu também para afirmar nossa vontade de viver.

Larrosa (2002, p. 2) chama a atenção para o fato de que, na verdade, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”⁴. Esse autor ainda acrescenta que:

A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2002, p. ?).

Assim, “só aprendemos o que nos toca”, como asseverou ~~foi~~ a filósofa Viviane Mosé. Nesse sentido, para minha pesquisa de Doutorado implementei uma metodologia que tocasse as pessoas nas quais se dispuseram a ser partícipes/colaboradores/co-pesquisadores e

⁴ Larrosa (2002, p. 2) ainda assevera que “[...] experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “ce que nous arrive”; em italiano, “quello che nos succede” ou “quello che nos accade”; em inglês, “that what is happening to us”; em alemão, “was mir passiert””.

não meros “pesquisados”⁵. Como explicitado, essa pesquisa fomentou a reflexão dos mesmos sobre esse objeto específico, a “drogadição”, então, concluímos uma pesquisa de cunho interventivo, dentre as abordagens qualitativas, a mais adequada para obter os objetivos que proponho atingir.

Feitas as considerações, esta tese está dividida em cinco capítulos, contando com esta introdução e as considerações finais. A seguir apresento os capítulos II, III e IV.

Em PREVENÇÃO ÀS DROGAS: NOVO DESAFIO À FORMAÇÃO DE DOCENTES, abordo a Formação Continuada de Docente para Prevenção às Drogas, temática imprescindível no que tange aos desafios educacionais da contemporaneidade. Apresento nesse capítulo um plano específico de formação continuada de docentes no intuito de possibilitar reflexões acerca da atuação da Escola como possível esfera articuladora de ações que possam minimizar os fatores de risco em relação ao uso indevido de drogas, bem como fortalecer os fatores de proteção de crianças, adolescentes e jovens frente a tal fenômeno.

Em JUVENTUDES EMPOBRECIDAS E NARCOECONOMIA: SEDUÇÃO E SEDIÇÃO, apresento a comunicação dos resultados de investigações inerentes a questão das juventudes empobrecidas em contexto de narcoeconomia. Para a elaboração desse capítulo foram utilizadas/as, em diálogo com uma bibliografia especializada, dados provenientes da realização de uma formação de docentes (uma etapa de formação de docentes na Unidade Escolar “A”), além de uma breve explanação teórica a cerca da categoria juventudes e ainda minhas próprias memórias (quando eu caracterizo o cenário pesquisado).

Em EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: JUVENTUDES EXTERMINADAS EM PAUTA NA FORMAÇÃO DOCENTE, abordo o homicídio de jovens empobrecidos como um traço da epidêmica negligência com este segmento social no Brasil na atualidade. Este capítulo está voltado a investigar a temática Drogadição, Juventudes e Direitos Humanos na formação continuada de docentes, como caminho reflexivo às práticas de extermínio das juventudes empobrecidas no Brasil. A produção de dados compreende uma etapa de formação de docentes na Unidade Escolar “A”, a roda de conversa com jovens detentos da Unidade de Ressocialização Jorge Vieira, em Timon/MA e duas entrevistas semiestruturadas com autoridade ligada às políticas drogas no Estado.

Minha trajetória na pesquisa científica iniciou-se, ainda de forma bastante incipiente, nos dois últimos semestres da graduação em História, realizada na UFPI, cuja conclusão deu-

⁵ Chamo de partícipes/colaboradores/co-pesquisadores as pessoas que participaram das formações na Unidade Escolar “A”, no entanto o termo genérico “sujeitos da pesquisa” englobam outras pessoas como entrevistados, observados, os detentos nos quais tive apenas um único encontro, dentre outros)

se em 2008. Em tal período eu estava pesquisando um tema pouco original, *a transferência da capital do Piauí e a fundação de Teresina*. O que movia meu interesse não era exatamente falar da transferência em si, mas do processo de “improvisação” da nova sede da província, para questionar a “consensual” tese de capital planejada. Enfim, isso pareceu não encontrar substância argumentativa numa pesquisa de monografia, finalizei, pois, a referida investigação, a aprovação veio e pensei que logo retomaria essas questões, mas, outros ventos, inesperadas brisas, trouxeram-me outro objeto de estudo, que me exigiu migrar para outra área do conhecimento e também buscar outras propostas metodológicas.

O novo objeto, cujo contato mais constante deu-se a partir de 2010, quando concorri, e logrei êxito, ao mestrado, relaciona-se ao fenômeno da drogadição cujo interesse específico concerne à questão da *prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativa* (objeto de pesquisa de meu Mestrado). A Educação passou a ser minha nova área de atuação e a construção deste novo objeto deu-se processualmente. Tudo que pensei na proposta inicial continuou, mas nada do mesmo jeito. Logo vi, nesse período já menos incipiente desta trajetória que devemos praticar o desapego, ou seja, não “agarrar-se” deliberadamente à categorias preestabelecidas (ou forçar a comprovação de sua hipótese ou suposição) e preparar-se para o imprevisto, que, aliás, é o que mais tem me fascinado nessa trajetória de pesquisa.

Em suma, a delimitação do objeto de pesquisa não se deu, de forma precípua, numa reflexão solitária, mas, nas experiências com os outros, com aqueles que viriam a ser “sujeitos”, partícipes de nossas investigações. O objeto então foi tomando forma pelo olhar dos outros, com o auxílio dos outros e para a transformação dos outros⁶. Quando disso tive clareza, veio a certeza de onde queria chegar, e assim diminuíram as dúvidas quanto ao caminho a seguir.

Diante da observação do contexto que me inseri, a comunidade acadêmica, científica, logo percebi que seria preciso “manter” um objeto, visto que uma vez “construído”, “nascido” esse novo “ser” não iria muito longe sem alguém que se proponha a sustentá-lo. Objetos de pesquisa não são seres autotróficos (metaforizando com os cyanobacterias, protoctistas e plantas, os quais produzem seus próprios alimentos) eles precisam de provedores, por certo ou incerto tempo e tais provedores (pesquisadores) carecem de outros, que por sua vez carecem

⁶ Eis aqui a resposta para minha escolha em utilizar o verbo na 3ª pessoa, visto que essa trajetória foi e está sendo constituída/elaborada/*con-vivenciada* por vários sujeitos, uns mais diretamente outros mais indiretamente, por isso estou convicto de que esse trabalho é, indubitavelmente, uma construção coletiva.

de outros e assim está formada a teia alimentar, uma sequência de organismos interligados. Assim é a ciência.

Para discorrer sobre as carências que ainda necessito trabalhar nessa trajetória de pesquisa, reporto-me as pesquisas de cunho interventivo. Uma das críticas comuns referentes a essa abordagem é aquela na qual a observa como uma prática investigativa que há mais “ação” que pesquisa. Não vejo a observação acima exposta numa perspectiva reducionista como se tal crítica estivesse a exigir **mais** teoria ou **menos** prática, nesse tipo de pesquisa, apesar de “suspeitar” que há, de certa forma, um cariz ortodoxo nessa observação, influenciado, talvez, por concepções científicas que ainda “desconfiam” da flexibilidade dos métodos qualitativos de pesquisa (e da sua não sujeição a receitas prontas, caminhos únicos, destino previsíveis), ainda ponho-me a procurar compreender como tais intervenções em uma dada realidade pode produzir dados e de que forma esses dados serão analisados, interpretados e, sobretudo, como os conhecimentos construídos nesse processo estão a ensejar a construção de outro mundo possível. Nesse processo, ainda destaco, o estágio/etapa da comunicação dos resultados, momento de por à prova, à validação das *epistemes*, o produto da pesquisa.

Quanto à escolha da metodologia, isto tem a ver com o próprio objeto, *as juventudes e a narcoeconomia como pauta na formação de docentes*. E a pesquisa de cunho interventivo possibilitou atingir, não sem percalços, os objetivos dessa pesquisa, os quais buscaram colaborar para transformações sociais, a partir de intervenções em contextos escolares, esse foi o principal critério para a definição do caminho metodológico a seguir.

A figura do orientador é parte fundamental nesse processo de formação do pesquisador, todavia ressaltamos a importância de sermos capazes de perceber que, seja na condição de orientador ou orientando, não deixaremos de ser pesquisadores em construção e sujeitos necessitados do outro. Sobre esses mais de seis anos (contando o mestrado e o doutorado) de relação com Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim, minha orientadora, usufruí ao mesmo tempo de uma amizade sincera e de uma professora competente, dedicada e sempre ativa, uma mulher que desconhece o limite do acolhimento e “pesa a mão” na dosagem do direcionamento à dimensão do sensível.

Para finalizar essa introdução, digo que com a consciência da própria incompletude e liquidez, quero sempre estar de olho no "cadinho", onde são derretidos os corpos solidificados e de onde emergem matérias fluidas, cambiantes e nômades (BAUMAN, 2001). Meu intuito não é implodir as metanarrativas, mas, não as deixar guiar deliberadamente nossas reflexões e práticas. Entendo que o pesquisador deve ser capaz de sempre observar se a vereda que está a

seguir, única, linear, oferece cruzamentos, encruzilhadas e, ao chegar à frente de uma, ser capaz de inventar uma terceira via e depois tantas outras que precisar.

2 PREVENÇÃO ÀS DROGAS: NOVO DESAFIO À FORMAÇÃO DE DOCENTES

Ainda me lembro aos três anos de idade
 O meu primeiro contato com as grades
 O meu primeiro dia na escola
 Como eu senti vontade de ir embora

Fazia tudo que eles quisessem
 Acreditava em tudo que eles me dissessem
 Me pediram para ter paciência
 Falhei
 Então gritaram: - Cresça e apareça!

Cresci e apareci e não vi nada
 Aprendi o que era certo com a pessoa errada
 Assistia ao jornal da TV
 E aprendi a roubar pra vencer
 Nada era como eu imaginava
 Nem as pessoas que eu tanto amava
 Mas e daí, se é mesmo assim
 Vou ver se tiro o melhor pra mim.
 [...]

Beberam meu sangue e não me deixam viver
 Tem o meu destino pronto e não me deixam escolher
 Vem falar de liberdade pra depois me prender
 Pedem identidade pra depois me bater
 Tiram todas minhas armas
 Como posso me defender?
 Vocês venceram está batalha
 Quanto à guerra,
 Vamos ver⁷

Este capítulo aborda a Formação Continuada de Docente para Prevenção às Drogas, temática esta, que assume atualmente um espaço imprescindível quando se pensa na construção de parâmetros educacionais que contemplem e atuem frente aos desafios da contemporaneidade.

O desafio maior aqui enfocado trata-se da lida com o fenômeno da drogadição e da sedução de juventudes pela narcoc economia, o que nos últimos anos tem representado um dos grandes problemas sociais no Brasil. Nesse sentido esta pesquisa possibilitou reflexões acerca da atuação da Escola como possível esfera articuladora de ações que possam minimizar os fatores de risco em relação ao uso indevido de drogas, bem como fortalecer os fatores de proteção de crianças, adolescentes e jovens frente a tal fenômeno.

⁷ Música *O Reggae* da Banda Legião Urbana (compositor Renato Russo), CD lançado em 1985 pela gravadora EMI (faixa 07).

Caccia-Bava (2006, p.64) assevera que “a formulação de políticas públicas de proteção dos jovens ameaçados pela narcoeconomia poderia ser referência para todas as políticas locais para a juventude”. O Estatuto da Juventude - Lei 12.852/2013 - (BRASIL, 2013, p. x, grifo nosso) faz referência à palavra “droga” em 6 (seis) dos 11 (onze) incisos do Art. 20 (Seção V - Do Direito à Saúde), a saber:

IV - garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras **drogas**, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino;

VI - capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras **drogas** pelos jovens;

VII - habilitação dos professores e profissionais de saúde e de assistência social para a identificação dos problemas relacionados ao uso abusivo e à dependência de álcool, tabaco e outras **drogas** e o devido encaminhamento aos serviços assistenciais e de saúde;

VIII - valorização das parcerias com instituições da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras **drogas**;

X - veiculação de campanhas educativas relativas ao álcool, ao tabaco e a outras **drogas** como causadores de dependência; e

XI - articulação das instâncias de saúde e justiça na prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras **drogas**, inclusive esteróides anabolizantes e, especialmente, crack.

O referido Estatuto preconiza ainda em seu Art. 37, Seção XI, referente ao Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça que, “todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental [...]” (BRASIL, 2013, p. x), o cenário que se apresenta é o oposto para dezenas de milhares de jovens brasileiros que de alguma vivem em contextos sociais negligenciados pelo sistema de proteção social do estado brasileiro.

É razoável afirmar que atualmente, a formação docente, de uma maneira geral, não parece estar “atenada”, “ligada” às novas formas de sociabilidades juvenis e aos principais problemas que interferem diretamente nas experiências e vivências de tais segmentos populacionais. É curioso observamos que mesmo as drogas estando representando um “visível” e “insofismável” problema social nos dias atuais, inclusive afetando o desempenho escolar de muitos/as alunos/as e interferido de forma negativa nas suas trajetórias de vida,

ainda são incipientes Práticas Educativas que atuem na compreensão e no enfrentamento e do fenômeno citado.

Partindo destas premissas, procurei, à luz de uma bibliografia especializada, estabelecer diálogos com professores e professoras da rede pública estadual de ensino do Piauí no intuito de ouvir as suas demandas, suas sugestões, suas dúvidas e, assim, pensamos coletivamente numa proposta de formação de docentes que colabore para que a comunidade escolar como um todo implementem intervenções de prevenção ao uso indevido de substância psicotrópicas.

Indubitavelmente, a “inclusão da temática da drogadição na formação continuada de educadores justifica-se pelo crescimento do consumo de drogas entre crianças e adolescentes” (SUDBRACK; GUSSI, 2013, p. 26), nesse sentido, tal formação pode, assim, possibilitar que a atuação desses professores inclua Práticas Educativas que reflita sobre as experiências e convivências de seus alunos/as na família, na escola, na comunidade, e entre amigos/as, sobre aspectos relacionados aos fatores de risco e fatores de proteção ao uso de drogas e sobre a importância (e vantagem) de se adotar um estilo de vida saudável (SOUSA, 2013, p. 28) e, ainda, refletir sobre suas escolhas/ decisões/ práticas.

A prevenção às drogas consiste em um conjunto de atitudes e práticas interdisciplinares (no que se refere às áreas do conhecimento) intersetoriais⁸ (no tocante a atuação das instituições públicas e privadas) e interpessoais (no que diz respeito aos segmentos da população, atores e atrizes sociais envolvidos). É notório que quaisquer ações dessa natureza precisam ser levadas a cabo por toda a comunidade, visto que atividades desenvolvidas de forma isolada não tem conseguido dar respostas satisfatórias na lida com o fenômeno da drogadição. Faz-se necessário que seja pensada e posta em prática, pela sociedade como um todo e, em específico, pelas escolas em conjunto com as famílias, outras formas de sociabilidade, de lazer, de entretenimentos pautados em hábitos que possam proporcionar qualidade de vida e saúde. Nesse sentido, corroboramos com os pensamentos de Dalbosco e Pereira (2013, p. 4), ao explicitarem que:

[...] a prevenção não é uma prerrogativa apenas dos especialistas, pois todos nós, cidadãos, somos aptos a realizar ações preventivas em algum âmbito. Pensar em uma escola saudável é dialogar com todos os atores que fazem

⁸ Intersetorialidade: o sentido da corresponsabilidade O conceito de intersetorialidade surge como uma estratégia possível para integrar políticas públicas e responder efetivamente aos problemas e às vulnerabilidades de um determinado território. A intersetorialidade é a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito convergente em situações complexas visando ao desenvolvimento, superando a exclusão social”. (Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, p. 61).

parte de seu contexto de inserção, valorizando os recursos disponíveis e as parcerias possíveis com os diversos pontos da rede social e comunitária.

Prevenção não se resume em mera “indução à abstinência”, realizado por profissionais especialistas na área, mas também em proporcionar que seja evitado o uso em idades menores, visto que o risco de danos pode ser potencializado nessas faixas etárias, dada a maior situação de vulnerabilidade. Além de o corpo infantil organicamente ser mais suscetível aos danos causados por psicotrópicos, também apresenta-se como “elemento potencializador” dos riscos da drogadição em faixas etárias menores, a questão da imaturidade para discernir o complexo fenômeno no qual está se inserindo. Nessa perspectiva, Sudbrack e Gussi (2013, p. 26) assim se reportam a esse respeito:

As pesquisas revelam uma precocidade na idade da primeira experimentação, o que aumenta, consideravelmente, os riscos do uso abusivo com os consequentes danos à saúde de crianças e adolescentes, problemas de relacionamento e de violência, queda no rendimento escolar e evasão escolar, entre outros. Os estudos epidemiológicos sobre a realidade do uso de drogas pela população brasileira apontam para a necessidade de ações de prevenção e promoção da saúde no âmbito da comunidade escolar.

Segundo a UNODC (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime), na publicação *Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas* devem ser voltadas “a evitar ou retardar o início do uso de drogas, ou, se já iniciaram, evitar que desenvolvam transtornos (por exemplo, a dependência)” (UNODC, ano, p. 4). Nessa mesma página, esse mesmo documento ainda registra que:

[...] a prevenção do uso de drogas [...] busca o desenvolvimento seguro e saudável de crianças e jovens, de forma que percebam seus talentos e potenciais, tornando-se membros que contribuam para o bem de suas comunidades e da sociedade. Um sistema eficaz de prevenção do uso de drogas contribui significativamente para que crianças, jovens e adultos participem de forma positiva nas atividades familiares, escolares, comunitárias e no ambiente de trabalho.

Assim, entendo que se faz necessário incluir na noção de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas reflexões sobre qualidade de vida e hábitos de vida saudável, ou seja, como já frisei, entendo que a prevenção deve ser pensada não como mera “pregação” do não uso, mas como fomento a autorreflexão, sem falácia, amedrontamento e/ou enquadramentos de natureza moral. Observemos, pois, que estou a me reportar prioritariamente ao indivíduo, ao ser humano e não focando o produto, a substância, esta

sempre irá existir, mas, é possível, no meu entendimento, construirmos gerações mais conscientes e menos vulneráveis aos fatores de risco no que tange ao uso de drogas.

Prevenção às drogas é, portanto, toda e qualquer ação realizada que possa “[...] evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso, abuso ou a dependência e os prejuízos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas” (SENAD, 2007, p. 21). Em outras palavras, a prevenção não consiste apenas na indução do não uso. Retardar o uso para a idade adulta, ou para uma faixa etária que represente menos vulnerabilidade ou ainda possibilitar reduções nos níveis de consumo ou mesmo um uso menos abusivo, também se enquadra em práticas preventivas⁹.

É, pois, de fundamental importância, a partir de formações continuadas específicas nessa temática, a criação de contextos de prevenção ao uso indevido de psicotrópicos¹⁰ que possam possibilitar a “reflexão sobre si e sobre os outros, [...] reflexão sobre relações interpessoais entre amigos, família, comunidade, escola”. No meu entender a prevenção é um exercício de “fala sobre vida, sobre saúde, bem-estar, portanto, sobre a possibilidade e a importância de se adotar um estilo de vida saudável” (SOUSA, 2013, p. 20).

2.1 Drogadição, Narcotráfico e Narcoeconomia

Para iniciar às reflexões desse tópico, apresento um esquema gráfico (Gráfico 1), apenas para efeito didático, no intuito de colaborar para a compreensão das categorias que serão abordadas neste instante. Friso que o mesmo não pretende

A título de esclarecimentos, drogadição é uma expressão que está ainda muito vinculada à área da saúde, portanto, é como concebido como uma patologia assim definida¹¹ “transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas”. As ações de “recuperação” de drogadito/a mais comuns no Brasil

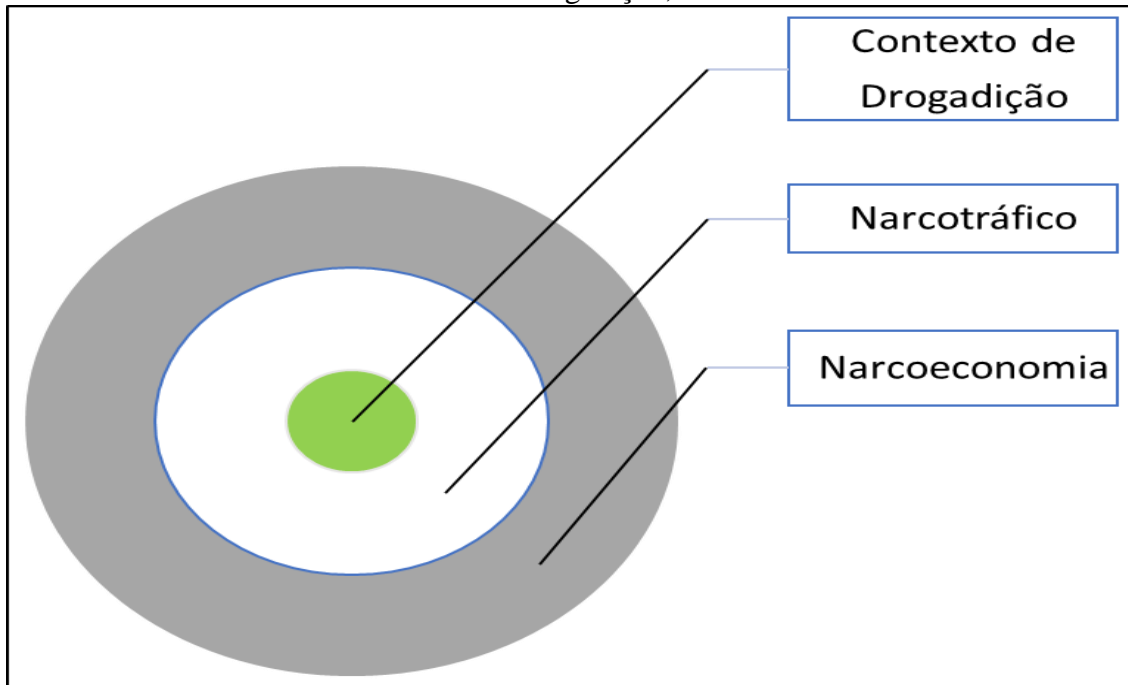
⁹ Sobre estas questões vale destacar que as práticas de prevenção às drogas se dividem em três níveis, a definir: **Prevenção primária** - quaisquer atos destinados a diminuir a incidência de uma doença numa população, reduzindo o risco de surgimento de casos novos **Prevenção secundária** - quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência de uma doença numa população reduzindo sua evolução e duração **Prevenção terciária** - quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência das incapacidades crônicas numa população, reduzindo ao mínimo as deficiências funcionais consecutivas à doença”. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/tipoprev.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

¹⁰ Nesta tese utilizamos as expressões “drogas”, “substâncias psicoativas”, “psicotrópicos”, “entorpecentes” e “narcóticos” como sinônimos, visto que não discutimos as eventuais distinções do ponto de vista farmacológico e/ou fisiológico ou ainda semântico que as mesmas possam ter.

¹¹ “CID 10 (Catálogo Internacional de Doenças) no seu Capítulo V (F-10 a F-19). Disponível em: <http://www.medicinanet.com.br/cid10/1520/f19_transtornos_mentais_e_comportamentais_devidos_ao_uso_de_multiplas_drogas_e_ao_uso_de_outras_substancias psicoativas.htm>. Acesso em: 4 jan. 2017.

tem sido desenvolvidos pelas Comunidades Terapêuticas cujo procedimento basilar é a abstinência (LINS; SCARPARO, 2010, 268-269).

Gráfico 1 – Diferenciando contexto de drogadição, narcotráfico e narcoeconomia



FONTE: Elaborado pelo pesquisador.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) apresenta outras modalidades de tratamento, como os ofertados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), além de hospitais gerais e hospitais psiquiátricos, Tratamentos psicoterápicos, Tratamentos farmacológicos além de outros (BRASIL, 2014, p. 6), destaque ainda os Grupos de Autoajuda e os trabalhos religiosos (igrejas, terreiros e outros templos) que também têm se colocado como possibilidade/alternativa de tratamento e “cura” da drogadição. Há ainda que se destacar as políticas de Redução de Danos¹² (RD) que tem como estratégia o respeito e garantia do pleno exercício de liberdade individual, entendendo que se não for possível impedir/evitar que o sujeito faça o uso que ao menos sejam criadas condições de se minimizar os possíveis danos causados pelo consumo de drogas.

Observa-se que a drogadição, nas abordagens acima expostas, não se trata de qualquer nível/tipo de consumo de substâncias psicotrópicas, mas a situação de dependência química¹³

¹² Para mais informações acerca dessa estratégia acessar: <<http://abordabrasil.blogspot.com.br/>> que é o site da Associação Brasileira de Redução de Danos (ABORDA).

¹³ MacRae e Gorgulho (2003, p. 6) criticam a expressão “dependência química” por considerá-la demasiadamente redutora.

ou toxicomania, entretanto, esclareço que neste trabalho estarei utilizando a expressão “contexto de drogadição” para referir-me genericamente a territórios/espços/situações de fornecimento e consumo de drogas consideradas ilícitas.

O termo Narcotráfico refere a circulação de drogas geralmente camuflada por tratar-se de um comércio ilícito. O tráfico de narcóticos é, em suma, empreitada de organizações criminosas que atua com uma capilaridade bastante eficiente, fazendo com que tais produtos cheguem nos mais longínquos rincões mundo a fora. Nesse sentido, Rodrigues (s/d, p. 10), explana que:

[...] as ‘empresas narcotraficantes’ que dominam a inteligência do negócio (aquelas que tem penetração nas forças de segurança e nas instituições políticas e financeiras e possuem saber acumulado das rotas para a droga e estratégias de ação) conformam o que os autores chamam de ‘setor oligopólico’, o mais rentável e menos violento.

O referido autor, nessa mesma obra, ainda registra que a violência maior se concentra no etapa de varejo nesta cadeia de distribuição, visto, que é nesse setor que há as mais violentas disputam por territórios e clientes. “Este é o ‘setor competitivo’, aquele que sofre as investidas policiais e que possuem atores facilmente substituíveis”.

Narcoeconomia, por sua vez, tem uma dimensão mais ampla e refere-se à economia ilícita movimentada pela cadeia produtiva das drogas, englobando os aspectos ligados a produção e distribuição do produto, bem como a imbricação de tais negócios em setores institucionalizados e ainda a realização de investimentos em outros segmentos ligados ao capital. Hardinghaus (1995, p.10) cita que “los grandes de la narcoeconomía han sido admitidos en el círculo de los hombres más ricos del mundo”.

A utilização do termo narcoeconomia de forma mais frequente nessa tese é também uma provocação no sentido de percebermos o paradoxo que nos encontramos: Estados (países) “combatendo” àquele que é um dos três negócios mais lucrativos do mundo na atualidade e que está intimamente ligado ao próprio Estado e seus representantes, como todas as iniciativas do capital. Rodríguez (2008, p. 114) assevera que, sobre essa problemática, “[...] a corrupta feição do Estado patrimonial, que visa à privatização do governo pelos clãs, foi a via expressa que deu ensejo, na Colômbia, ao Narco-Estado e que torna possível esse perigo no resto do continente, do México à Patagônia”.

2.2 A formação continuada de docentes na prevenção às drogas: aproximações teóricas

A atuação de professores e outros educadores/profissionais frente ao fenômeno da drogadição¹⁴ não tem acompanhado a crescente demanda de profissionais capacitados/especializados nesta área no Brasil. O “como atuar” ainda é uma dúvida para muitos, provavelmente, para a maioria dos professores. Tanto por não ter tido a oportunidade de uma formação específica como pelas fragilidades que algumas práticas formativas têm apresentado. Não proponho neste estudo apresentar um modelo generalista, pronto e eficaz em qualquer contexto, mas, realizo aqui algumas considerações, reflexões, e, por assim dizer, uma sistematização possível de propostas de intervenção, a partir de minha experiência¹⁵ nessa área, a prevenção às drogas.

Na percepção de Imbernón (2010, p. 34), os contextos educacionais passam por mudanças na atualidade, o que vem demandando outros conteúdos formadores, baseados mais em habilidades e atitudes, atentas a essa dinâmica, dando maior importância ao trabalho coletivo e à colegialidade. Não se pode pensar a docência sem levar em consideração os fatores da diversidade e dos contextos sociais, sem dúvida, elementos profícuos na formação. A formação continuada, em específico, requer um clima de colaboração entre os professores e demais atores e atrizes sociais que compõem a comunidade escolar.

Defino aqui a formação continuada como instância indispensável para a manutenção do docente como agente constantemente atento às dinâmicas sociais e às demandas curriculares e pedagógicas que estão sempre em transformação, pois estas são “elementos vivos”, complexos e sintonizados com a realidade social. A ação docente, a partir da formação permanente, contínua, é a demonstração de que a escola precisa pensada a partir da sociedade que a mesma constitui e não como um conjunto de programas inexoráveis e sem conexão com seu tempo e espaço.

Espera-se que o docente esteja adequado às novas ideias, políticas e práticas e esse é o papel da formação continuada de professores em uma nova época. Deve-se olhar para frente, analisando a teoria e a prática da formação, seus planos, suas modalidades e estratégias, visto que é percebido que em muitas formações não se verifica mudanças, reorientações, releituras

¹⁴ Evitamos usar as expressões comuns “combate”, “enfrentamento” às drogas e escolhemos o uso de “lidar com a drogadição”, “prevenção ao uso de drogas” por considerarmos que estas primeiras aproximam-se de posturas voltadas ao extermínio do produto, o que remete, por sua vez, à ideia, em vias de superação de “guerra às drogas”, já duramente contestada por educadores e outros especialistas.

¹⁵ Em 13 de Agosto de 2006, iniciei em Petrolina-PE, meu primeiro curso de Formação de Educadores Sociais pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd.

de mundo, assim, entendo, concordando com Imbernón (2010, p.38) que é necessário uma reestruturação que se inicie com posturas críticas.

Saliento, de início, que o fenômeno da drogadição não afeta de forma similar os indivíduos em situação social e econômica distintas. Estudos, como veremos mais a frente, têm comprovado que populações em situação de vulnerabilidades sociais têm sido as principais vítimas da narcoeconomia. Não estou afirmando que há quantidade maior de uso de drogas dessas camadas populares, mas, estas têm sofrido mais significativamente os problemas advindos desse fenômeno, desde os estigmas, rótulos e preconceitos, até as violências como furto, roubos, agressões e homicídios entre outros.

Diante de tal constatação, esta pesquisa tem voltado sua atenção ao fenômeno da drogadição entre as camadas menos favorecidas pelas políticas públicas em nosso país. Para dirimir qualquer possibilidade de sentido dúbio em minhas análises, enfatizo que não estou afirmando que só há problemas na drogadição entre pobres, ou que as drogas deixam os pobres mais violentos ou coisas afins. Apenas, estou inclinado a concordar que os contextos de vulnerabilidades sociais são os mais propícios a catalisar o potencial destrutivo e nefasto da narcoeconomia.

Assim, as interpretações e reflexões sobre drogadição apresentadas nessa tese estão plasmadas na discussão mais ampla das desigualdades sociais, enfatizo ainda, que a relação “maior pobreza e maior uso de drogas” não é adequada, todavia, é razoável propor que contextos de pobreza e injustiças sociais contribuem para agravar o problema da drogadição.

Este capítulo, ao investigar sobre o papel do/a professor/a na construção de uma sociedade mais justa, aonde os mais diversos segmentos populacionais exerçam de forma plena sua cidadania, visa traçar uma discussão sobre a formação docente em interface com as desigualdades e vulnerabilidades sociais, e, especificamente, com o fenômeno do uso indevido de psicotrópicos.

Hoje, o Brasil possui diversas diretrizes¹⁶ educacionais que trazem como objetivo criar condições para que os coletivos sociorraciais historicamente excluídos sejam efetivamente, mais que integrados, inclusos politicamente, socialmente e culturalmente através da educação, no entanto, este trabalho não irá discorrer sobre tais diretrizes, mas, o registro de tal informação é aqui considerado importante.

¹⁶ Destaco as diretrizes que abordam as seguintes modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Os conteúdos de tais diretrizes podem ser conferidos na íntegra no site: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12648:diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica&catid=192&Itemid=164> . Acesso em:

A temática formação de docentes foi escolhida para compor esse estudo por entender que esta área particular tem se consolidado como campo de reflexão acerca de possibilidade da construção de outro mundo possível, através de uma educação compreendida como ferramenta de transformação social, criadora de sujeitos socialmente e politicamente emancipados.

Emir Sader ao prefaciá-lo livro de István Mészáros, *A educação para além do capital*, realiza um questionamento muito significativo: “qual o papel da educação na construção de outro mundo possível?”; tal indagação sintetiza o intuito deste capítulo, que consiste em investigar sobre a educação enquanto instrumento profícuo, nos processos de desconstrução de paradigmas que reforçam a percepção de diversos coletivos sociorracionais como formas subalternas de existência.

Neste trabalho propus uma perspectiva educacional que contemple a diversidade como aspecto fundamental da vida em sociedade. Entendo que dessa forma podemos contribuir para a reorientação/ recriação de práticas pedagógicas, que possam potencializar a valorização da pluralidade das culturas e minimizar os efeitos da hierarquização das mesmas. Assim, concordamos com Malheiros e Alves (2008, p. 03) quando afirmam que “é na escola pública que o processo de reflexão se desenvolve pela prática dialógica e problematizadora, favorecendo diferentes leituras de mundo [...]”.

Essa reorientação passa pela superação do entendimento simplório de igualdade de direitos e pela compreensão da importância da diferenciação nos direitos. Nesse sentido, bem observa Boaventura Souza Santos, ao destacar que, “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Enfatiza assim o autor que se faz necessário “uma igualdade que reconheça as diferenças” e “uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (SANTOS, 2003, p. 56).

Tal superação está relacionada a outro modelo a superar: a mera igualdade de oportunidade. Garantir o “direito” de estudar na mesma escola, sujeitos em condições sociais, individuais e econômicas distintas, não garantirá o mesmo desempenho, tampouco os mesmos postos de emprego e *status* social. A igualdade de resultados aparece então como necessidade urgente.

Nesse sentido, a temática da prevenção às drogas na formação de docentes aparece como instância que desafia o educador reorientar sua própria concepção de educação, superando a mera prática docente voltada aos conteúdos das ciências, das epistemologias e inserindo-se em novos paradigmas, que incluam a dimensão do sensível e as reflexões sobre

as formas de existência dos sujeitos nela envolvidos. No entender de Malhaeiros e Alves (2008, p. 3), na verdade:

Com relação à formação dos professores constata-se algumas dificuldades para tratar pedagogicamente a prevenção ao uso indevido de drogas, as quais são compreensíveis ao considerar que a formação inicial dos mesmos é insuficiente, não sendo capaz de dar conta de conhecimentos científicos relacionados às drogas [...].

Os autores citados registram que “os cursos de licenciatura precisam investigar e compreender os principais problemas que afligem a humanidade e que de certa forma, são inerentes ao contexto escolar” (MALHEIRO; ALVES, 2008, p. 4). Deve-se considerar que existem lacunas deixadas pelos cursos de licenciatura no que tange a prevenção ao uso indevido de psicotrópicos, estas, devem ser preenchidas “no decorrer da profissionalização desses professores, por meio da formação continuada” [...]. Formações incipientes tendem “a desenvolver um trabalho acrítico, abordando a questão das drogas baseados em crenças pessoais, incorrendo muitas vezes em preconceitos e discriminações [...]” (MALHEIRO; ALVES, 2008, p. 4). Sobre essa problemática, encontramos em Sudbrack e Gussi (2013, p. 29) que:

O processo teórico-reflexivo tem seu marco na busca do reconhecimento do educando como sujeito em desenvolvimento, com pertencimento na família e na escola e protegido por políticas públicas. Para que esta concepção possa ser consolidada, é fundamental ressignificar a escola para o educador-cursista, intermediar processos para que se possam reconhecer as potencialidades da escola e seus atores, identificá-la como contexto de promoção da saúde e integrar temas sociais que favoreçam o desenvolvimento do aluno no planejamento das atividades escolares

Categorias como Desigualdades e Diversidades, campos conceituais complexos, devem ser pontos-chaves na formação do docente, a fim de que estes profissionais possam compreender os contextos de vulnerabilidade social, territórios aonde se concentram a maioria das escolas públicas.

É importante observar a diversidade existente dentro das próprias sociedades (nenhuma sociedade é homogênea). A segregação, o preconceito, a intolerância, o racismo e outras discriminações entre indivíduos que compõem uma mesma cultura são fenômenos comuns no Brasil. Assim como é prejudicial ser subjugado por outro de outra cultura, de outra sociedade, não é menos violento, constrangedor e trágico o subjugamento vindo de outro, mas da mesma cultura, da mesma sociedade.

O subjulgamento “pelo outro próximo” reúne aspectos que levam, invariavelmente, a transformação das diferenças em desigualdades em âmbito das relações interpessoais diárias, em casa, na rua, na escola, no trabalho, enfim, em se tratando de dimensões microssociais. A dominação e a exploração de diversos povos, por parte das culturas hegemônicas, ou seja, o subjulgamento “pelo outro de longe” criam formas de inferiorização que se apresentam, outrossim, catalisadores de desigualdades, de indiferenças, de violências em âmbito macro (políticos, sociais, econômicos), visto que tal situação não favorece o oferecimento aos seus indivíduos de melhores condições de existência.

Não aprofundarei neste estudo a discussão iniciada nos parágrafos anteriores sobre o subjulgamento de algumas culturas por outras culturas. Estarei, pois, discutindo sobre o subjulgamento/inferiorização de alguns indivíduos e/ou segmentos populacionais dentro de uma mesma cultura ou população. Todavia, não arriscarei a afirmar, *a priori*, qual desses processos de inferiorização no geral é mais prejudicial. Certamente, cada um deles tem sua “dose”, em diferentes aspectos de vilipendiosidade.

Neste trabalho não realizei um debate ampliando sobre o papel da educação na minimização dos problemas e mediação dos conflitos relacionados às desigualdades sociais, aos preconceitos de gênero e sexo, às intolerâncias étnico-raciais e religiosas e outras discriminações que criam um modelo padrão de ser humano: homem, branco, rico, urbano, católico, sem deficiência, culto. Entretanto, entendo ser fundamental para a compreensão da problemática da Narcoeconomia e sua interferência na vida de jovens empobrecidos, entender como nossa sociedade tem se estruturado e como as diferenças e as pluralidades tem se constituído como se fossem aspectos negativos.

Compreendo que “[...] a escola, como toda instituição social é permeada por relações de poder e necessita compreender suas atribuições neste contexto para atuar, intervir e realizar ações preventivas em consonância aos desafios atuais [...]” (MALHEIROS; ALVES, 2008, p. 4), assim, estas, necessitam de ações concretas e os seus agentes facilitadores, os educadores, não podem se furtar de pensar em práticas educativas que superem o cenário de indiferença, negligência e inércia frente a drogadição, tal atitude passa por uma formação de docentes que inclua esses elementos como prioritários.

O Eixo II, *Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos*, do Documento Referência da Conferência Nacional de Educação¹⁷ de 2014 afirma que essas

¹⁷ A segunda edição da CONAE foi realizada de 19 a 23 de novembro de 2014, em Brasília, e teve como tema central, o PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/a-conferencia>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

temáticas (Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos) constituem o eixo central da educação e objeto da política educacional, tal publicação observa ainda a importância da garantia de uma educação pública democrática e com qualidade. O referido texto (CONAE, 2014, p. 28). cita ainda que:

Historicamente, os movimentos feminista, indígena, negro, quilombola, LGBT, ambientalista, do campo, das pessoas com deficiência, dentre outros, denunciam as ações de violência, desrespeito aos direitos humanos, intolerância religiosa e toda forma de fundamentalismo, racismo, sexismo, homofobia (...) e segregação, que incidem sobre os coletivos sociorraciais considerados diversos.

Observamos, nessa perspectiva, que tais discussões: desigualdades, diversidade, exclusão social precisam ser levadas a cabo de forma concreta pelas políticas educacionais, e de forma específica pela ação do professor, isso indubitavelmente deve ser considerado em um contexto de atuação docente pautado na autonomia deste profissional. Apenas agindo de forma autônoma e assumindo seu papel de criador é que o docente pode intervir de forma mais eficiente no contexto o qual atua.

Esta categoria, *Autonomia de Professores*, entendo ser fundamental na construção de uma educação e formação de professores efetivamente voltada para a desconstrução de velhas práticas segregadoras e para a edificação de novos contextos sociais pautados na convivência de indivíduos diversos, múltiplos e singulares e com direitos iguais, isso irá colaborar sobremaneira para que tais educadores, como aqui propomos, concordando com Malheiros e Alves (2008, p. 5), possam abordar a “prevenção ao uso indevido de drogas de maneira crítica, histórica e pedagógica articulada aos conteúdos das diferentes disciplinas da Educação Básica”.

A respeito da autonomia de professores, Contreras realiza uma análise crítica, em diálogo permanente com outros teóricos. Sobre a docência e suas peculiaridades o mesmo a observa como uma atividade profissional específica, complexa e multifacetada. Tais análises, permeadas de discussões sobre reflexividade, criticidade, pesquisa, entre outras, contempla, de maneira geral, a suposta *autonomia* dos professores. Até que ponto somos formados para exercitar de forma autônoma nossas ações? É possibilitado ao professor uma formação que o deixe consciente de que é possível e preciso “ir além dos conteúdos” na maioria das vezes “engessados” nos programas dos livros didáticos?

A questão do *profissionalismo no ensino* é também discutida em Contreras (2002), este mostra que o “controle técnico” e a “desorientação ideológica” levam uma subtração de

qualidade no exercício da docência e que tais condições levam a perda ou mesmo a não conquista de autonomia por parte dos professores. Nesse debate, inclui-se uma questão precípua: “a separação entre concepção e execução”, imposta pela lógica racionalizadora (CONTRERAS, 2002, p. 33). O professor enquanto “executador” ainda é uma representação comum. A temática “Drogas”, por exemplo, comumente não encontra espaço nas mais variadas disciplinas, visto que estas são, na maioria das vezes, meros roteiros a serem seguidos à risca. Sobre essa discussão, para Malhaeiros e Alves (2008, p. 5),

Nas escolas, geralmente, predominam o reducionismo no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas. Enfatiza-se o viés biológico que privilegia as disciplinas de Ciências e Biologia, cujo foco principal é a descrição das drogas e seus efeitos danosos para o organismo. Esta abordagem trata as drogas como um fenômeno isolado, sem refletir sobre os contextos e os determinantes sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, étnico-raciais, religiosos e éticos envolvidos.

Para lidar no contexto atual, repleto de novos desafios, o professor, mais do que nunca, é chamado a assumir seu papel de produtor de conhecimento. Especificamente na realidade brasileira, tal postura é imprescindível, sobretudo em decorrência de necessidades urgentes de transformação social que não serão possíveis se se continuar a privilegiar aspectos conteudistas desvinculados da realidade dos educandos. Ainda no que se refere à falsa antinomia, concepção/execução, trago a discussão o elemento do currículo, um dos pilares das políticas educacionais¹⁸, este tem sido uma das linhas de atuação no que tange a Educação para a superação das vulnerabilidades, das desigualdades, visto que este não é um algo neutro, pois está vinculado à formação de subjetividades, portanto é um instrumento implicado nos processos de produção/reprodução da sociedade, como observa Melo (2009, p. 3).

É curioso observar que uma parcela significativa de professores apontam a drogadição como um dos principais problemas das juventudes atualmente, o que tem refletido nos destinos pessoais de muitos indivíduos, e esta temática ainda passa a largo da formação de docentes e/ou prática docente. Reflexões e práticas no sentido da minimização dos problemas relacionados a tal fenômeno devem ser priorizadas, no meu entendimento, na educação atual. Corroborando com esse entendimento, assim se reportam Sudbrack e Gussi (2013, p. 29):

O processo teórico-reflexivo tem seu marco na busca do reconhecimento do educando como sujeito em desenvolvimento, com pertencimento na família e na escola e protegido por políticas públicas. Para que esta concepção possa ser consolidada, é fundamental ressignificar a escola para o educador-

¹⁸ Ver Peroni (2003, p. 32).

cursista, intermediar processos para que se possam reconhecer as potencialidades da escola e seus atores, identificá-la como contexto de promoção da saúde e integrar temas sociais que favoreçam o desenvolvimento do aluno no planejamento das atividades escolares [...].

O problema existe e necessita ser enfrentado, mas, a “inação” ainda tem prevalecido em muitos contextos escolares, o que passa a ideia de que as escolas estão sempre à espera de soluções exógenas, de alguma ação “salvadora”, que se encontra alhures que não na capacidade dos próprios profissionais e outros atores e atrizes sociais que compõe a escola. Qualquer professor em qualquer disciplina pode e deve, em razão do exposto (a gravidade do fenômeno), pensar/conceber e implementar ações de prevenção às drogas para e com seus discentes. Como tão bem destacado por Malheiros e Alves (2008, p. 9-10),

Desta forma, é preciso tratar os conteúdos relacionados às drogas de uma maneira mais ampla, num processo de desconstrução e reconstrução de abordagens que contemplem as implicações e as inter-relações dos contextos sociais, políticos e econômicos. Assim, o entendimento sobre a prevenção ao uso indevido de drogas vai além das discussões do campo biológico e perpassa outras áreas do conhecimento como as Ciências Humanas e Exatas, possibilitando que as diferentes disciplinas da matriz curricular possam contribuir por meio de seus conteúdos.

Colabora ainda com tal perspectiva o raciocínio de Sudbrack e Gussi, (2013, p. 28), ao se reportarem a necessidade de integração, nas ações de prevenção às drogas as mais variadas áreas do conhecimento tendo como objetivo precípuo o exercício pleno da cidadania dos sujeitos envolvidos. Vejamos:

A promoção à saúde e a prevenção do uso de drogas são temáticas transversais que devem ser integradas ao currículo no conjunto de disciplinas, como também devem estar presentes nas diferentes séries da carreira escolar, contemplando o desenvolvimento da cidadania responsável, integrando o projeto de educação para a saúde e envolvendo a rede social da qual ela é parte integrante.

Souza (2009, p. 54), ao discutir as “Perspectivas para a *práxis* pedagógica da Universidade na Formação dos Professores”, observa a situação da diversidade cultural ou pluriculturalidade, enquanto novo contexto social no que tange a formação de professores e enquanto configuração social consolidada e caracterizadora da “pós-modernidade/mundo”, apresenta-nos complexa exigência de luta: a mobilização e organização dos oprimidos, excluídos, explorados, dominados, subordinados, interditados, para instaurar nova ética em relação à convivência entre os diferentes. Diante disso, surge a necessidade, segundo o

referido autor, de que se constituam novas lutas e movimentos sociais em busca da unidade na diversidade cultural, o mesmo observa ainda que a “pós-modernidade/mundo” há que ser tomado como conteúdo educativo da *práxis* pedagógica.

A ideia de diversidade cultural possui exigências ambíguas de humanização, que implica avanço dos níveis culturais, e desumanização, que avança nos riscos de fragmentação cultural, segundo Souza (2009, p. 56). O desafio posto não é só da *práxis* pedagógica, mas das possíveis formas de convivência que podemos construir, considerando as possibilidades da convivência dos diferentes com suas diferenças num contexto que supere as desigualdades econômicas e as exclusões histórico-culturais.

O saber pedagógico na Universidade brasileira, na análise de Souza (2009, p. 60), tem se firmado como um conhecimento específico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, o autor ainda registra que a Pedagogia é reflexão e teoria da educação e nesse sentido tem adquirido um estatuto epistemológico atualmente indiscutível.

O que Souza (2009) discute ao referir-se a “Ser professor” é justamente a questão da docência ser uma profissão específica, com campo próprio de conhecimento e de ação, por isso requer uma formação própria no âmbito universitário e não apenas uma formação superior, por isso exige uma formação consistente, adequada e de duração necessária. Se compreendermos que é, através da educação que “alcançaremos” outro modelo de mundo que não esse que inferioriza diversos coletivos sociorraciais considerados “de menor importância” ou ainda que não considere outros conhecimentos e saberes produzidos pelo homem/mulher, concebendo-os como algo “sem valor”.

É possível, e necessário, situarmos a formação docente no debate amplo sobre a construção de outro modelo de sociedade. Nesse sentido, concordamos com Silva (2012, p. 27) quando a mesma cita que:

Adotar a abordagem da diversidade cultural para se formar professores implica promover possibilidades de que os mesmos reconheçam as diferenças, e a partir delas realizem a orientação do processo de ensino-aprendizagem, tendo presente um ideário político e pedagógico, de uma educação que pense ações educativas capazes de atender a todos os alunos, pois tem como princípio lutar pela superação das desigualdades.

Certamente, uma pedagogia voltada às diversidades e atenta a minimização de problemas advindos das desigualdades, sobretudo as de natureza social, será capaz de auxiliar na compreensão da importância de valores, “como a solidariedade, igualdade, respeito ao

outro, a cooperação e o profundo valor do diálogo como método do reconhecimento do novo” (SILVA, 2012, p. 27).

Voltamos a Souza para registrar sua concepção de *práxis* pedagógica. O referido autor a conceitua como ação institucional da agência formadora de quaisquer formações, de que esteja encarregada por uma sociedade ou setores de uma sociedade. É a inter-relação de práticas de sujeitos sociais formadores que objetivam a formação de sujeitos que desejam ser educados (sujeitos em formação) respondendo aos requerimentos de uma determinada sociedade em um momento determinado de sua história, produzindo conhecimentos que o ajudem a compreender e atuar nessa mesma sociedade e na realização humana de seus sujeitos.

Souza (2009, p. 116) registra que a *práxis* pedagógica dar-se, na perspectiva de ação coletiva de formação humana, pelas relações (permeadas pela afetividade) “professor-aluno-conhecimento” no interior de uma instituição a partir de um contexto de diversidade cultural. A pesquisa da *práxis* pedagógica, nesse sentido assume sua importância visto que a mesma possibilita a potencialização das subjetividades dialogantes de sujeitos educativos diretos, indiretos e externos.

Liberali (2010, p. 28) discute sobre a importância de proporcionar aos formadores um processo de reflexão crítica, uma base teórico-prática para o trabalho a ser desenvolvido, bem como para o papel da linguagem nesse contexto cuja complexidade é imensa, agravada por tratar-se de uma organização linguístico-discursiva que não é, em geral, valorizada nos contextos escolares.

A autora propõe uma investigação, reflexão e transformação nas ações de coordenadores pedagógicos e outros profissionais de educação, através da compreensão do papel da linguagem na perspectiva crítica e reflexiva. Tal debate proporciona análise das características e dos papéis da reflexão nas relações entre a teoria e a prática profissional, criando espaços para que profissionais da educação experimentem um processo de reflexão sobre sua própria formação e ação cotidiana. Na verdade, o professor precisa tomar uma posição frente aos acontecimentos de forma a desenvolver possibilidades de transformá-lo, ou seja, tais questões relacionam-se com formas de atuação voltadas a justiça e igualdade (LIBERALI, 2010, p. 31). Além do mais, como interpretado por Liberali (2010, p. 32),

A reflexão crítica implica a transformação da ação, ou seja, a transformação social. Não basta criticar a realidade, mas mudá-la, já que indivíduos e sociedade são indissociáveis (...) ao refletir criticamente, os educadores passam a ser entendidos e entenderem-se como intelectuais transformadores, responsáveis por formar cidadãos ativos e críticos dentro da comunidade.

O saber docente é “plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”, assim define Tardif (2012, p. 28). Tais saberes são sempre temporais e plurais, heterogêneos e personalizados, situados em um contexto e carregam as marcas do ser humano. A busca pelo saber docente implica na interpretação do que está implícito nas condutas dos professores e nos objetivos da educação.

Entendo, portanto, que o professor é capaz de inventar, reinventar, reelaborar sua prática e, ainda, responder aos desafios da profissão, assumindo o papel de sujeito ativo de sua história, como observa Tardif (2012, p. 30), este autor afirma ainda, que os saberes pedagógicos são concepções oriundas de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa.

Neste sentido, destacamos que a atuação docente, mediada por tais saberes, deve ser orientada no sentido da luta pela garantia de educação que possa proporcionar melhores condições de vida para os segmentos populacionais historicamente excluídos e que, portanto possa auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas à diversidade, a justiça social, a inclusão e os direitos humanos e de cidadania. Tal postura, sem dúvida alguma demanda a realização de políticas em diversas áreas: educação, trabalho, saúde, cultura, habitação, lazer entre outras. Exige-se, portanto, o diálogo com os movimentos sociais e outras instituições no intuito de garantir a superação do preconceito e toda forma de discriminação e exclusão social e a valorização da diversidade (CONAE, 2014, p. 30).

2.3 Jornada Escolar de Prevenção às Drogas: articulando práticas formativas

Em 2012, quando ainda cursava o Mestrado em Educação, protocolei na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC um projeto intitulado Jornada Escolar de Prevenção às Drogas, entretanto algumas burocracias impediram que pudesse ter levado a cabo tais ações. Eis que em 2014, a referida secretaria entra em contato comigo e solicita informações de minha disponibilidade para a execução do referido projeto, tal expediente “encaixou como uma luva”, pois vi ali a possibilidade de apoio logístico e também financeiro para a execução de meu doutorado, que já previa atuar na área de formação de docentes.

A Jornada de Prevenção às Drogas e nas Escolas da rede estadual de ensino do Piauí foi pensada para ser desenvolvida através de um conjunto de ações que irão fomentar a tomada de consciência, sobretudo da juventude em idade escolar, sobre a importância de potencializar os fatores de prevenção às drogas e minimizar os fatores de risco. A Gerência de Inclusão e Diversidade – GID/SEDUC e o Núcleo de Estudos e Pesquisa “Educação, Gênero e Cidadania” – NEPEGECI/PPGE/UFPI forma responsáveis pelo planejamento e execução do referido projeto, que aconteceria, *a priori*, em 10 (dez) escolas do Piauí que fazem parte da rede de ensino pública estadual.

Em junho de 2015 foi então realizada no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Piauí uma solenidade de lançamento do Projeto Jornada Escolar de Prevenção às Drogas (Foto 1). Período em que foi iniciada a reorientação dessa pesquisa no que se refere aos espaços de atuação e sujeitos colaboradores de tal investigação acadêmica.

Foto 1 – LANÇAMENTO DA JORNADA ESCOLAR DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS



Fonte: SEDUC/PI

O evento contou com a participação de autoridades como a Secretária de Estado de Educação, Rejane Dias, o gestor da Coordenadoria Estadual de Enfretamento às Drogas do Piauí (CEDrogas), Sâmio Falcão, o Tenente-Coronel Baltazar Rodrigues Nogueira (Ex-Coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência- Proerd/PMPI e na ocasião representando o Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí), o Coordenador

da Fundação Fazenda da Paz e Ex-Presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, Célio Luis Barbosa, além de Diretores, Gerentes e professores da rede pública estadual de ensino e outras pessoas interessadas.

Na ocasião, apresentamos aos presentes, propostas de cursos de formação de multiplicadores e também de intervenções nas escolas e em outros espaços da comunidade (segunda etapa do referido projeto) no intuito da minimização dos fatores de riscos ao uso de drogas. Destacamos ainda um significativo comparecimento da mídia local, vejamos algumas menções,

A secretária, em entrevista, disse que o principal objetivo do projeto é o enfrentamento às drogas e a violência nas escolas. Disse ainda que a Secretaria Estadual da Educação (Seduc) vai preparar os docentes e os familiares para a questão da prevenção contra as drogas utilizando os melhores métodos. "Você não pode abordar um adolescente de qualquer forma para tratar uma questão tão complexa como essa", disse a secretária. Ela ainda explicou que ministrada a aula inaugural do Tribunal de Contas do Estado (TCE) porque se na escola não se souber abordar a questão das drogas de forma correta, pode despertar a curiosidade de alguns adolescentes. (PORTAL 180 GRAUS, 24/06/2015).

A implantação do projeto será feita em duas etapas, a primeira consiste na capacitação dos professores e a segunda na abordagem da temática da prevenção às drogas nas salas de aula. "Nosso foco é prevenção, os professores da rede serão capacitados para que posteriormente esta temática seja inserida nas escolas. Este projeto é genuinamente piauiense e irá trazer bons resultados no combate às drogas", afirma a gerente de Inclusão e Diversidade da Seduc, Natallí Oliveira. (PORTAL CIDADE VERDE, 23/06/2015).

O coordenador da CEDrogas (Coordenadoria de Enfretamento às Drogas), Sâmio Falcão, destaca a relevância da educação na prevenção às drogas. "A Seduc vem a somar no combate às drogas no Estado, tendo em vista que o traficante está também presente ao redor das escolas e o conhecimento é primordial para a prevenção, para evitar o primeiro contato com a droga", esclarece. (PORTAL SEDUC/PI, 23/06/2015).

Evidencia-se, diante das observações realizadas no decorrer dos encontros realizados e, em específico, na solenidade acima exposta, bem como nas falas destacadas pelos portais supracitados, um significativo interesse de adesão às ideias apresentadas, nessa perspectiva, passamos para a próxima etapa, definir quais seriam as Unidades Educacionais a receber os primeiros cursos de formação.

Ficou acertado, em encontros anteriores¹⁹, que a Jornada Escolar de Prevenção às Drogas (em suas duas etapas, formação de Multiplicadores e Intervenções preventivas ao uso de drogas) seria implantada tanto a capital como o interior do Estado do Piauí. Definiu-se que depois da Teresina (que também iria atender no que se refere à Formação de Multiplicadores, as cidades de sua região metropolitana²⁰) iríamos atender, não necessariamente nessa ordem, as cidades de Parnaíba, Barras, Picos, Floriano, São Raimundo Nonato e Bom Jesus, tendo como expectativa a ampliação gradual para outras cidades.

O projeto²¹ que organiza a Jornada Escolar foi protocolado na Seduc e enquanto aguardávamos os trâmites legais entramos em contato com as Gerências Regionais de Educação (GREs), que são unidades que descentralizam a administração da Rede Estadual de ensino, através destas, contatamos as escolas. Foi elaborada uma primeira proposta de cronograma para a realização dos cursos de formação de multiplicadores, entretanto foi impossibilitada a execução do mesmo devido, sobretudo, a não liberação do material necessário e outros recursos por parte da Secretaria de Educação. Segue o cronograma (Quadro 1), que havíamos planejando de início, que por razões *a posteriori* expostas, passou por redefinições.

Exceto a Unidade Escolar “C” e a Unidade Escolar “D” situam-se em cidades do interior do Estado, as outras escolas são localizadas em Teresina. A divisão/organização dos grupos de escolas para a realização dos cursos teve como principal critério a GRE a qual as mesmas são vinculadas. Os/as primeiros/as agentes a ser contatados em cada escola foram seus diretores e coordenadores pedagógicos.

¹⁹ Nos meses de Abril e Maio de 2015, realizamos na sede da Secretaria Estadual de Educação do Piauí, na Gerência de Inclusão e Diversidade (GID), mais especificamente na sua Coordenação de Direitos Humanos, cinco encontros/reuniões onde tratamos sobre os aspectos logísticos da implementação da Jornada Escolar de Prevenção às Drogas, nestas ocasiões, estiveram presentes, além deste pesquisador (Francisco Waldílio da Silva Sousa), a Prof. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim (Orientadora da pesquisa de Doutorado na qual a Jornada Escolar é parte integrante), a então Gerente da GID/SEDUC Professora Natalli Oliveira (posteriormente substituída por Professora Jaira Alvarenga), a coordenadora de Direitos Humanos da GID/SEDUC Amparo Veloso, e as servidoras Raimunda Gomes da Costa e Marlizene Oliveira que compõem a equipe da Gerência imbuída na realização da referida Jornada.

²⁰ O portal eletrônico do Ministério da Integração Nacional cita que a “Grande Teresina foi criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e foi instituída pelo Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002. Abrange os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Currealinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D’Arco, União e Teresina, além do município maranhense de Timon” Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=b0aa3c37-3d4e-4ba2-8b01-e627e024e7b0&groupId=63635>. Acesso em: 27 jan. 2016. (A princípio, por não fazer parte da área de atuação da SEDUC/PI a cidade de Timon não será contemplada pela referida Jornada).

²¹ É importante destacar que neste texto, ao falarmos em projeto estamos nos referindo à Jornada Escolar de Prevenção às Drogas, que se trata de uma das ações do, mais amplo, projeto de Doutorado.

Quadro 1 - Proposta/cronograma para realização dos cursos de formação de multiplicadores

CRONOGRAMA		
CURSO	ESCOLA	PERÍODO
I	U.E. "A"	FEV/ 2016
	U.E. "B"	
II	U.E. "C"	MAR/2016
	U.E. "D"	
	U.E. "E"	
	U.E. "F"	
III	U.E. "G"	ABRIL/2016
	U.E. "H"	
	U.E. "I"	
	U.E. "J"	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Para a implementação do primeiro curso, realizamos uma reunião na sede da 4ª Gerência Regional de Educação, no dia 26 de janeiro de 2016, às 09h30min (Foto 2) onde estiveram presentes as professoras membros da GID/SEDUC, Amparo Veloso e Raimunda Gomes Soares Costa, do apoio pedagógico da Coordenação de Ensino e Aprendizagem da referida GRE esteve conosco, a Professora Benedita Luzia de Oliveira Fernandes, da Unidade Escolar Gabriel Ferreira tivemos a presença da Diretora Djanice Vieira Dantas e da Unidade Escolar Joel Ribeiro compareceu a Coordenadora Pedagógica Vânia Costa Cunha Cavalcante.

Iniciamos a reunião reapresentando o projeto da Jornada Escolar de Prevenção às Drogas, exceto Djanice Vieira Dantas todas as demais estiveram presentes no lançamento do projeto, em seguida ouvimos as falas das pessoas presentes acerca da expectativa do curso.

A professora Amparo Veloso, coordenadora de Direitos Humanos da GID/SEDUC, enfatizou que as ações que serão promovidas pelo referido projeto buscam dar uma resposta a uma demanda antiga da própria Seduc, que, apesar de já a algum tempo ter iniciado o diálogo sobre o fenômeno da drogadição, inclusive implementando algumas ações, entende ser imprescindível buscar o desenvolvimento de outras atividades: “eu não sei se escola dormiu, mas as coisas veem se agravando de tal forma que não podemos deixar de buscar respostas, o mais rápido possível, a coisa está preocupante”, citou a referida professora, que ainda destacou a iniciativa exitosa do projeto recentemente apoiado pela SEDUC intitulado “Lei

Maria da Penha nas Escolas”²², o qual também está sendo executado tendo como um dos eixos principais a formação de docentes.

Foto 2 – REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES



FONTE: Acervo do pesquisador.

A Diretora da Unidade Escolar “B”, destacou que sua escola, já teve a experiência de implementação de ações no intuito da prevenção às drogas que ocorreram a partir de um convênio celebrado com Banco “X”, que publicou um edital público a inscrição de instituições, onde a referida escola chegou a ser contemplada, esta professora sublinhou ainda que considera importante a escola retomar essas discussões e que envidará esforços para colaborar com a Jornada Escolar de Prevenção às Drogas, já a Coordenadora Pedagógica da Unidade Escolar “A”, disse sentir-se preocupada com o atual cenário “de risco” que as escolas hoje se apresentam, “Lá tivemos o Proerd²³ certo tempo, que atuou com o 5º ano, mas

²² O projeto "Lei Maria da Penha nas Escolas: Desconstruindo a violência, construindo o diálogo" é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Piauí e o Ministério Público Estadual do Piauí, o mesmo consiste na realização de palestras de capacitação para professores, alunos e comunidade escolar com o objetivo de diminuir os índices de violência contra a mulher no Piauí. As orientações serão ministradas pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID), além de assistentes sociais e psicólogos. A ação, desenvolvida em etapas, teve seu lançamento em maio de 2015, com capacitação para os gerentes regionais de educação, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas das 4 Gerências Regionais de Educação (GREs) de Teresina. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/21511>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

²³ O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd é um vertente do policiamento comunitário, implementado sobre o pilar da prevenção. O PROERD é a adaptação brasileira do D.A.R.E – *Drug*

precisamos de outras ações que possam envolver nossos professores, a escola está ansiosa para poder participar desse projeto”.

Concluída a referida reunião, ficou acertado que as representantes das escolas que compareceram a este encontro, iriam formar a equipe de cada escola que iria compor o corpo discente do curso de formação de multiplicadores, e, depois consultar a disponibilidade/sugestão de datas dos referidos participantes, foi ainda criado um grupo no aplicativo *WhatsApp*, para articulação da equipe de formadores, de alunos e de apoio do curso supracitado.

Entendo, pois, que a formação/capacitação de pessoas, atores e atrizes sociais para atuarem na prevenção às drogas foi fundamental para as ações desenvolvidas por este trabalho. A metodologia, que incluiu a formação de professores (e agente da comunidade escolar) na perspectiva de atuarem com intervenções no contexto escolar, possivelmente foi um dos elementos de destaque dessa pesquisa.

No entanto, alguns problemas comprometeram a execução do cronograma inicial. O principal deles, como já registrei, trata-se de questões financeiras. O segundo deveu-se a minha nomeação como Professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Em 02 de maio de 2016 entrei em exercício e, como, se pode observar passei a trabalhar em outro Estado, na cidade de Codó, distante 170 Km de Teresina, recém-chegado e percebendo a demanda do curso no qual fui vinculado, Licenciatura Interdisciplinar em ciência da Natureza/Biologia, logo percebi que iria disponibilizar de menos tempo para as atividades do doutoramento, não necessariamente pela carga horária, mas, sobretudo devido aos deslocamentos, que além de demorados, são exaustivos.

Mas, apoiado pela minha orientadora, segui. Diante destes pequenos obstáculos, resolvemos (eu e minha orientadora) focar, a princípio, em uma escola apenas e a escolhida foi a Unidade “A” (Foto 3). Tal escolha muito se deve às constantes demonstrações de interesse e contatos realizados pela coordenadora pedagógica dessa escola e, ainda, sua localização, próximo de outro espaço territorial investigado por essa pesquisa, o bairro São Joaquim.

Abuse Resistance Education, programa americano que se iniciou em Los Angeles e já está, atualmente, em mais de 50 países, tornando-se uma bandeira internacional da polícia preventiva. Alicerçado sobre o tripé POLÍCIA, ESCOLA e FAMÍLIA, o PROERD atua em 03 (três) faixas etárias: no infantil (PROERD KIDS), no 5º ano e no 7º ano. Em todos esses currículos, são ministradas 12 lições, que abordam o tema “drogas”, inclusive as lícitas; e, ainda, são trabalhadas a valoração da amizade, o bullying, as gangues e a violência. Disponível em: <<http://www.pm.pi.gov.br/proerd.php>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Foto 3 – REUNIÃO DE PLANEJAMENTO NA UNIDADE ESCOLAR “A”



FONTE: Acervo do pesquisador.

A propósito, devo salientar que podem surgir preconceitos ao se “justificar” o porquê de alguns espaços “receberem”²⁴ intervenção de prevenção às drogas, especificamente escolas, e outros não. Já ouvi muito alguns professores e gestores assim se pronunciando, “A situação aqui na escola está insuportável, a droga está solta, precisamos desse projeto” ou “Essa comunidade é muito perigosa, tem muita droga. É preciso realizarmos alguma ação”. Ou ainda “muitos alunos daqui estão envolvidos com gente da pesada. Às vezes é pai ou outro parente. Sempre há droga no meio”.

Adianto, pois, que esses não são, a princípio, argumentos que motivem a escolha de uma ou outra escola para a realização de atividades. Trabalhei, de forma mais frequente, com prevenção primária, e, sendo esta voltada, como já registrei no capítulo anterior, *a priori* a população que não manteve algum contato regular, frequente, abusivo com as drogas, em tese qualquer espaço pode e necessita de atividades dessa natureza.

Quando as atividades de prevenção chegam a um espaço, faz-se necessário ficarmos atentos para que este não seja rotulado, estigmatizado etc. A prevenção não vai estar voltada a

²⁴ Utilizei aspas neste verbo para frisar que as atividades de prevenção devem ser “realizadas” pelas comunidades escolares e não meramente “recebidas” por estas como ações exógenas planejadas por outros sujeitos e quiçá desvinculadas da realidade local.

um grupo de alunos na escola apenas, mas a todas as pessoas. Podemos apresentar diversas razões para a escolha dos espaços que de atuação, mas é preciso conceber que a relevância maior da implementação dessas ações é contribuir para que as crianças, adolescentes e jovens, homens e mulheres (e demais designações de gênero) exerçam de forma plena sua cidadania.

Como já foi registrado anteriormente, a partir de minha experiência no mestrado, onde iniciei as pesquisas voltadas a prevenção às drogas entre jovens, adolescentes e crianças, começamos a pensar em outra etapa, a formação de multiplicadores que pudessem planejar e realizar intervenções em espaços escolares e não escolares no intuito de colaborar para a maximização de fatores de proteção e diminuição de vulnerabilidades no tocante ao uso indevido de substâncias psicoativas. Então comecei a pensar um curso de formação de docentes e outros/as atores e atrizes sociais, para atuar nessa área, a prevenção às drogas.

Àquele projeto pensado há anos, sofrera algumas mudanças. A partir das orientações da Professora Doutora Maria do Carmo Alves do Bomfim, as mudanças aconteceram no sentido de ouvir os partícipes da pesquisa interventiva para assim, delinear as estratégias de ação condizentes com as demandas, sugestões, opiniões dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a formação de multiplicadores nesta pesquisa teve como intuito principal a preparação/capacitação de pessoas para planejarem e executarem ações interventivas nas escolas e na comunidade que sejam contínuas e que levem em consideração as especificidades locais. É sempre importante destacar que as ações desenvolvidas pelas escolas precisam da participação de pais e mães (e outros parentes) de crianças, adolescentes e jovens, bem como dos professores e professoras dos respectivos sujeitos, visto que se entende ser de fundamental importância à participação da família nas atividades de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas.

Portanto, a Jornada foi pensada para ser realizada em duas etapas principais: 1) A formação de Multiplicadores²⁵ e 2) As intervenções nas Escolas. Dos multiplicadores formados, espera-se que se tornem aptos a formar outros multiplicadores que possam ao mesmo tempo estar capacitando formadores e realizando intervenções preventivas nos seus respectivos contextos escolares. Sobre a proposta curricular do curso de formação de multiplicadores, entendo que não é uma tarefa fácil, escolher, definir, selecionar (portanto também deixar de fora) alguns conteúdos e temáticas, mas procurei organizar/planejar uma

²⁵É importante destacar que ser multiplicador, não necessariamente é ser especialista. Neste sentido, as autoras Marra e Costa (2014, p. 223) afirmam que “O sujeito multiplicador vincula, articula, expande seus horizontes e está comprometido em expandir o horizonte dos outros na relação com um determinado tema. Essa reflexão vem com a ação, logo, uma rede de sustentação das ações se faz presente. Os multiplicadores são os verdadeiros agentes sociais de mudança, na medida em que promovem saúde nos segmentos populacionais ainda excluídos da rede pública de assistência”.

proposta que possa ser submetida, a princípio, a análise dos cursistas, em seguida fosse (re)definida (embora não de forma inexorável) o que abordar no curso. A esse respeito, Malheiros e Alves (2008, p. 107) realizam o seguinte questionamento:

O que exatamente abordar, no cotidiano escolar, ao tratar sobre a questão das drogas? Geralmente, os conteúdos trabalhados caracterizam-se por um viés superficial e permeado de preconceitos, além de precária cientificidade. O encaminhamento proposto é o de tratar a prevenção ao uso indevido de drogas de maneira crítica, histórica e pedagógica articulada aos conteúdos das diferentes disciplinas da Educação Básica.

O que abordar, cada escola vai definir, e redefinir em conjunto com os sujeitos que a compõem. Nessa perspectiva, observa Albertani e Azevedo (2010, p. 204), explanam que, “[...] cabe a cada escola definir suas estratégias de acordo com as diretrizes da política nacional, para promover a integração do tema da prevenção do uso de álcool e outras drogas com as ações escolares”.

Meu intuito, na formação de multiplicadores, foi mostrar caminhos, metodologias, formas de trazer à tona o tema, sem as formalidades de palestras, e sem as falácias e julgamentos morais que tanto obstaculizam qualquer possibilidade de eficácia em ações sobre o fenômeno da drogadição. Como enfatizam Albertani e Azevedo (2010, p. 204),

A prevenção será mais adequada e eficaz se tiver como objetivo o desenvolvimento da capacidade de escolha dos indivíduos. Uma pessoa bem informada e com uma consciência crítica desenvolvida terá mais possibilidades de tomar decisões que evitem riscos e favoreçam a sua saúde. Trabalhar com a perspectiva de reduzir os riscos de consumo abusivo e os danos causados pelo uso de substâncias psicoativas é uma forma mais realista, eficaz e ética de trabalhar a questão das drogas.

Corroborando com a linha de raciocínio das referidas autoras, a pesquisa foi realizada no formato de oficinas, em que o multiplicador em formação pode construir conhecimento e aprender, refletindo sobre formas/metodologias para abordar a drogadição na perspectiva preventiva, o interessante é que tais ações envolveram jovens e proporcionaram que estes “construíssem juntos” espaços de diálogo e reflexão. Nesse sentido, Malheiros e Alves, acrescentam que:

[...] fundamental a formação adequada dos professores, pois em decorrência de sua formação incipiente tendem a desenvolver um trabalho acrítico, abordando a questão das drogas baseados em crenças pessoais, incorrendo muitas vezes em preconceitos e discriminações [...]. (p.105).

Ao refletir sobre as citações, nos perguntamos sobre “o quê” e “como” se abordar as práticas educacionais de prevenção às drogas. Assim, recorro aqui João Francisco de Souza, o qual observa que contribuir para a construção da humanidade dos seres humanos, em suas diversas feições em todos os quadrantes da pós-modernidade/mundo é a finalidade da educação e que o problema educativo atual consiste na necessidade de descobrir em função de que ou para que se formam os indivíduos, para que tipo de sociedade os estamos educando e se, de fato, queremos e estamos trabalhando pela construção desse tipo de sociedade (SOUZA, 2009).

A partir das reuniões, entrevistas, observações, planejamentos, pensamos em alguns temas que podem compor *A formação continuada de docentes para prevenção às drogas*. Esses conteúdos não necessariamente precisam ser trabalhos em sua totalidade, cada escola pode escolher àqueles que melhor lhe interessa, ou mesmo sugerir outros. A escolha dos mesmos deve-se pelo fato de considerar, nas ocasiões em que nos reunimos (Na Seduc, na 4ª GRE, na Unidade Escolar Joel Ribeiro) que estes são relevantes para a construção de um debate sobre a drogadição na atualidade, ou seja, faz-se necessário incluir a temática das drogas em debates de outros temas que lhe são pertinentes, como juventudes, paz, cidadania, Direitos Humanos, vida saudável, arte, esporte etc. A ideia, portanto, não é isolar a temática, mas, ampliar as discussões, perceber como tal fenômeno afeta e é afetado por esses outros âmbitos.

Portanto, foram escolhidos/definimos algumas áreas para serem debatidas, estudadas e que servem como um aporte multidisciplinar e interdisciplinar, aos sujeitos que irão multiplicar essas ações nas suas respectivas comunidades escolares. Seguem as explicações de como essas categorias podem ser trabalhadas:

- a) Conhecendo as juventudes
- b) Educação para a paz
- c) Relação Escola-família-comunidade
- d) Hábitos para uma vida saudável
- e) Direitos humanos e de cidadania
- f) O fenômeno drogadição
- g) Planejamento dos projetos de intervenção.

Estas temáticas podem ser trabalhadas/ debatidas/ discutidas com o uso de técnicas artísticas e educacionais, utilizando-se do formato de oficinas, que são, conforme Candau *et al*

(2003, p. 20), “um lugar de trabalho coletivo” aonde serão realizadas experiências que levarão os partícipes a construir juntos um saber. A título de maiores esclarecimentos, também entendo como oficina, (conforme a publicação em conjunto dos Ministérios da Educação e Saúde, *Adolescentes e Jovens para a educação entre pares: metodologias*),

Uma atividade semiestruturada, na qual, por meio de jogos, dinâmicas ou brincadeiras, espera-se que os participantes reflitam e discutam sobre temas que lhes dizem respeito [...] uma oficina não é uma receita pronta e o mais importante é usar a criatividade e ampliar as possibilidades [...] É, na verdade, uma “obra em construção” [...] é bom registrar o que as pessoas trazem durante a oficina opiniões, questionamentos, sentimentos [...] (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 30).

A ideia principal em atividades dessa natureza é a “construção” de novas ideias, novas práticas, novos caminhos e, por outro lado, também está intrínseca nessa metodologia a ideia de “desconstrução” de estigmas, preconceitos, velhos paradigmas e inações. As oficinas são espaços onde a participação dos sujeitos envolvidos seja valorizada e estimulada e onde o espírito de coletividade seja maximizado. Segue o detalhamento sobre os conteúdos citados:

A seguir apresentarei as temáticas pensadas/planejadas para a formação de multiplicadores, todavia, na pesquisa de doutoramento que ora apresento a comunicação dos resultados, não foram desenvolvidos todos esses conteúdos com os partícipes, tive de realizar alguns recortes, outras delimitações. A produção e análise dos dados do que realizei/realizamos serão apresentados nos dois capítulos seguintes.

a. Conhecendo as juventudes²⁶

Esta/e área/conteúdo, cuja carga-horária prevista corresponde a 4h/aula, objetiva, de forma geral, proporcionar aos partícipes a compreensão do papel das juventudes como cidadãos e sujeitos ativos na transformação da escola e da comunidade. De forma específica, elencamos os seguintes objetivos: Identificar modos de agir, de pensar e se expressar das juventudes no contexto sociofamiliar e Desconstruir estigmas, rótulos e preconceitos relacionados às juventudes, bem como valorizar as criações juvenis.

Esta temática pode ser articulada a dados estatísticos e também qualitativos de outras pesquisas, para assim proporcionar o conhecimento sobre as categorias criança, adolescência

²⁶ Para elaboração dos objetivos e estratégias metodológicas contribuíram para trabalharmos essa temática o Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, mais especificamente a Unidade II do módulo I (p 34-44).

e juventude, seus aspectos históricos, sociais e culturais e ainda compreender como tais segmentos populacionais estão inseridos no contexto da contemporaneidade. A ideia é “adentrar” no(s) universo(s) dos jovens, conhecer as condições juvenis, aprender a nos “aproximar” e estabelecer experiências de convívio com estes sujeitos.

Groppo (2004, p. 10) assevera que a “juventude é uma constante preocupação das sociedades modernas e contemporâneas, uma permanente ‘questão pública’”, dessa forma, é possibilitado compreensões/reflexões/indagações sobre o ser jovem, condição ainda muito permeada de confusão, e, certamente, “um campo ambíguo de conceituação” (DIÓGENES, 1998, p. 93), seguindo esse raciocínio Groppo (2004, p. 10) destaca que,

[...] apesar de reconhecer a adolescência e a juventude como “direitos”, colaborando potencialmente para aumentar o grau de civilidade e bem-estar de indivíduos e coletividades, o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil.

A abordagem sociológica numa perspectiva reflexiva, da categoria analítica juventudes certamente contribuirá para a compreensão dos individualismos e os processos de individualização, além dos padrões e desvios (constitutivos de tais segmentos). Interpretações do ponto vista histórico e antropológicos, são, ainda, fundamentais para que adentremos no campo das singularidades e subjetividades. No geral, as abordagens sobre as infâncias e juventudes realizadas nos cursos de formação de professores, têm dado ênfase aos aspectos legais/jurídicos e também psicológicos, o que tem contribuído para uma compreensão das juventudes generalizante e homogênea.

b. Educação para a paz

Esta segunda temática (que também denomino de área ou conteúdo) possui uma carga-horária de 2h/aula, e organizamos perspectivados em Jares (2002, p. 159-161), que pontua alguns objetivos, destacamos os seguintes (livre adaptação): Dar-se conta das possíveis violências de nosso entorno imediato e do mundo e agir no intuito da minimização de seus efeitos em prol do melhoramento das relações interpessoais (Objetivo atitudinal relacionado com o conceito de paz); Apreciar a luta não-violenta diante das situações de injustiça (Objetivo atitudinal relacionado com o conflito); Experimentar comportamentos e atitudes tipificados como próprios da ideia de paz; Observar os diferentes processos de tomada de decisão: na sala de aula, na família, nas diversas instituições (Objetivos procedimentais).

Nessa temática que pode ser trabalhada em forma de oficinas educativas pensadas dentro da proposta metodológica do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas²⁷, os facilitadores atuam não necessariamente na qualidade de especialistas, mas como orientadores do trabalho coletivo e guias na construção de novos conhecimentos compartilhados (BRASIL, 2007, p. 9).

Educação para Paz, segundo Jares (2002, p. 147-148), trata-se de um,

[...] processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente, fundamentado nos conceitos de paz positiva e na perspectiva criativa do conflito, como elementos significativos e definidores, e que, mediante aplicação de enfoques socioafetivos e problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura de paz, que ajude as pessoas a desvendar criticamente a realidade para poder situar-se diante dela e atuar em consequência.

A partir dos objetivos traçados e da socialização do conceito de Educação para a Paz no qual compartilhamos, sugiro como estratégias metodológicas, a exibição de material audiovisual, a realização de leituras coletivas sobre o tema proposto, (que proporcione aos partícipes experimentar comportamentos condizentes com a ideia de paz) a narração de relatos de experiências dos partícipes, e a organização de subgrupos, que com o auxílio de papel, lápis de cor, pinceis, cartolinas e outros recursos, irão construir a partir das narrativas expostas, propostas para a diminuição das violências vivenciadas/praticadas/sofridas nos contextos que atuam/convivem, dando ênfase às lutas não violentas e formas eficazes de mediação. Ênfase a importância de essas atividades contribuir para que os sujeitos copesquisadores possam elaborar processos de tomada de decisão nos diferentes espaços aonde atuam: escola, comunidade, família dentre outras instituições.

O intuito das atividades aqui propostas é iniciar um diálogo, fomentar propostas concretas de intervenção nas escolas e em outros espaços comunitários que tenha como eixo básico a Mediação de Conflitos²⁸ e a Cultura de Paz, seguindo esse raciocínio, entendo que,

[...] torna-se necessário uma educação voltada para as convivências e para a gestão democrática dos conflitos, objetivando, por meio da mediação, o desenvolvimento de uma cultura de paz, com estímulos e práticas que ajudem a prevenir e dirimir de forma construtiva e pacífica os conflitos individuais, interpessoais e institucionais [...] (MEDEIROS et al, 2015, p. 281).

²⁷ Publicado no *Guia para a formação de profissionais de saúde e de educação* dos Ministérios da Educação e da Saúde do Brasil, em parceria com a UNESCO, UNICEF e UNFPA. *Ver Referências*.

²⁸ Conflito é compreendido como uma dimensão natural e imprescindível da existência humana, cujo o processo de mediação deve ser conduzido de maneira adequada, possibilitando uma experiência produtiva de experiência pessoal (MEDEIROS, LAURENTINO, SOUSA e BOMFIM, 2015, p. 281-282).

Essa temática ocupa no nosso projeto de Doutorado em geral, e, em específico, na Jornada Escolar para a Prevenção às Drogas, como um papel profícuo e, portanto, de destaque, tendo em vista que, corroborando com Olinda (2013, p. 39),

[...] a paz é o caminho para formação humana e para o destino do planeta. A paz é conquistada e alargada a cada dia, à medida que experimentamos novas formas de relacionamento em que a vida seja celebrada como bem precioso perpetuado e dignificado pelo cultivo de valores essenciais do ser humano: justiça, solidariedade, liberdade, tolerância, esperança e amor.

Certamente, o que move e motiva muitos pesquisadores em educação é esse desejo e crença de que é possível agir no nosso contexto para o TRANS-FORMAR no sentido de “ir além” ou “para além” das formas estabelecidas, constituídas, formadas e construir outras possibilidades de CON-VIVÊNCIAS, de experiências de vidas com o/s outro/s (e também consigo) que fomente o cultivo e nucleação de práticas possibilitantes e catalisadoras de dignidade humana e preservação da vida, indubitavelmente, um valor ético fundamental.

c. Escola-família-comunidade: políticas e práticas

A importância da articulação da tríade Escola, Família e Comunidade na nas reivindicações, planejamento e implementação de políticas públicas que garantam a proteção integral de crianças e adolescentes, bem como outros direitos também estendidos as juventudes e outros segmentos populacionais. Essa temática traz os seguintes objetivos²⁹: Identificar nas políticas públicas e legislação brasileira sobre drogas orientações de natureza preventiva; Reconhecer a escola como espaço de convergência das políticas públicas integradas de saúde e educação; Compartilhar a escola e as atividades escolares com a comunidade em geral e com as famílias dos alunos, em específico, na construção de parcerias e na mobilização de redes sociais para um trabalho comunitário institucional.

Entendo ser necessário fomentar práticas de atuação em rede, que englobe os mais variados coletivos sociais tendo a escola como um espaço articulador privilegiado na “construção de aprendizagens democráticas, populares, inclusivas e plurais” (BRASIL, 2012, p. 57), tendo em vista que, conforme ainda Brasil (2012, p. 57),

²⁹ Para elaboração dos objetivos e estratégias metodológicas contribuíram para trabalharmos essa temática o Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, mas especificamente a Unidade IV do módulo I (p 56-82). *Ver referências.*

Estão ao alcance dos educadores a possibilidade e a responsabilidade por ações preventivas, com vistas à construção de uma sociedade mais preparada para o enfrentamento dos problemas gerados pelas crescentes oferta e demanda do uso de drogas.

Estas e outras questões são importantes neste momento da formação: Como as famílias têm colaborado/participado das atividades escolares? Como está o relacionamento de outras instituições com a sua escola? Que as principais dificuldades encontradas pela escola no estabelecimento de parcerias com outras instituições e pessoas da comunidade? (Ibidem, p. 59). Salientamos que, um diagnóstico³⁰ da situação atual da escola em específico e comunidade escolar como um todo, proporcionará o estreitamento das relações com a sociedade e com a comunidade científica (centros/institutos de pesquisas, faculdades, universidades, laboratórios entre outros) esse aspecto se apresenta como um dos pontos principais³¹ das estratégias de redução da demanda e da oferta de drogas no Brasil (DUARTE; DALBOSCO, 2014, p. 68).

Como estratégia metodológica, é sugerido uma exposição dialogada, subsidiada pelos seguintes recursos de apoio: projetor multimídia, caixa de som, *slides*, vídeo/documentário, cartilha/ apostila. Questionários com entrevista semiestruturada, observação participante, além de dinâmica de grupo, podem auxiliar para o conhecimento das representações, saberes e outras informações dos partícipes, postura esta que deve colaborar para a construção coletiva de conhecimento alicerçada na ideia de transformação da realidade local. Neste mesmo raciocínio, Ibiapina (2015, p. 22-23) observa que,

Na perspectiva transformativa, a pesquisa se conecta aos processos formativos como possibilidade de mobilizar os partícipes para o entendimento das atividades educativas como eixo central para a transformação da sociedade a partir da transformação de cada um. Os projetos de pesquisa criam possibilidades de responsabilização em rede, em que todos os envolvidos tem que assumir parte da tarefa de produzir melhoria de vida para todos.

³⁰ Esse diagnóstico precisa ser realizado no decorrer das 2h/aula da temática em estudo neste momento no curso de formação de multiplicadores, tal ação, demanda um tempo maior para levantamento de dados e análise dos mesmos, como parte dos instrumentais para composição deste diagnóstico, utilizaremos o *termômetro de Risco e Proteção para o uso de drogas na rede social do adolescente* sistematizado por Maria Fátima Olivier Sudbrack e Juliana Santos Borges. Disponível em: <<http://www.aedmoodle.ufpa.br/mod/resource/view.php?id=76028>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

³¹ Outros pontos principais no que se refere a política de drogas no brasileira, segundo Duarte e Dalbosco (2014, p. 68), são: **Integração** das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas, visando ampliar o alcance das ações e **Descentralização** das ações em nível municipal, permitindo a condução local das atividades da redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade de cada município.

Faz-se, portanto, imprescindível o desenvolvimento de intervenções que possibilitem reflexões e autorreflexões, bem como práticas que construam, a partir de experiências coletivas, novos canais de ligação/cumplicidade/solidariedade entre os atores e atrizes sociais que constituem a comunidade escolar, assim, Duarte (2008, p. 135) explana que:

O impacto da participação em um projeto social transcende o suprimento de carências, pois a vivência comunitária é veículo para ampliação da visão de mundo, geração de conhecimentos, exercício da cidadania e transformação social [...] As soluções participativas mobilizam as ações de responsabilidades partilhas [...].

A autora em tela enfatiza ainda a importância da formação, as parcerias e o uso otimizado dos recursos da comunidade (DUARTE, 2008, p. 135), nesse sentido, salientamos que é por demais profícuo que nos (re)conheçamos enquanto componentes da comunidade e sujeitos ativos nos processos de transformação das mesmas.

d. Hábitos para uma vida saudável

Esta temática pode ser trabalhada em 2h/aula e apresenta como objetivos³²: 1) Identificar o potencial criativo das juventudes no desenvolvimento de grupos construtivos como prevenção do uso de drogas e 2) Utilizar a metodologia da formação de multiplicadores entre os referidos segmentos sociais, compreendendo assim o papel das ações de participação juvenil na propagação de hábitos e práticas saudáveis de vida e convivência. Feffermann (2006, p. 2), ao iniciar uma abordagem sobre o uso de substâncias psicotrópicas entre jovens, observa que tal prática,

[...] traz embutida a marca de diferentes tradições sociais e culturais, por isso, compreender e analisar esse comportamento, a partir da internalização dos direitos e da identidade dos jovens enquanto cidadãos é uma proposta para a ação no campo da construção de uma cidadania extensiva.

Nesse sentido, devemos considerar que o uso de drogas também se insere como formas do jovem “dizer-se”, “afirmar-se”, “lidar com o mundo”. Não podemos deixar de considerar que tais experiências, certamente, produzem momentos de prazer, diversão e socializações que assumem determinada importância na vida de tais sujeitos, mesmo sabendo nós, e, em certa medida também os indivíduos que tem contato com tais substâncias, que estes usos podem vir acompanhados de problemas de vários feitio e circunstância.

³² Para elaboração dos objetivos e estratégias metodológicas contribuíram para trabalharmos essa temática o Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, mas especificamente a aula 12 do módulo IV (p 206-222). *Ver referências.*

Este estudo, cujo mote principal é o fortalecimento dos fatores de proteção no que se refere ao uso de drogas, pretende lançar um foco especial à participação dos jovens nas mais diversas práticas educativas que a escola desenvolve, visto que entendemos, que através da assimilação do sentimento de pertença por parte de tais atores e atrizes sociais, é possível que os mesmos “encontrem” mais sentido ou algum sentido nestas coisas chamadas escola e escolarização. As práticas pedagógicas, docentes e educativas engendradas no seio da escola devem ser construídas para/com/pelos diversos sujeitos que a compõem. Nessa linha de raciocínio, as autoras Pereira e Sudbrack (2010. p. 2015) citam que, “[...] se o adolescente é um ser em potencial que aspira à criação, e são as construções grupais as grandes responsáveis por deixar fluir ou não este potencial, precisamos compreender como essas construções grupais ocorrem”.

A participação dos jovens que aqui proponho, intencionam a disseminação de valores positivos, ideias exitosas, práticas saudáveis, atitudes pacifistas e outras manifestações juvenis que sirvam como alternativas às posturas que possam apresentar riscos a saúde e convivência dos mesmos, portanto quando nos referimos a formação de multiplicadores juvenis de *hábitos para uma vida saudável* é porque, concordando com as referidas autoras, na mesma obra, ao citaram que

A relação com os pares assume uma centralidade forte na vida do adolescente. O grupo propicia-lhe uma nova identidade intermediária entre a família e a sociedade, o que torna, para ele, possível a criação de espaços de pertencimento, com regras e hierarquias, com seu valor de iniciação e possibilidade de estimular a sua autonomia. Constitui ponto de referência e uma vertente socializadora para ele-

É fundamental, nessa temática, pensarmos em como articular atividades de cunho artístico, cultural, desportivo, ambiental, permeadas por propostas educacionais, nas ações desenvolvidas nas escolas nos momentos de intervenção³³. Ressaltamos que, se bem orientadas (e respeitando o protagonismos dos agentes envolvidos) tais ações podem assumir outras dimensões no sentido protetivo, o que indubitavelmente pode contribuir para o melhoramento das relações interpessoais e para o desenvolvimento de ações acolhedoras e inclusivas. Enfatizo que não se faz prevenção “falando de drogas o tempo todo”, mas exercitando/ demonstrando alternativas ao prazer trazido por tais substâncias.

³³ A atual legislação brasileira (Lei 11.343/2006) que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) preconiza no inciso IX do Artigo 19 “o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 21 jan. 2016.

A *a priori* a estratégia metodológica pensada para esta temática também é a exposição dialogada, (com o uso de projetor multimídia, caixa de som, *slides*, vídeo/documentário, cartilha/ apostila, bem como a utilização de questionários e observação participante).

e. Direitos humanos e de cidadania

Para iniciar as discussões acerca dessa temática, desenvolvida 2h/aula, trazemos as contribuições de Maria Victória de Mesquita Benevides Soares que realiza algumas reflexões sobre as duas categorias que compõem o título desse tópico, a referida autora assevera que, “nenhum outro tema desperta tanta polêmica em relação ao seu significado, ao seu reconhecimento, como o de direitos humanos” (BENEVIDES, 1998, p. 1).

A autora em tela traz ainda algumas diferenciações entre Direitos Humanos e Direitos de cidadania, este último “dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define [...]” estes primeiros, por sua vez, são universais e também naturais porque “[...] existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos [...]”. (BENEVIDES, 1998, p. 4-5).

Nesta temática objetivamos 1) “Analisar o papel da educação na promoção efetiva dos Direitos Humanos em nossa sociedade e propor linhas de ação nessa perspectiva” (CANDAU *et al*, 2003, p. 20) e, ainda, 2) Refletir sobre condições concretas que proporcionem aos jovens e outros grupos etários e sociais da comunidade escolar o exercício pleno da cidadania.

Para atingirmos tais objetivos, necessariamente, precisamos “desconstruir” noções errôneas ou “teses equivocadas”³⁴ sobre os Direitos Humanos, dimensão que não raras vezes permanece prejudicada, deturpada “pela manipulação da opinião pública, no sentido de associar direitos humanos com a bandidagem, com a criminalidade [...]” (BENEVIDES, 1998, p. 3). Nesse sentido, observemos o que registram Amaral, Camargo e Murta (2013, p. 60),

A educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito de forma a propor que sustentemos a subjetividade do conceito: “processo

³⁴ Sobre essa questão, Oscar Vilhena Vieira (Professor de Direito da Pontífice Universidade Católica de São Paulo) escreveu um artigo intitulado *Três Teses equivocadas sobre os Direitos Humanos* quais sejam: 1) Direitos humanos, direito de bandido? 2) Direitos humanos dificultam o trabalho das polícias; 3) Direitos humanos ameaçam nossa soberania. Em um texto sucinto e simples Vieira consegue abordar alguns dos principais discursos (todos deturpados) disseminados sobre os Direitos Humanos no Brasil. Tais teses buscam destruir a lógica de que todas as pessoas merecem igual respeito umas das outras, conclui o autor. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/oscarvilhena/3teses.html> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

sistemático e multidimensional” bem como “formação de sujeitos de direitos”. Este processo possui duração no tempo e posicionamento no espaço requerendo assim momentos diversos e complementares que estejam articulados entre si por algum ou vários eixos. Dessa forma, podemos considerar tal evento como “sistemático” e “multidimensional”.

Os autores acima citados ainda destacam que “o afeto proporcionado pelo educador fará toda a diferença” e que devemos pensar em propostas de “unir a sociedade e a escola num único propósito, unificando o aprendizado e a consciência do que precisa ser feito e como alcançar as melhorias” (AMARAL; CAMARGO; MURTA, 2013, p. 51).

As atividades propostas podem ensejar movimentos provocadores de “análise da realidade, a nível pessoal, grupal e coletivo, possa ir sendo aprofundada, sempre em articulação com aportes teóricos” (CANDAU *et al*, 2003, p. 15) que terão o auxílio dos seguintes recursos: aparelho de som, CD (música), pinceis, tinta, papel madeira, lápis de cor, Projetor multimídia, *slides*, apostila, revistas e jornais usados entre outros.

f. O fenômeno drogadição³⁵

Esta temática pode ser desenvolvida em três momentos, onde seja discutido os aspectos legais no que concerne as drogas no Brasil (leis, programas sociais e políticas públicas), também as questões relacionadas ao extermínio das juventudes no Brasil, sobretudo àqueles empobrecidas, sabemos, pois, que muitos dos casos de assassinatos estão relacionados à labuta no tráfico. Parece latente que as fragilidades nas políticas públicas voltadas às juventudes empobrecidas potencializam esse cenário de vulnerabilidades, o que coloca o Brasil como o país com maior número de cidades violentas no mundo, segundo alguns estudos³⁶. Os aspectos fisiológicos da drogadição, efeitos, sintomas, outras doenças que podem ser desencadeadas, também são importantes, mas não estão em primazia.

³⁵ A atual legislação brasileira (Lei 11.343/2006) que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) cita no parágrafo único do artigo primeiro “consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm >. Acesso em: 21 jan. 2016.

³⁶ Sobre essa questão destacamos os estudos recentemente publicados pela ONG mexicana *Seguridad, Justicia y paz* que apontam 21 cidades brasileiras figurando entre as 50 mais violentas do mundo, entre estas cidades aparece Teresina, capital do Piauí, na 30ª colocação com o índice de 42.64 pessoas assassinadas em cada grupo de 100 mil habitantes. Disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/category/6-prensa> >. Acesso em: 1 fev. 2016. Destacamos ainda duas publicações importantes concernentes a questão da violência (letal e não letal) contra crianças e adolescentes brasileiros, são elas: *Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil*, de Julio Jacobo Waiselfisz e o *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010* esta última organizada por Luis Borges de Doriem e Ignácio Cano Melo (SOUSA, 2013, p. 54).

- *Aspectos legais*

Nas discussões sobre esse tópico, sugere-se a utilização como aporte teórico-metodológico da publicação *Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas* da Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, SENAD. O livro citado é parte do material didático do curso homônimo ofertado em formato de Educação à distância no qual participamos e nos certificamos. É importante frisar que, como salienta Sousa (2013, p.33),

A Política Nacional sobre Drogas – Pnad, aprovada em 23 de maio de 2005, tem como pressupostos, entre outros, “buscar incessantemente atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”, e ainda “priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”.

Registramos na comunicação dos resultados de nossa pesquisa de mestrado que “ainda é muito forte a *policialização* e a *judicialização* dos fatos relacionados ao uso de drogas neste país” (SOUSA, 2013, p. 19), nessa mesma linha de raciocínio, Bacellar (2011, p. 38-39) observa que,

Foi essa a cultura prevalecente nas décadas de 1970 e 1980, sempre marcadas [...] pela política de “guerra contra as drogas” que repercutiu no preconceito de também combater, fazer mal e punir o usuário, considerando um vadio, vagabundo, malandro [...] Esses valores (polêmicos do ponto de vista político e moral) foram sendo repassados de geração à geração e a ideia repressivo-punitiva passou do combate à coisa “droga” para o ser humano chamado “usuário”.

Neste momento do debate, quero destacar os avanços no âmbito de legislação sobre drogas, que o Brasil vem vivenciando na última década e também refletir sobre os muitos desafios no que concerne a questões práticas relacionadas ao enfretamento da drogadição e da narcoeconomia, tal reflexão passa pela compreensão da substituição da “cultura da punição” e do internamento previsto na legislação anterior a nova Lei de 2006 (nº 11.343), pela cultura da educação afetiva e da restauração preconizada no instrumento jurídico citado.

Como sabemos, este estudo centra-se na perspectiva da prevenção, mais especificamente, a prevenção primária³⁷. Ainda no seu 1º Artigo, a atual Lei de drogas cita

³⁷ Sousa (2013, p. 32) cita que, de acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – Obid, [...] “a prevenção ao uso indevido de drogas se dá em três níveis: primário, secundário e terciário. O primeiro

que a mesma “prescreve medidas para **prevenção** do uso indevido (grifo nosso)” de substâncias psicoativas, a referida lei, em seu Artigo 18, cita que são atividades de prevenção, “aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção” e no Artigo 19, inciso XI é preconizada “a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado” destacando ainda a necessidade destes estarem “alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas”.

Nesse sentido, este estudo concebe a prevenção às drogas não como ações voltadas a erradicação de um produto, ou como a mera tentativa de “inculcação” do não uso nos seus diferentes modelos que já se encontram ultrapassados (mais ainda amplamente utilizado), como as abordagens moralizantes ou de amedrontamento, mas, como uma possibilidade de reflexão sobre si e sobre os outros, sobre parte de uma reflexão sobre relações interpessoais, práticas individuais e coletivas entre amigos, família, comunidade, escola (SOUSA, 2013, p. 19).

- *As juventudes exterminadas*

Esta temática aparece em nossa pesquisa de doutorado como uma das mais importantes, por isso, foi desenvolvido um capítulo especial para abordá-la. Na publicação dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, reservamos um tópico intitulado *Drogadição, higienismo e extermínio* (SOUSA, 2013, p. 44), o qual posteriormente, e de forma adaptada, publicamos, em parceria com Maria do Carmo Alves do Bomfim, em capítulo de livro sob o título *O neo-higienismo e as juventudes exterminadas* (SOUSA, 2015, p. 355-370), nosso intuito em abordar essa questão refere-se à situação epidêmica com que vem se alastrando as violências letais no Brasil, principalmente entre as camadas mais pobres da população.

Discuto no curso de formação de multiplicadores em prevenção às drogas, todavia, de forma mais detalhada em um capítulo a parte nesta Tese, as faces atuais do descaso com as infâncias, adolescências e juventudes empobrecidas no Brasil. A situação é ainda mais grave quando se observa a questão do jovem negro, sobre esse tema, *O Índice de vulnerabilidade*

nível objetiva evitar que o uso de drogas se instale, ou mesmo retardar o seu início. A prevenção secundária é destinada às pessoas que já experimentaram algum tipo de droga ou usam moderadamente. Nesse caso, o objetivo consiste em evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. O terceiro nível de prevenção se refere ao processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência”.

*Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014*³⁸ aponta que no ano de 2013 os jovens negros foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios dos que os jovens brancos, segundo dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2015, p. 11).

Os levantamentos publicados no *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010*³⁹ de Luis Borges de Doriem e Ignácio Cano Melo e nas várias publicações⁴⁰ pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz que desde 1998 vem mapeando a as violências no Brasil, são de suma importância para compreendermos o cenário caótico que esta tese aborda. Este último cita que,

Os homicídios em geral, e os de crianças, adolescentes e jovens em particular, tem se convertido no *calcanhar de Aquiles* dos direitos humanos no país, por sua pesada incidência nos setores considerados vulneráveis, ou de proteção específica: crianças, adolescentes, jovens [...]. (WASELFISZ, 2012, p. 47).

O Brasil tem uma dívida histórica com suas juventudes de menor ou nenhum poder aquisitivo. As políticas públicas para o público infanto-juvenil pode ser caracterizado neste país como um debate adiado, hipotetizamos, nessa perspectiva que um dos fatores para tal adiamento decorre do fato de as juventudes ricas (ou com maior poder aquisitivo) possuírem a proteção social privada das famílias que as mesmas pertencem, por isso, mesmo não havendo nenhum estudo que comprove que jovens pobres consumam mais drogas que os jovens ricos, são estes primeiros as principais vítimas letais da narcoeconomia.

Como aporte teórico dessa discussão, além dos estudos supracitados, diálogo com Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001), Feffermann (2006), Costa (2011) que analisam, em

³⁸ O referido documento faz um levantamento da Violência e Desigualdade Racial e classifica as 27 unidades da federação segundo a vulnerabilidade à violência dos jovens, incorporando na dimensão violência entre jovens um indicador de desigualdade racial (BRASIL, 2015, p. 11).

³⁹ “O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) faz parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), criado em 2007 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj). O objetivo do IHA é estimar o risco de mortalidade por homicídios na adolescência, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos. O IHA expressa, para cada grupo de mil pessoas com idade de 12 anos, o número de adolescentes nessa idade inicial que serão vítimas de homicídio antes de completarem 19 anos (BORGES e MELO, 2012, p. 12)”.

⁴⁰ *Segue as publicações de Júlio Jacobo Waiselfisz que interessam a nosso estudo: em 2015 foram publicados Homicídio de Mulheres no Brasil, Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil e Mortes Matadas por Armas de Fogo; em 2014, Os Jovens do Brasil e Atualização Homicídios; em 2013, Homicídios e Juventude no Brasil e Mortes matadas por armas de fogo; em 2012, A cor dos homicídios no Brasil, Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil, Crianças e Adolescentes, Novos Padrões de Homicídios no Brasil e Homicídio de Mulheres; em 2011, Os Jovens do Brasil; em 2010, Anatomia dos Homicídios e em 2008, Jovens da América Latina. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2016.*

perspectiva sociológica, a labuta de jovens trabalhadores do tráfico e as vulnerabilidades dos mesmos.

- *Aspectos fisiológicos*

O debate a ser realizado sobre os aspectos farmacêuticos, médicos e fisiológicos da drogadição são conduzido pelas seguintes indagações⁴¹: Por que muitas pessoas recorrem ao uso de drogas? Será que as drogas são sempre ruins? Será que uma droga pode fazer bem à saúde? Você conhece situações em que o uso de determinadas drogas pode ser adequado? O que faz as drogas serem nocivas à saúde?

Esse não foi o mote de nosso trabalho (discutir os efeitos das drogas no organismo), entretanto, entendo ser importante possibilitar, às pessoas envolvidas em atividades de prevenção às drogas, noções sobre a ação de psicotrópicos no organismo. Nesse sentido, a ideia é discutir sobre os principais tipos de drogas, os seus efeitos a curto, médio e longo prazo. Também serão abordadas as principais classificações das drogas (quanto ao efeito, quanto à licitude) e os tipos de usuários.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) observa que informações adequadas sobre drogas e seus efeitos são fatores de proteção ao uso destas, todavia, a garantia de alternativas saudáveis de lazer e a efetiva ação de outras políticas públicas representam maior capacidade de diminuir a sedução dos jovens pela narcoeconomia (SOUSA, 2013, p. 33).

*g. Planejamento dos projetos de intervenção*⁴².

Chegamos em um dos pontos mais importantes, o momento em que serão pensados/planejados/elaborados projetos e outras atividades de intervenção nas escolas, esta etapa corresponderá a uma carga horária de 20h (descontínuas). Para auxiliar nesse momento da formação, sugiro a utilização, como recurso teórico-metodológico, do Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, mas especificamente, as contribuições da unidade 16, intitulada *Construindo o projeto da escola sobre prevenção do uso de álcool e outras drogas* (BRASIL, 2010, p. 254-264), a referida publicação apresenta os

⁴¹ Para elaboração dos objetivos e estratégias metodológicas, contribuíram para trabalharmos essa temática o Livro base do Curso de Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, mas especificamente a unidade 5 do módulo II (p 86-108). *Ver referências.*

⁴² Assumimos que tal planejamento, escolha destas áreas/ conteúdos, foi realizado com certa antecedência (antes do contato com os alunos-multiplicadores) e que o mesmo poderá passar por alterações, antes do curso, no decorrer, ou ainda, posterior ao mesmo (o que seria aplicado aos outros cursos que ocorrerão).

seguintes objetivos⁴³, com os quais coadunamos: 1) Conhecer uma metodologia de elaboração de projetos; 2) Definir as etapas no planejamento de projetos e outras atividades de intervenção para todo o ano letivo; 3) Elaborar um projeto de prevenção do uso de álcool e outras drogas para a escola, que articule os diversos segmentos sociais que compõe a comunidade.

Nesse sentido, é imprescindível que tais projetos sejam construídos pelos próprios sujeitos que compõe a comunidade escolar, visto que são estes sujeitos que efetivamente conhecem a realidade a qual atuam, pois como tão bem lembram Sudbrack, Seidl e Costa (2010, p. 261),

É muito importante conhecer a demanda do grupo com o qual se vai atuar. No caso da escola, isso se refere tanto aos próprios alunos, aos pais, aos educadores e demais funcionários da escola, como às pessoas e segmentos da comunidade. Conhecer a demanda significa conhecer as expectativas do grupo ou o que seus integrantes esperam que seja feito. Caso contrário, corre-se o risco de despender esforços num projeto de prevenção bem elaborado, que satisfaz as exigências do planejador, mas não leva em conta as expectativas e as reais necessidades da instituição ou da comunidade.

A ideia principal que norteia esta proposta é a convicção da necessidade de pensarmos na elaboração e execução (e também avaliação) de ações, atividades, posturas, hábitos, projetos e políticas que sejam implementadas de forma contínua, ou seja, no decorrer de todos os anos letivos e desenvolvidas de forma interdisciplinar e interligada com outros projetos já existentes na própria escola ou comunidade. Iniciativas isoladas, esporádicas, desvinculadas da realidade local costumam ser ineficazes no que se refere à prevenção às drogas, esta, merece ser colocada como pauta permanente no planejamento do ano escolar.

A interdisciplinaridade deve ser parte de qualquer esquema organizativo, planejamento, implementação e avaliação de ações voltadas à prevenção às drogas. Sobre as práticas educativas a serem implementadas pelos multiplicadores de prevenção às drogas espera-se que sejam pautadas em diversos campos do conhecimento, por diferentes olhares. Isso pode garantir o incremento da eficácia e eficiência dos projetos e programas sócio-educacionais voltados à finalidade que aqui tratamos, à prevenção ao consumo abusivo de entorpecentes. Nessa linha de raciocínio, destaco a fala de Ribeiro (2001, p. 134): “prevenção eficaz requer interdisciplinaridade” a autora cita ainda que prevenção às drogas é “uma das

⁴³ Os mesmos foram adaptados para fins deste trabalho, todavia, seguem a mesma essência do conteúdo original do referido livro.

formas de se transgredir o currículo prescritivo” . Ribeiro (2011, p. 135), ainda segue, observando que:

[...] Essa abordagem metodológica que tende a articular um objeto a ser conhecido a uma realidade vivida possibilita uma apreensão crítica de seu mundo. Esse movimento, no ato educativo, somente é possível pela interdisciplinaridade, pois assim haverá a compreensão do conhecimento numa perspectiva de totalidade. Para desvendar o real, necessário se faz compreendê-lo em sua riqueza e complexidade e isso exige que busquemos uma diversidade de olhares. A análise isolada de um objeto resulta na fragmentação do real, sendo que o processo dialógico interdisciplinar reconstitui a unidade numa dimensão que transcende o parcial para um nível mais abrangente e interligado. (RIBEIRO, 2001, p. 135).

Em suma, tais projetos de intervenção devem trazer como objetivo precípua a valorização da vida e da dignidade humana, assim se faz, portanto, necessário a construção de outra cultura, baseada no diálogo, no respeito às diversidades e aos Direitos Humanos, pautada na valorização e propagação de hábitos saudáveis de viver e con-viver, na paz e em outros elementos proporcionadores de experiências individuais e coletivas sem violências e com pleno exercício da cidadania.

Como parte das estratégias metodológicas para trabalharmos estas temáticas foram pensadas atividades de cunho artístico. Apresento aqui pelo menos duas:

I. Criação em Artes Plásticas

Esta metodologia foi realizada com o auxílio de Avelar Amorim Lima⁴⁴ e teve o intuito de proporcionar aos partícipes do curso de formação de multiplicadores a utilização técnicas e metodologias artísticas na implementação das atividades de intervenção que serão desenvolvidas nas escolas e nas comunidades.

Foram traçados os seguintes objetivos 1) Produzir intervenções estéticas e artísticas nas escolas e na comunidade; 2) Confeccionar painéis, cartazes, faixas (e outras representações) a partir de técnicas das artes plásticas; 3) Desenvolver narrativas/comunicações através de imagens, letras e outros elementos. Como recursos, serão

⁴⁴ Graduado em Licenciatura Plena em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí (2005) e especialização em História Cultural pela Universidade Federal do Piauí (2008) e é mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGant/ UFPI Atualmente é Professor do Colégio Técnico de Teresina da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Plásticas.

utilizados diversos materiais, tais como: cartolina, papel laminado, papel craft, lápis, caneta, pinceis hidrocor entre outros.

II. O sociodrama como dramatização da vida

Entendo ser bastante adequada a metodologia da dramatização, especificamente o sociodrama, inspirado em Jacob Levy Moreno⁴⁵, que o define como “método profundo de ação que trata de relações intergrupais e de ideologias coletivas” (MORENO, 1992, p. 188), visto que este [...] é um método de pesquisa interventiva, que busca compreender os processos grupais e intervir em uma de suas situações-problema, por meio da ação/ comunicação das pessoas (NERY; COSTA; CONCEIÇÃO, 2006, p. 306).

Marra e Costa (2004a; 2004b) apontam o sociodrama como um método para a pesquisa-ação. Nesse sentido, escolhemos tal abordagem dentro do universo teatral, por nos parecer um caminho eficaz e lúdico (e ainda com a vantagem de fornecer certo número de fontes de consulta) para complementar nossos estudos, reflexões, investigações sobre as juventudes e suas formas multifacetadas de ser, expressar-se e existir. Nessa metodologia, a atriz Silmara Silva foi convidada para ser a facilitadora.

⁴⁵ Médico e psicólogo. É criador da Psicoterapia de Grupo, da Sociometria e do Sociodrama.

Quadro 2 - PLANEJAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM PREVENÇÃO ÀS DROGAS⁴⁶

ORD.	TEMA/CONTEÚDO		ATIVIDADE	C/H
1º DIA	Conhecendo as juventudes		Exposição dialogada	2h
			Dramatização	2h
2º DIA	Educação para a paz		Oficina Educativa	2h
	Relação Escola-família-comunidade		Exposição dialogada	2h
3º DIA	Hábitos para uma vida saudável		Exposição dialogada	2h
	Direitos humanos e de cidadania		Oficina Artística	2h
4º DIA	O fenômeno drogadição	Aspectos legais	Debate/ roda de conversa	1h
		As juventudes exterminadas		1h
		Aspectos fisiológicos		2h
Do 5º ao 10º DIA	Criação de projetos		Planejamento das intervenções	24h

⁴⁶ Esta organização não é um roteiro fixo, apenas um planejamento. O mesmo já vem passando por algumas adequações no decorrer da pesquisa.

O curso de formação de multiplicadores, como vimos, terá duração de 40h/aula (metade trabalhada em forma de oficinas e a outra metade no planejamento de intervenções). As intervenções não têm uma carga horária definida, de início, visto que cada escola irá planejar suas respectivas atividades, a ideia central é que estas ações sejam desenvolvidas no decorrer de todo período letivo (e, se possível, no período não letivo, onde os alunos continuariam vinculados à escola. Se isso ocorresse de forma voluntária por parte dos alunos, seria a maior demonstração de que a sensação de pertencimento à escola e valorização desta, está em níveis importantes).

Para fins dessa pesquisa de doutorado, foram realizadas duas etapas da formação de multiplicadores, na primeira foi abordado a temática, “Violências e Drogadição”, aonde foi utilizada como metodologia artística, as artes plásticas. Na segunda, foi trabalhado a temática “Direitos Humanos”, aonde foi utilizada a dramatização. Ambos os temas foram debatidos/abordados em interface com a categoria “juventudes”. Apresentarei os resultados alcançados nos próximos dois capítulos.

3 JUVENTUDES EMPOBRECIDOS E NARCOECONOMIA: SEDUÇÃO E SEDIÇÃO

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério*

*Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo o que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou...
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo*

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério*

*A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo
O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima, eu tô clima
Eu tô no clima, segue a rima*

*Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais*

*Também sou rimador, também sou da banca
Aperta um do forte que fica tudo a pampa
Eu to no clima! Eu to no clima ! Eu to no clima
Segue a Rima!*

*"O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim,
Tem que se unir,
O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Só faz destruir a esperança*

*Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
Deixa ele viver! É o que Liga.*"⁴⁷

Sedição tem como alguns dos significados, segundo o Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, “Perturbação da ordem pública”, “agitação”, “sublevação”. Neste capítulo discuti o fenômeno da drogadição e as juventudes em situação de tráfico de drogas, na busca por compreender o processo de persuasão/ criação de influência de jovens pela narcoeconomia (sedução) e ainda, a construção de estigmas e rótulos, a saber, malfeitores, maconheiros, bandidos, traficantes, sem-jeito, desordeiros, etc. (sedição). De forma ampla, este capítulo objetiva a reflexão sobre vulnerabilidades sofridas pelos jovens empobrecidos e sobre o seu “instinto sedicioso”, tão apregoado em abordagens conservadoras e pelo senso comum em geral, tais análises são realizadas em interface com a Formação de Docentes.

Nessa perspectiva, considero relevante a problematização aqui proposta, que traz à tona a situação de subcidadania ou cidadania invertida⁴⁸ que diversos coletivos sociorraciais historicamente negligenciados/ segregados/ esquecidos/ silenciados por um Estado engendrado/ pensado/ esquematizado para cristalização de prerrogativas e privilégios de suas classes dominantes. Sobre essa questão, assim se posiciona Souza (2003, p. 22) “em sociedades periféricas como a brasileira, o *habitus* precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos (...)”.

Portanto, apresento aqui a comunicação dos resultados de investigações inerentes a questão da drogadição, cuja metodologia compreende a observação e minhas próprias memórias (quando eu caracterizo o cenário pesquisado), além de dados provenientes da realização de uma formação de docentes, em diálogo com uma bibliografia especializada, todavia, segue após esse pequeno prólogo, uma breve explanação teórica acerca da categoria juventudes (e por extensão, também insiro, embora *en passant*, as categorias criança e adolescente) no intuito de contextualizar a mesma.

3.1 Juventudes: conceitos, preconceitos e ambiguidades

Apesar de trazer como categoria central neste tópico as juventudes, observo como necessário, neste momento, tecer algumas considerações acerca das categorias

⁴⁷ CHARLIE BROWN JR. Não é sério. **Nadando com os Tubarões**. São Paulo: Virgin Records, 2000.

⁴⁸ Em minha pesquisa de mestrado utilizo as categorias “cidadania invertida”, trabalhada por Fleury (2007) e “subcidadania” expressa por Souza (2003), para nos reportar a segmentos populacionais que compõem um quadro de desassistência, no que tange às políticas públicas no Brasil.

infância/criança e adolescência, conceitos que permeiam, grosso modo, também este trabalho.

A princípio sabe-se que no Brasil, do ponto de vista legal, as faixas etárias são definidas da seguinte forma: de 0 (zero) aos 12 (doze) anos incompletos, encontra-se as crianças; as pessoas que se encontram entre os 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, são classificadas como adolescentes, o que é instituído pelo Art. 2^a do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Por sua vez, o Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013), em seu Art. 1º e § 1º, dispõem que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Tal classificação, como foi informado, trata-se de uma concepção formal e legal, visto que, como explana Bomfim (2006, p. 46),

Em termos de idade, não há limites fixos de fronteiras para início e fim da juventude. O recorte incide mais sobre os aspectos relativos a cortes cronológicos. Alguns autores delimitam-na entre 15 e 24 anos, mas outros a concebem de modo mais amplo, com limite inicial de 10 a 14 anos, sobretudo em áreas rurais ou de extrema pobreza e nos extratos sociais médios e urbanizados, estendendo-se aos 29 anos.

A infância e a adolescência no Brasil historicamente têm aparecido nos marcos normativo, relacionados a essas questões, como o “disciplinamento” e punição. Ainda no século XVI são criadas pelos jesuítas as *Casas de Muchacho*, com o objetivo de educar as crianças dentro dos preceitos da Igreja Católica, foram estas uma das primeiras medidas de afastamento dessas de seu convívio sociofamiliar praticadas no Brasil (COUTO; MELO, 1998, p. 20).

Tivemos ainda outras etapas de atendimento à infância, como a criação de dois “códigos de menores”, em 1927 e 1979, que como desdobramentos ensejaram o surgimento do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Tal modelo privilegiou o internato como principal forma de atendimento, onde o higienismo e a eugenia norteavam tais ações (EARP *et al*, 1998, p. 122). O mais recente estágio surgiu com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que “dispõe sobre a proteção integral a todas as crianças e adolescentes brasileiros sem distinção”, como observa Olinda (2013, p. 25), a autora ainda registra que,

A doutrina da proteção integral, prevista nos tratados internacionais de que o Brasil é signatário, traz para o ECA a noção de que é fundamental considerar a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, daí seu caráter educativo e não, meramente punitivo, como

se apresentava o código de Menores de 1979 (Lei 6697 de 10 de outubro de 1979) (p. 25-26).

O ECA representa, portanto, “uma ruptura com a visão clientelista e repressora então predominante”, visto que observamos “ao longo de nossa história, uma clara distinção entre uma política para os filhos da elite ou das classes dominantes e uma política para as crianças e adolescentes pobres” como assevera Faleiros (2005, p. 171).

O historiador francês Philip Ariès, em uma importante pesquisa sobre a infância e a família trouxe-nos valiosas contribuições para o estudo dessas categorias. Ariès (1981) nos mostra que na Europa ocidental medieval, em muitas regiões, o sentimento da infância era ausente. A criança era vista como um adulto em miniatura.

Nas iconografias que retratam os medievos, podemos observar que as vestimentas dos pequenos, depois que deixavam os cueiros, eram iguais às dos adultos, só que em tamanhos reduzidos. Durante muito tempo, no ocidente europeu e nas diversas regiões por ele influenciadas, a idade não era considerada um fator preponderante para se estabelecer quem era jovem e quem não era. Era muito comum se associar a “infância” (este termo tinha um emprego genérico: aquele que não é adulto) ao período em que a pessoa era dependente financeiramente.

No Brasil, sabemos que quando se fala de direitos da criança e do adolescente é dada uma ênfase maior aos direitos de proteção e provisão. O direito à participação ainda encontra-se incipiente. Voltando ao Estatuto da Criança e do Adolescente, observa-se que o mesmo em seu artigo 16, inciso VI, cita como direito da criança e do adolescente “participar da vida política”; porém, na prática, não é isso que podemos observar. Crianças e adolescentes, ainda são, em geral, vistos como “ainda não cidadãos”, seres em construção, carentes de tutela constante, cuja fala representa o risco do “desconcertante”, possibilidade real de tirar o adulto da zona de conforto. Adad (2011, p. 51) assevera que “O ‘discurso dos direitos’ sustenta as ações dirigidas à infância, à adolescência e à juventude, a compreensão que anima os programas públicos é a de que são incompletos e incapazes de se guiarem por sua própria lógica”.

Neste trabalho, priorizo as investigações sobre as juventudes, haja vista o recorte temático realizado (juventudes/educação/drogadição). Esta etapa da vida – ou forma de existência humana – possui inúmeras variações no tempo e no espaço (daí a necessidade de

usar o termo no plural)⁴⁹. Certamente, qualquer tentativa de definição generalizante pode incorrer em aceções de ínfima razoabilidade. Concordo com, assim, com Diógenes (1998, p. 93) quando a mesma observa que,

Falar de juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude constitui-se como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações.

De fato a temática juventude é “[...] instigante, pelo desejo que provoca, ir além do já conhecido, é polifônico e diverso [...]” (BOMFIM, 2015, p. 36), ao adentrar esse campo, somos plasmados mais por incertezas que respostas definitivas, “as juventudes constituem-se, portanto, em um fenômeno sociocultural inserido numa sociedade caracterizada pela dinamicidade, pela complexidade e pela multiplicidade” (MEDEIROS et al, 2013, p. 04). Bomfim e Conceição (2010, p. 06) observam que “O processo de construção das culturas juvenis precisa ser entendido no contexto de origem social e das condições concretas de vida nas quais os jovens vêm sendo socializados”, as autoras, na mesma obra e página, ainda registram que:

No caso dos jovens pobres, é necessário levar em conta que eles se apropriam de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, ou seja, de uma rede de significações vigentes na família, no meio social mais próximo, expressões de uma cultura popular que exprime um modo distinto de viver e construir a realidade.

As juventudes vêm ganhando alguns espaços no debate acadêmico nos últimos anos, Adad (2013, p. 9) observa que as primeiras iniciativas de pesquisas das juventudes em âmbito acadêmico tinham como “[...] objetivo precípua discutir os sistemas e instituições presentes na vida dos jovens, ou mesmo as estruturas sociais que evidenciavam situações ‘problemáticas’ para esses”. Compreender, pois, o jovem, suas subjetividades, suas contribuições para a formação da própria sociedade, suas peculiaridades, não eram, *a priori*, de interesse da ciência, nesse sentido, como registra Cassab (2011, p. 13), “[...] a juventude

⁴⁹ Atualmente, utiliza-se predominantemente o termo **juventudes** para designar as diversas maneiras de ser jovem, considerando sua heterogeneidade e especificidades relacionadas às questões sociais, de gênero, de etnia e de classe, em substituição do termo **juventude**, no singular, por este representar uma noção estática, limitada, homogênea e universalizante (MEDEIROS et al, 2013, p. 4).

adentra o século XX como um problema e um campo de intervenção das ciências e das políticas públicas. Seus desejos, seus impulsos, sua imprevisibilidade, precisam ser controlados e disciplinados”, pois como explicitam Silva e Bomfim (2012, p. 3),

[...] considerar as diversidades e especificidades na vivência juvenil é fundamental para entendermos como essa temática, atualmente, torna-se relevante para a gestão pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, identificando como se fundamenta a necessidade de políticas públicas para este segmento e quais os impactos das ações governamentais na vida dos/as jovens.

É recorrente, ao estudarmos a temática da juventude, a relação do jovem como um problema e isso é um sintoma de uma sociedade cujo estilo adulto de vida predomina. Isso foi reforçado com a expansão capitalista e consolidação do Estado burguês (ou vice-versa), visto que tais fenômenos fazem parte de um mesmo processo histórico, social e econômico do século XIX, sobretudo. “Conforme os efeitos sociais negativos do capitalismo industrial iam avançando, logo se impunha a questão da “juventude” desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos criminosos etc. [...]”, registra Groppo (2004, p. 10).

Situando-nos nesse recorte histórico correspondente a contemporaneidade (pós-revolução francesa), em que a nobreza é sucumbida pela burguesia, sucessos que vão estabelecendo novos reordenamentos sociais, políticos, culturais, econômicos, observa-se que a nova ética⁵⁰, negadora do ócio, portanto incentivadora do negócio, vai agir de forma diferenciada nas classes sociais. O trabalho, de “inferiorizado”, passa a ser estimulado. Essa prática social voltada aos grupos sociais, cuja predestinação assim os constitui: produzir para sustentar àqueles que rezam e àqueles protegem, no capitalismo ganha novos contornos, surge então a máxima: “o trabalho é que dignifica o homem”. Entretanto, como assevera Cassab (2011, p. 9),

A liberação do trabalho é destinada apenas aos jovens da burguesia. Aos “filhos dos trabalhadores não era reservado o direito ao não-trabalho. Ao contrário, eram cedo inseridos nas atividades produtivas. A esses jovens, “filhos dos operários, precocemente introduzidos no trabalho fabril, restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia. O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram

⁵⁰ O pequeno ensaio *A ética protestante e o espírito capitalista* de Max Weber, foi um dos primeiros estudos a trazer, à tona, a forma calvinista de acumulação de riquezas, portanto de prosperidade terrena (ideário burguês) como antítese da ética católica, pautada na aversão ao trabalho, tendo este como atividade voltada a grupos sociais subalternizados.

vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os "filhos de operários", afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não, incorporavam a "figura do delinquente".

Esse novo cenário/contexto, marcado por tensões sociais, instabilidades políticas e sucessivas crises econômicas, que inaugura novas relações de produção e reconfiguração das forças produtivas é parteiro de novas classificações etárias. É produto da modernidade a estrutura das faixas etárias que conhecemos hoje, inclusive a juventude, categoria envolta de aspectos universais, abstrato e generalizante. “É mais um dos frutos do pensamento ideológico liberal, pensamento este que unia a interpretação das ‘leis naturais’ com a definição abstrata e genérica dos padrões ideais de civilização e humanidade” (GROPPO, 2004, p.14), nesse sentido, ainda assevera o referido autor, que a juventude,

É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude (GROPPO, 2004, p. 11).

Tomando por base a trajetória teórica nos estudos sociológicos, Groppo (2010, p. 13) registra que a modernidade produziu pelo menos dois grandes modelos analíticos da juventude e da rebeldia juvenil, considerados clássicos na concepção daquilo que é chamado de “condição juvenil”. Trata-se da abordagem funcionalista, caracterizada pelo “paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social”, onde classifica as rebeldias juvenis, sobretudo a delinquência, como disfunções, ou distorções. O segundo modelo é da moratória social, paradigma reformista e desenvolvimentista. Esta abordagem tende a “considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social [...] tomando como rebeldia mais marcante o radicalismo”. O referido autor ainda observa que em ambas as abordagens “na definição da ‘condição juvenil’, a parte ‘forte’ da relação entre sociedade (como instituições, estruturas e processos sócio-históricos) e juventude (como indivíduos e grupos juvenis) caberia à sociedade” (idem, p. 19). Ao apresentar a sua tese da dialética das juventudes, discordando, assim, das concepções acima expostas, o autor em tela, assevera que,

[...] a condição juvenil se configura mesmo a partir de uma relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis. Entretanto, esta relação é dialética, ou seja, fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade. Dito de outro modo, a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição se expressa historicamente em ações de institucionalização da juventude seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos indivíduos e grupos que são considerados ou se assumem como jovens (GROPPO, 2010, p. 19).

Como se pode observar, Luiz Antônio Groppo, nas obras aqui analisadas (2004, 2010, 2015) apresenta sua posição contrária, tanto às abordagens modernas (acima expostas) como também às pós-crítica, divididas por ele mesmo em pós-estruturalista e pós-modernas (com estas últimas estarei a dialogar em seguida). O autor se vale da dialética como ponto fundamental de sua análise. No geral, a visão pós-modernistas de análise das juventudes, segundo ele, “as condições juvenis se constituem por si mesmas a partir da livre composição de elementos sociais e culturais disponíveis”. A parte forte da relação sociedade-juventude é, nesse caso, a juventude, completa (GROPPO, 2010, p. 19), vejamos,

Esta mesma crítica [pós-modernista], porém, muitas vezes vem dificultando um olhar desde a partir das condições, processos e estruturas de caráter mais amplo e geral, principalmente as de cunho político e econômico; dificulta compreender o caráter histórico —no sentido de que a história é fruto das ações e lutas humanas concretas— das estruturas e processos sociais, que aparecem aí muitas vezes como imponderáveis, dando a entender que restaria como única alternativa de liberdade e criatividade de ações na esfera micro e cotidiana, por meio de produções culturais e criações identitárias (GROPPO, 2010, p. 22-23).

Uma primeira tendência teórica da juventude na atualidade, classificada como pós-crítica⁵¹, advém da ruptura da noção de totalidade, nessa abordagem, a possibilidade de compreensão da realidade social como um todo, como um sistema, mesmo que intrinsecamente possua elementos contraditórios, é negada. “A fonte desta ruptura é a aplicação das concepções pós-modernistas e pós-estruturalistas à teoria social e à sociologia da juventude” (GROPPO, 2015, p. 578). Assim, o citado autor completa seu raciocínio afirmando que, por meio desse percurso teórico exposto, mais radical, segundo o mesmo, “já não há uma real ou possível integração social a realizar, pois em vez de uma sociedade

⁵¹ O termo “Teorias Pós-Críticas da Juventude é utilizada por Tomaz Tadeu da Silva, segundo Groppo (2015, p. 568). Segue a referência: SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

unitária, há uma série de redes e fluxos de pessoas e objetos, de caráter múltiplo, aberto e mutante⁵² [...]”. Ainda registra Groppo (2015, p. 578):

Homens e mulheres circulam por entre grupos, redes e massas, assumindo e recriando papéis em diversos momentos do dia, do ano e da vida. Se o curso da vida não caminha mais para uma integração plena a uma estrutura social dada, ainda que contraditória e incoerente, os sujeitos circulam por entre tribos, criando e recriando inúmeras identidades fluidas e transitórias [...].

A segunda tendência, na atualidade, a respeito da temática da juventude – sigo ainda a classificação proposta por Groppo (2015) – observa, “menos uma mudança civilizacional absoluta (da modernidade à pós-modernidade), e mais uma mudança profunda no interior da própria modernidade. A sociedade moderna torna-se flexível - em vez de rígida ou fordista [...]” (p. 568), de forma menos radical, como analisa o autor citado, este movimento surge do rompimento das perspectivas *durkheimiana* cuja socialização juvenil é vista unilateralmente como gerações passadas fornecendo as bases educacionais às novas gerações. “Nesta outra modernidade, a socialização se torna mais plural, tem participação mais ativa dos sujeitos e admite até reversibilidades - são as socializações flexíveis e ativas” (p. 569).

Alberto Melucci apresenta caminhos interpretativos importantíssimos, a meu ver, para a compreensão das juventudes na atualidade. Indo além de uma perspectiva/abordagem materialista, o referido autor observa que,

A tarefa não é somente da ordem da dominação da natureza e da transformação de matéria prima em mercadoria, mas sim do desenvolvimento da capacidade reflexiva do eu de produzir informação, comunicação, sociabilidade, com um aumento progressivo na intervenção do sistema na sua própria ação e na maneira de percebê-la e representá-la (MELUCCI, 1997, p. 5).

Reconheço que seja o Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels munido de argumentos de vários campos do conhecimento (sociologia, filosofia, história, economia, política) e que de forma sistemática produziu denúncias às desigualdades sociais, do século XIX aos dias atuais. Entretanto, concordando com Melucci, na citação anterior, existem outros mecanismos, outras representações na produção das relações interpessoais, nas relações de poder, nas manifestações do ser, que vão além do determinismo

⁵² Nessa primeira tendência teórica da juventude na contemporaneidade Groppo (2015) apresenta como expoente Michel Maffesoli (sociólogo francês conhecido pela popularização do conceito de tribo urbana). MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

da cultura material, podendo, inclusive servir também de base explicativa da segregação e das desigualdades. Creio que, definitivamente, as metanarrativas não dão conta mais de explicar a tão complexa, cambiante e não-enquadrável realidade social.

Quanta a crítica de Groppo (2010) que observa que as análises, por ele classificadas de pós-modernistas, entre elas está as de Melucci, dificultam a compreensão do caráter histórico da temática juventude, argumentando ainda que “a história é fruto das ações e lutas humanas concretas”, penso que é possível se historicizar sem necessariamente condicionar a análise ao viés econômico.

O ser jovem de hoje pode encontrar “suas razões”, “seus significados” no dado momento de sua criação/engendramento, de suas relações, isso não implica sua *desconcatenação* com o passado ou ausência de um caráter histórico na análise. Negar o caráter histórico de análises dessa natureza é desconsiderar o que de fato tem movido a fazer historiográfico, a singularidade, a história sempre teve um apego ao particular, apesar de esse não ser um patrimônio apenas seu. Creio que é possível falar de rupturas e permanências sem vincular essas, a um modo de produção, exigência crucial da dialética novecentista. É preciso entendermos que, na verdade, como explana Melucci (1997, p. 6).

[...] sociedade não é a tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, ela lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos.

Uma condição juvenil pode surgir com rupturas tão sutis ou com permanências acintosas, ou o contrário, com rupturas acintosas ou com permanências sutis. Melucci (1997, p. 9) afirma que “a vida social é hoje dividida em múltiplas zonas de experiência, cada qual caracterizada por formas específicas de relacionamento, linguagem e regras [...]”. O autor, nessa mesma obra, ainda registra que “[...] nos sistemas contemporâneos os signos tornaram-se intercambiáveis: o poder apoia-se de forma crescente nos códigos que regulam o fluxo de informação” (p. 6). Dessa forma,

Movimentos juvenis tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual, novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática (MELUCCI, 1997, p. 12 - 13).

Sociedade e juventude não são entidades autônomas, mas parte de um mesmo conjunto, onde cada vez mais o vemos com múltiplas facetas, variadas, e quiçá infinitas, formas e estilos de ser, de viver, de sentir, de experimentar, expressões humanas que escapam a qualquer definição ou condição etária, nesse sentido, assim pontua Melucci (1997, p. 13),

A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais.

Não se pode negar a existência de conflitos, de ideias antagônicas, muitas juventudes parecem ter assumido esse papel, o de mostrar para “[...] o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis” (idem, p. 12) e sobre a questão da experiência, o autor em tela assevera que esta [...] é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se “ter” e mais algo para se “fazer” (p. 9).

Dimensionar essa realidade demanda dos organismos de juventude, maior atenção às suas singularidades, considerando que são esses jovens que, apesar de estarem no mesmo ciclo de vida cronologicamente, compartilham realidades tão distintas (SILVA; BOMFIM, 2012, p. 9).

Não trago como pretensão nesse tópico, cuja categoria juventudes aparece como destaque, esgotar a discussão acerca da temática, tampouco chegar a conclusões definitivas ou teses insofismáveis, mas, meramente exercitar o “falar sobre”, criando possibilidades de diálogos entre alguns autores e fomentando reflexões que se movimentem para além de metanarrativas, de conceitos preestabelecidos, de teorias avessas à infalibilidade.

Concordo, pois que ao lidar com a temática, estamos a caminhar sobre o incerto, sobre o inconcluso. Compreendo a condição juvenil como o “ser sendo”, o construir-se sem forma, o engendrar-se sem fôrma. O pensar, o agir, o expressar-se juvenil pode ter a duração ínfima do instantâneo, haja vista o constante flerte com a ruptura, como também a lonjura do infindo, do não-terminável.

3.2 Juventudes e narcoeconomia em debate na formação docente

O fenômeno da drogadição está disseminando-se em todas as camadas sociais e aglomerados populacionais. Esse problema afeta o rico e o pobre, as pessoas do campo e da cidade, e os males trazidos por ele se alastram em velocidade e proporções nunca antes vistas. Sabemos que um poderio econômico muito forte e de alta performance vai ditando as regras vis deste “jogo”, trata-se da narcoeconomia⁵³, que se aproveita de deficiências em segmentos importantes de nosso aparato estatal: educação, saúde, segurança pública, justiça.

Pautado nessa perspectiva, no mês de setembro de 2016, realizei na Unidade Escolar “A” a primeira etapa de formação de docentes como multiplicadores em prevenção às drogas, a temática escolhida foi “Juventudes e Drogadição”. O propósito desta pesquisa interventiva nunca foi “trazer/dizer a última palavra” sobre o fenômeno da drogadição, mas exercitar “o falar sobre”, o compartilhar experiências, superar a inação frente a tal problemática.

De início quero registrar a fala de uma profissional da Unidade Escolar “A” sobre um episódio recente que se sucedeu no interior da referida escola. Vejamos,

Na semana passada nos deparamos com quatro alunos na sala de aula que estavam dopados, totalmente drogados, e era de manhã, o meu susto foi exatamente por ser no turno da manhã a gente considera que são alunos mais tranquilos e responsáveis. O professor me chamou em sala, e lá eu me deparei com uma aluna dormindo, ele já tinha chamado a aluna várias vezes e aí ele ficou preocupado, quando eu cheguei lá eu tive que tocar, sacudir a aluna. Foi quando ela acordou e levantou... estava meio atordoada, eu a levei para a diretoria, ela não se segurava em pé, teve que ser apoiada, ela tem doze anos a outra tem treze, eu comecei a perguntar se ela tinha tomado café, perguntei o que ela estava sentindo, ela disse que tinha tomado um remédio para dor de cabeça, eu perguntei que remédio ela tinha tomado e quem tinha dado, mas ela falava com a língua embolada... não falava coisa com coisa, disse que não tinha sido apenas ela que tinha tomado que outras meninas tinham tomado também... aí nós descobrimos que tinha sido uma colega da sala, uma colega que convenceu, lá eu fui chamar a colega, a colega estava com vários comprimidos, tinha distribuído para vários alunos da escola, desses pelo menos quatro colegas tinham tomado, outros tinham recebido e jogado fora e aí ela começou a citar nomes dos alunos e agente ia chamado e perguntando até que teve um que disse: “professora o meu eu joguei ali” então a gente foi lá e estava. Encontramos vários comprimidos tipo “Diazepan”, não era Diazepan em si, mas era da mesma linha que se compra com receita. Pedi a diretora para ir até o posto de saúde ver se encontrava um médico por que eu estava com medo da menina passar mal, pois ela estava muito pálida e se sentindo mal mesmo. Daí, nós chamamos a

⁵³ Narcoeconomia é uma expressão que diz respeito à economia ilícita movimentada pela cadeia produtiva das drogas. Hardinghaus (1995, p.10) cita que “los grandes de la **narcoeconomía** han sido admitidos en el círculo de los hombres más ricos del mundo.” Caccia-Bava (2006, p. 64) assevera que “a formulação de políticas públicas de proteção dos jovens ameaçados pela **narcoeconomia** poderia ser referência para todas as políticas locais para a juventude” (grifo nosso).

família para contar o fato e a menina que tinha distribuído disse que tinha sido um colega que ela conheceu pelas redes sociais que lhe deu essas substâncias (ENTREVISTA, 14/09/2016).

Eis que logo após esse depoimento, me foi feita a primeira pergunta difícil: “O que fazer? A coisa tá séria!”, tal indagação veio seguida destas outras colocações: “Queremos saber como agir”... “Não sabemos direito o que fazer”. Disse eu então a meu interlocutor que precisávamos descobrir, ou seja, que não tenho respostas prontas ou soluções infalíveis. A proposta que trago é a reflexão sobre a temática (o contexto de drogadição) o “dialogar com os sujeitos”, o “compreender o fenômeno”, não desse fato isolado, mas, da drogadição que “materializa-se” em tal contexto que me propus atuar.

Percebe-se, nesse fato narrado, que não se trata, pelo menos no que se refere às/aos alunas/os envolvidos/as, de usuários habituais de psicotrópicos, tampouco àqueles considerados ilícitos, mas evidencia-se a efetivação de um fator de risco relacionado ao uso indevido de drogas, tal fator, em específico, refere-se à “falta de informação adequada”. Fatores de risco são circunstâncias psicossociais que expõe os sujeitos a situações de vulnerabilidade à drogadição, por outro lado os fatores de proteção “contrabalançam as vulnerabilidades, levando a uma menor chance de a pessoa assumir comportamentos de risco” (SENAD, 2010, p. 136), a referida publicação cita ainda que,

O trabalho de prevenção na escola não surge, portanto, de uma necessidade localizada, não pretende reprimir os adolescentes, nem ensiná-los a “dizer não às drogas” ou fazer terrorismo sobre uma “tragédia iminente”. Também não se trata de acumular mais uma tarefa no sobrecarregado cotidiano do professor [...] A prevenção do uso de álcool e de outras drogas é uma tarefa que integra a sua função educacional e deve fazer parte do seu projeto pedagógico. Quando compartilhada pelos educadores, pode ser percebida em um contexto de construção da responsabilidade social do grupo de alunos (SENAD, 2010, p. 144).

Sobre essa questão, Borges, Sudbrack e Almeida (2010, p. 145) observam que “[...] os fatores de risco e de proteção obedecem a uma lógica muito individual e ganham sentido de forma única para cada um. Por isso, o educador deve estar atento aos adolescentes e não ter concepções pré-formadas [...]”. As autoras ainda registram que a problemática da droga lança aos educadores desafios, como por exemplo, “compreender o adolescente e os grupos aos quais ele pertence (escola, família, comunidade, amigos) com um olhar relacional e agir por meio de intervenção contextualizada à realidade do adolescente e de suas relações”.

O curso de formação de docentes por este trabalho proposto, como já foi registrado no capítulo anterior apesar de ser formado de várias etapas, não necessariamente exige que o processo seja desenvolvido da mesma forma em todas as escolas. Porém, tais etapas tem um “fio condutor”: Reflexões sobre os sujeitos e Reflexões sobre o contexto, expedientes que se referem respectivamente às dimensões subjetivas e políticas. Escolhi, sobretudo em decorrência da exiguidade de tempo e por outros contratempos, já explicitados nesta tese, trabalhar, prioritariamente os aspectos ligados à questão política, ou seja, ao contexto das relações sociais e (in)ação do Estado. Tentei deixar isso evidente a partir do próprio título dessa tese.

Apliquei um pequeno questionário no intuito de perceber as percepções dos partícipes⁵⁴ no referido trabalho. Vejamos como alguns destes se posicionaram ao serem entrevistados sobre a participação na formação de multiplicadores em prevenção às drogas. Perguntados sobre quais os motivos que os levaram a se interessar por esta formação, obtive as seguintes respostas,

D1

Para aprender a lidar com os alunos que já estão envolvidos ou que tem certas tendências a se envolver no mundo das drogas. Isso muitas vezes deixa o professor sem saber lidar com essas situações.

D2

Alguns alunos das escolas públicas são alvo fácil para os traficantes, assim pretendo conhecer melhor a temática para poder orientá-los.

D3

A área de atuação. O número de ocorrências na comunidade onde se localiza a escola.

D4

Gostaria de obter mais informações sobre os novos tipos de drogas; o que elas provocam no organismo; como identificar se o aluno está sob o efeito de drogas; como agir diante de tal situação; dados estatísticos atuais sobre a violência e sobre a rota das drogas no Piauí.

D5

Pretendo melhorar as estratégias de ensino na busca de facilitar a comunicação com discentes (alunos) em situação de risco

D6

Espero melhorar minha atuação profissional, adquirindo mais conhecimento que servira de suporte para abordagem de um tema constante na sociedade escolar e geral.

D7

*Poder de alguma forma contribuir no sentido de **combater à prevenção e uso de drogas** do ambiente escola (SIC).*

D8

⁵⁴ Os docentes serão aqui apresentados pela letra D seguida de um número, no intuito de manter o sigilo sobre os partícipes da pesquisa. O número de respostas não equivale à quantidade de partícipes, visto que nem todos responderam às questões propostas.

Curiosidade. Falta de informação sobre o assunto.

Em todas as respostas é possível verificar que os sujeitos assumem que precisam aprender ou se informar sobre a temática. Em pelo menos uma das falas observa-se certo preconceito, “[...] lidar com os alunos que já estão envolvidos ou que têm **certas tendências** (grifo nosso) a se envolver no mundo das drogas”. Como reação a esta concepção, no momento da formação, de forma sutil, lancei essa pergunta, “existem pessoas mais predispostas a serem usuários e/ou criminosos?”, completei da seguinte forma, “É possível reconhecer alguém que tem tendência a usar drogas”?

Algumas das respostas explicitaram os estigmas que muitos coletivos sociorraciais carregam, “eles fazem questão de ser mal encarado... passam a cara de ameaça... eles são assim [...]” tal frase anuncia uma antítese física do eu... “eles”, ou seja “outros”, diferentes do “Eu”, diferente dos meus”. Discutir como “eles” se tornam diferentes do “eu” ou como eu os percebo um “não eu” tornou-se, pois, um caminho investigativo desse primeiro dia de formação.

Lembrei aqui da fala de um sujeito em situação de cárcere que tive a oportunidade de ouvir ao visitar a Unidade de Ressocialização Jorge Vieira em Timon/MA. Ao perguntar a um grupo de aproximadamente vinte jovens cerceados de liberdade, por tráfico de drogas, homicídio, latrocínio e outros crimes: “como vocês enxergam a sociedade e como vocês acham que ela enxerga vocês”?

JOVEM 1

Eu sou um infiltrado, eu não sou parte da sociedade normal, todos me veem como alguém que não merece estar aqui. Eu sei dessa minha condição. Os normais têm sua função e eu também tenho a minha. Eu sou criminoso, eu vivo o crime, vivo uma forma de ser que assusta, que dá medo, que a maioria não quer... É assim mesmo, eu não sou da sociedade, vivo no mesmo mundo, mas sou infiltrado, nada mais que isso.

“Infiltrados”. Essa expressão me tocou. Perguntados sobre suas origens sociais apenas um não confirmou ser de origem pobre, por coincidência ou não, era um sujeito de cor branca e de um bairro não periférico da capital do Piauí. No geral, eram negros e pardos, “os mal encarados” que ao iniciar a conversa comigo ficaram “na defensiva”, não muito disposto a falar. Mas, aos poucos, foram apresentando outras expressões, descontração e até sorrisos.

Sei que esses jovens, empobrecidos e negros são a “cara do cárcere” no Brasil e a trágica demonstração de nossas desigualdades. Frutos, na sua maioria, de socializações possíveis, de destinos pessoais traçados sem possibilidade de muitas escolhas e sem expectativas de recomeços reais.

JOVEM 2

Será assim professor, será sempre assim. Não outra alternativa pra mim não. Não fui eu quem inventou a droga ou o crime, quando eu cheguei já existia isso, só fiz continuar. Eu vivo assim, outros podem seguir o que faço e vão seguir, mas eu sempre digo que eu não sou novela para ser acompanhado, cada um faz o que pode. O senhor aí com seu trabalho e eu com o meu, vou vender droga ao sair daqui, todos sabem, a polícia, a justiça e até meus filhos que precisam do dinheiro de meu trabalho.

Essas duas falas talvez colaborem para reforçar ainda mais alguns preconceitos arraigados do tipo “esses sujeitos não tem jeito”, ou “eles não querem mudar”. Ou ainda “não adianta tentar, são irrecuperáveis”. De fato, ao conversar com esses jovens, não lembro de nenhuma fala de “otimismo”, ou melhor dizendo, de vontade de reorientar sua ação no sentido de se adequar a “sociedade normal”. Eles foram concebidos e também se concebem como “outra coisa” que não “gente do bem”, e se é pelo olhar do outro que nos constituímos enquanto sujeitos, estão, pois tais pessoas, não necessariamente renunciando outra vida, mas de forma franca anunciando sua condição, a sua existência, sobretudo por serem sabedores que não há, de uma forma geral, expectativas reais por parte da sociedade de que outros caminhos estes podem seguir.

Destaco ainda outras colocações de alguns docentes, que explicitam o desejo de conhecer “como agir, como atuar”, expediente que dá a entender que demonstram a necessidade de saber “o que fazer” frente a essa ameaça às juventudes, a drogadição. Vejamos:

“[...] pretendo conhecer melhor a temática para poder orientá-los”;
“Gostaria de obter mais informações [...]”;
“Pretendo melhorar as estratégias de ensino na busca de facilitar a comunicação com discentes (alunos) em situação de risco”;
“Espero melhorar minha atuação profissional, adquirindo mais conhecimento [...]”;
“Falta de informação sobre o assunto”;
“Poder de alguma forma contribuir no sentido de combater à prevenção e uso de drogas (SIC)”.

Certamente, o conhecimento mais apurado sobre o fenômeno pode levar a uma atuação mais adequada frente ao mesmo, mas, como já foi registrado, destaquei de início que a minha posição não seria de alguém *expert* possuidor de soluções imediatas, mas de um sujeito disposto a fomentar perspectivas reflexivas e a colaborar para o planejamento e implementação, durante todo o ano letivo, de práticas educativas que possam minimizar os fatores de risco em relação ao uso de drogas.

Entretanto, entendo que para este primeiro momento é preciso caminhar no sentido da desconstrução de preconceitos, de estigmas, de rótulos, de uma opinião pública que deturpa o fenômeno numa “análise” restrita que meramente culpabiliza os sujeitos mais vitimizados nessa cadeia produtiva, a narcoeconomia, os jovens empobrecidos.

Também perguntei sobre a importância/necessidade de uma formação continuada para atuar na prevenção às drogas, nesse caso, obtive as seguintes respostas:

D1

Sempre está se renovando, conhecendo novas metodologias, novas abordagens, sempre é válido para se trabalhar com um tema tão complicado como as drogas.

D2

Aconselhar os alunos mostrando como eles poderiam prejudicar sua vida pessoal, profissional e familiar.

D3

Capacitar os educadores para atuar de maneira adequada em sala de aula.

D4

É importante a comunidade escolar conhecer bem o assunto para atuar na prevenção às drogas. Com a formação continuada, o envolvimento é mais expressivo, pois torna todos os envolvidos num objetivo só, que é resgatar os alunos que já tem algum envolvimento e prevenir que os demais se envolvam com as drogas.

D5

Absorver métodos de orientação para uma efetiva prevenção do uso das drogas.

D6

É de suma importância para prevenir a comunidade escolar do uso de substâncias inadequadas e nocivas para a saúde.

D7

Importante, sobretudo no trabalho com a criança em idade escolar; tendo em vista a localização e localização geográfica da escola.

D8

Instruir as pessoas para o combate e prevenção às drogas.

Observo que as falas acima dos docentes convergem para o sentido do agir, do atuar, do fazer, assim, percebo que a dimensão reflexiva sobre a tal atuação e sobre o próprio contexto político, social, econômico em que os mesmos estão inseridos não aparecem, pelo menos de forma mais explícita, nas demandas dos docentes partícipes dessa pesquisa.

A proposta que sugeri foi inserir a drogadição num debate mais amplo, mas geral. Restringir uma formação docente, sobre essa temática, em modelos instrumentais simplificados num “como agir” irreflexivo não me parece uma forma adequada e eficiente de lidar com tal problemática, portanto, propus uma fala que não priorize o produto, a substância, a droga em si, mas que enfatize as pessoas, os seres humanos, as relações interpessoais, a vida

em sociedade, nesse sentido, o destaque foi a vida, o risco à vida e ainda a morte. Portanto, foram compatibilizadas elementos microanalíticos com aspectos macrosociais.

Ainda como momento de percepção das concepções dos docentes sobre a temática, quis saber dos mesmos, como práticas educativas específicas podem colaborar na prevenção às drogas. Vejamos algumas respostas,

D1

Mudando a versão dos alunos para o tema, não ficar apenas na mesmice de aula, onde muitas vezes os alunos não dão atenção, trazendo práticas essenciais ocorre uma expansão do leque educativo voltado para a temática.

D2

Conhecer os tipos de drogas e seus efeitos. Saber como as leis resolvem certas situações relacionadas às drogas.

D3

No que se refere à prevenção: a realização de palestras, feiras do conhecimento; apresentação de depoimentos de ex-usuários.

D4

As práticas educativas tornarão as aulas mais interessantes e atrativas, com isso poderão reduzir a evasão escolar e tirando-os das ruas, pois os mesmos ficam ociosos e sugestionados ao uso das drogas e ao crime.

D5

Conscientizando os alunos dos perigos que o consumo de substancias tanto ilícitas como lícitas, podem afetar o comportamento social e familiar.

D6

De forma a contribuir com informações relativas aos efeitos maléficis das drogas.

D7

Na identificação e possíveis contribuições no sentido de combater o uso de entorpecentes.

D8

Palestras por pessoas capacitadas. Oficinas.

Não diferentes das respostas às duas perguntas anteriores aqui também os docentes expressam a ideia do “realizar para os alunos” e não necessariamente fazer com eles ou junto com eles, a partir de suas reais demandas, de suas ideias, de seu possível protagonismo. A ideia do *expert* permeia a noção da atuação eficiente.

Especificamente sobre a questão da drogadição, a perspectiva do “combate” também aparece de forma recorrente, não apenas nas falas já expostas, como também no decorrer da formação, o que revela uma imagética belicista, uma noção de guerra, de confronto. Isso é bastante significativa, pois traz a tona representações sobre o fenômeno que indicam a cristalização ou uma forte ênfase de concepções conservadoras e também hegemônicas que atribui mais importância ao combate/confronto que ao diálogo, ou seja, a ações mais

humanísticas. Nesse sentido, observo que a lógica racional ainda segue em primazia em relação à dimensão do sensível.

Apresento a partir de uma sistematização das autoras Borges, Sudbrack e Almeida (2010, p. 149) alguns fatores de risco e fatores de proteção mais inerentes ao próprio sujeito e à família, todavia (Quadro 2), este capítulo irá abordar o tema com ênfase no viés político, sendo esse, então o ponto de partida das discussões na formação que ora apresento os resultados.

Quadro 2 – FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO AO USO DE DROGAS

Proteção	Risco
Sentimento do adolescente de pertencimento e integração ao sistema familiar.	Presença do uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente familiar.
Relações harmoniosas com a família.	Relações conflituosas na família.
Presença de diálogo como estratégias para lidar com conflitos.	Presença de violência como estratégia para lidar com conflitos.
Presença de referência de autoridade e limites definidos e respeitados.	Ausência de referência de autoridade e limites definidos e respeitados.
Flexibilidade na negociação de regras familiares.	Rigidez ou permissividade na negociação de regras familiares.
Boas expectativas e investimento familiar em relação ao futuro projeto de vida do adolescente.	Baixas expectativas e baixo investimento familiar em relação ao futuro e projeto de vida do adolescente.
Boas expectativas e alto nível de confiança do adolescente em relação ao sistema familiar.	Baixas expectativas e baixo nível de confiança do adolescente em relação ao sistema familiar.

FONTE: Borges, Sudbrack e Almeida (2010, p. 149).

Apresentei esse quadro ao grupo para introduzirmos um debate sobre “risco” e “proteção” ao uso de drogas. Entendo que meramente tentar “descobrir o/s motivo/s que leva/m alguém usar uma droga” não representa uma forma adequada de se abordar a temática, visto que não agrega vantagens que levem a compreender o fenômeno, assim, para iniciar nosso curso pensei numa atividade que proporcionasse aos partícipes reflexões acerca do “ser jovem” (o que caracteriza essa fase da vida humana) e também reflexões sobre contextos vulnerabilidades ao uso de drogas.

Como recurso para a produção e socialização das ideias/reflexões foi utilizada as artes plásticas, cujo facilitador foi Avelar Amorim, este sugeriu a confecção de painéis/cartazes

inspirado no parangolé⁵⁵. Dividi o grupo em quatro equipes, pedi que os grupos fossem compostos por professores e alunos. Solicitei que os grupos conversassem entre si e produzissem na forma artística acima exposta, para facilitar na socialização com os demais participantes, suas concepções sobre “Fatores de Risco ao uso de drogas” e sobre “Características do jovem” (Imagem 1).

Imagem 1 – FORMAÇÃO SOBRE JUVENTUDES E DROGADIÇÃO



FONTE: Acervo do pesquisador.

Durante a socialização, foram apresentadas diversas características dos jovens como: destemido, corajoso, rebelde, curioso, aventureiro, indisciplinado, amigo, imediatista, teimoso, respeitoso, criativo, ocioso, festeiro, dentre outras. Resolvi apresentar tais adjetivações “aleatoriamente” para não incorrer em valorações minhas acerca de tais qualificações. Também não me interessa, nesse momento, discutir cada perfil apresentado ou mesmo refletir sobre possíveis preconceitos arraigados e reproduzidos sobre as juventudes, o que de certa forma realizo no decorrer de todo esse trabalho.

Pretendi com essa atividade levar a reflexão de que não são as características dos jovens que devem ser “condenadas”, “podadas”, “corrigidas”, sejam elas, a nosso ver, adequadas, “positivas” ou não. Portanto, o foco da atividade de prevenção é a minimização

⁵⁵ “O parangolé é uma obra artística criada pelo artista brasileiro Hélio Oiticica nos anos 60, a partir de suas experiências com música, dança e artes visuais junto aos integrantes da Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira, no Rio de Janeiro. Formado por camadas de panos coloridos, que são estandartes, capas, bandeiras e tendas, alguns com inscrições como “Incorporo a revolta” e “Estou possuído”, o parangolé só revela as suas

dos fatores de risco, não o tolhimento/ cerceamento dos jeitos juvenis se agir/ser/expressar-se. Vejamos como se expressou um/a dos/as partícipes durante a socialização.

Parece que hoje se perdeu o respeito. Não se ver a mesma consideração que se tinha noutros tempos.

Em seguida perguntei o que o/a leva ter essa conclusão, a resposta do mesmo foi a seguinte:

Não é difícil perceber. Antigamente se pai falava estava falado. Hoje as pessoas falam muito de direito da criança e do adolescente, mas esquecem de se trabalhar os deveres. Eles estão crescendo sem saber que também têm direitos e são passíveis de sanções de se deixarem de cumprir.

Essas concepções arraigadas em parte da população revela o quanto a sociedade atual não consegue esconder seu “adultocentrismo”, ou seja, às práticas do adulto descumram o ser jovem, criança e adolescente. O adultismo se impõe e quando não tem todos seus normas/desejos aceitos, classifica como rebeldia ou outras denominações. Falar que criança tem mais direitos que deveres é uma clara expressão da não compreensão da realidade a qual está inserida e assimilação sem ressalvas dos discussões mais ortodoxos. Vejamos o conteúdo de um *jornal eletrônico* que se identifica como o único do Brasil cujos “redatores” são crianças e jovens:

Claro que a lei brasileira é injusta, pois se passa por boazinha ao dar muitos direitos às crianças, mas não consegue protegê-las como deveria. Tira a autoridade dos pais e ao mesmo tempo deixa as crianças sujeitas à autoridade de pessoas que não deseja nenhum bem para elas, como por exemplo, os infratores da lei [...] O castigo e a palmada que os pais não podem dar vão ser dados pelos criminosos. E o castigo deles e da droga é a morte (O BRASILEIRINHO⁵⁶).

Até mesmo entre docentes essas violências simbólicas têm ganhado terreno. Logo observei que não seria fácil desconstruir tantas concepções pautadas em paradigmas adultocêntricos fortemente cristalizados e o mais agravante é que muitas dessas opiniões são desdobramentos de discursos dominantes, portanto das classes hegemônicas que buscam legitimar suas teses que tornam algozes os segmentos sociais mais vitimizados. Estariam abarrotadas de pobres, pretos e pardos as cadeias, como a que visitei em Timom/MA, porque os/as pais/mães empobrecidos não souberam criar? Não souberam castigar?

estruturas quando em movimento, isto é, quando aquele que o usa ou carrega está dançando”. Disponível em: <<http://lazer.hsw.uol.com.br/parangole.htm>> **Acessado** em 02/10/2016.

Também ensejei que falássemos sobre fatores de risco ao uso de drogas, sobre esse ponto registro fala a seguir proferida por um docente,

[...] quando se fala em drogas as pessoas só pensam que droga é a substância, o álcool, a maconha, a cocaína. Na verdade não é. Todos nós criamos dependências, seja de substância materiais ou não. Na física quântica isso se chama de materialização da energia ou energia condensada. Mas tem outro tipo de energia que é a energia do sentimento que também causa dependência. Esse assunto é um pouco complexo [...] A família é o primeiro pilar e interruptor que pode acionar a luz na mente do adolescente para que ele venha evitar a pior droga que existe que é a droga da falta de conhecimento. Quando você não tem conhecimento as coisas ficam mais difíceis, independente de ser uma família mais tradicional ou nos moldes que estão surgindo.

O diálogo, o conhecimento, as relações interpessoais foram contemplados nessa fala, a meu ver rica e possuidora de uma reflexão interessante, “dependência” à produtos não materiais. Mesmo aquém de outros suportes teóricos que desse conta da análise mais atenta de tal fala, como a psicanálise talvez ou mesmo a citada física quântica resolvi registrá-la, para demonstrar a complexidade da seara que me ponho em incursão. Todavia, me posiciono, pelo menos no recorte da formação que escolhi para fazer parte dessa pesquisa, aos aspectos políticos e sociológicos.

Além de uma postura preventiva e educativa na família e na escola, espera-se uma postura política, pois urge na sociedade brasileira que se desenvolvam uma consciência e uma posição crítica em face dos fatores de risco do contexto em que se inserem a família e a escola, entre os quais destacamos: a miséria, que pode incentivar nossos jovens e crianças a se tornarem pequenos traficantes; o abandono afetivo, que deixa espaço para o apego às drogas; o consumismo, que reconhece como sujeito apenas aquele que compra o último produto do mercado; a luta contra a desumanização do ser humano, que pode encontrar nas drogas refúgio para sentir alguma emoção; a luta contra o individualismo, que pode remeter o jovem ao grupo de consumo de drogas na ilusão de viver uma coletividade; a luta contra a performance da perfeição, que exige cada vez mais do homem e pode remetê-lo ao estímulo químico para ampliar suas energias e sua competência, que paradoxalmente o esgota e o submete (BORGES; SUDBRACK ; ALMEIDA, 2010, p. 149).

Há na sociologia uma questão clássica, “quem determina quem, o sujeito ou a sociedade?”, tal indagação tem suscitado há tempos, variados debates entre as mais diversas e divergentes correntes de pensamento, se tomarmos como exemplo, o funcionalismo de Émile

⁵⁶ <Disponível em <<<http://www.obrasileirinho.com.br/direitos-das-criancas-2/crianca-so-tem-direitos-mas-os-deveres-das-criancas-existem/>>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

Durkheim, ancorado no positivismo *comteano* ver-se o quanto essa perspectiva, através do *Fato Social*⁵⁷, observa o “peso” que a sociedade exerce nos sujeitos. Essa abordagem, bem traduzida como *teoria do consenso*, observa que os principais problemas da sociedade são de ordem moral.

Por outro lado, a teoria do conflito, não negando as contradições existentes no seio das sociedades, propõe uma análise divergente da apresentada no parágrafo anterior, visto que observa que se encontra nas desigualdades sociais o cerne dos problemas sociais. Ambas as teorias são fruto do século XIX, período de consolidação do Estado burguês, portanto de expansão do sistema político, econômico e social, denominado de capitalismo, esta última tem como expoentes Friedrich Engels e Karl Marx.

Essas duas abordagens acima, de forma sucinta apresentada, são bastante significativas para que se possa compreender como as questões que envolvem as vulnerabilidades de jovens empobrecidos e em especial os que se encontram em situação de tráfico estão a meu ver, mais propensas a serem explicadas⁵⁸ (e não necessariamente compreendidas) na sociedade como um todo, pelo viés da teoria do consenso, ou seja, plasmando o fenômeno de moralidade.

Todavia, paradoxalmente, essa mesma explicação estabelece certa inversão da mesma lógica que lhe fundamenta (positivista/ funcionalismo) ao imputar ao sujeito pobre, “sem rumo”, “sem jeito”, “drogado”, a culpa de sua condição de existência, ou seja, “desobserva” o peso da sociedade na determinação dos sujeitos, e, ancoradas em concepções de recrudescimento da violência de pessoas em situação de pobreza, por exemplo, cria-se a ideia, do *indivíduo contra a sociedade*. Nesse sentido, é comum se ouvir de alguns “o sujeito é pobre por que quer, as oportunidades estão aí”, ou mesmo “se a pessoa é rica, o mérito é dela que lutou por isso!”, “a pobreza é fruto da acomodação de muitos!”, ou mesmo, associar pobreza e violência,

O higienismo, aliado aos ideais eugênicos e à teoria da degenerescência de Morel, concebe que os vícios e as virtudes são, em grande parte, originários dos ascendentes. Afirma que aqueles advindos de “boas famílias” teriam naturalmente pendores para a virtude. Ao contrário, aqueles que traziam “má herança”, leia-se os pobres, seriam portadores de degenerescências (COIMBRA; NASCIMENTO, 2006, p. 4).

⁵⁷ Objeto de estudo *durkheimiano* que é definido como a forma de agir, de pensar e expressar-se dos indivíduos, que tem como características a exterioridade, a coercitividade, a generalidade e ainda a objetividade.

⁵⁸ A diferença entre explicar e compreender/entender “pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimento e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso [...] entender é desalienar-se, é decifrar [...]” Emir Sader em Mészáros (2005, p. 18).

Ainda nessa linha de raciocínio observa-se o quanto se cristaliza na opinião pública, a inexorável ideia de jovem como um problema, uma ameaça, explicitando uma perspectiva que se torna ainda mais acintosa em se tratando das juventudes empobrecidas. No contexto da drogadição tal cenário apresenta contornos ainda mais drásticos, visto que apesar de se observar algumas mudanças atuais no que tange essa questão, mais especificamente, ao ver a mesma como uma questão de saúde pública, portanto que requer uma maior compreensão, dada a complexidade dessa situação, ainda é claramente observável uma forte “policialização” do fenômeno.

E ao se tratar de polícia, não é difícil se observar que as maiores vítimas letais de nosso aparelho de segurança pública tem sido as juventudes empobrecidas, que há décadas vem se tornando elemento principal do rol das mortes em decorrência “da resistência à abordagem policial”. Aos jovens “sediciosos” da situação de tráfico, em específico, tem sido historicamente “ofertado” respostas “enérgicas” das polícias brasileiras, ainda muito atreladas à falida concepção de guerra às drogas⁵⁹, que tem vitimado significativamente em maior número, o braço mais fraco dessa cadeia, a narcoeconomia, crianças, adolescentes e jovens das periferias dos grandes e médios centros urbanos. Nessa linha de raciocínio, assim registra Esteves e Abramovay (2008, p. 5),

[...] Imputados de culpa. A juventude é constantemente associada à ameaça social, à criminalidade, à “delinqüência”, como se o ser jovem implicasse, de forma potencializada e direta, no desvio e na transgressão criminosos, cujos desdobramentos seriam capazes de colocar em risco tanto a sua própria integridade física e moral quanto a de toda a sociedade.

Apresento nessa tese, alguns elementos para refletirmos sobre como as fragilidades nas políticas públicas brasileiras como um todo, tem contribuído para o extermínio de nossas juventudes com menor poder aquisitivo. Primeiro, observemos que não é necessariamente o incremento no uso de drogas o principal causador de “desordem” social e das violências, mas, as desigualdades e injustiças sociais. O estudo⁶⁰ realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) através UNODC (Organização das Nações Unidas para as drogas e crimes), *World Drug Report 2014*, coloca diversos países em situação econômica melhor que o Brasil como maior consumidores de drogas como a maconha e a cocaína, por exemplo, os Estados Unidos e a Austrália (em termos proporcionais no caso dessa última). Reforçando a denúncia

⁵⁹ Os Estados Unidos da América, em meados dos anos de 1960, implementaram uma política de repressão chamada “guerra às drogas”, décadas mais tarde o próprio governo americano reconheceu os equívocos de tais ações que, segundo o mesmo, chegou a gastar aproximadamente US\$ 20 bilhões.

da música que trago na epígrafe desse capítulo, que cita, “o jovem no Brasil não é levado a sério”, registro, ainda, a observação de Abramo (1997, p. 2), diga-se de passagem, realizada há quase duas décadas. Vejamos:

Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo (*sic*), no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

A referida autora ainda observa que parte considerável dos programas e projetos voltados para as juventudes “apesar das boas intenções neles contidos”, frisa, objetivam, “a contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu ‘afastamento das ruas’ ou pela ocupação de ‘suas mãos ociosas’”.

Cito novamente a fala de um/a dos/as docentes “[...] pois os mesmos [os jovens] ficam ociosos e sugestionados ao uso das drogas e ao crime”. O “controle do ócio”, aliás, e a ideia inócua de que “preenchendo” todo o tempo das juventudes, resolve “o problema” desses sujeitos, ilustra a estigmatização dos jovens empobrecidos, como exemplo, Carlos Eduardo Seabra, promotor do Ministério Público de Pernambuco – MP/PE, em uma palestra em Teresina sobre o papel dos órgãos públicos e da sociedade no combate às drogas, proferida em novembro de 2012, defendeu a abertura das escolas aos finais de semana, nas regiões onde os jovens têm mais probabilidade de terem contato com as drogas (SOUSA, 2013, p. 80).

Considero mais razoável afirmar que o próprio cenário de uma sociedade excludente que não garante o exercício pleno da cidadania de uma grande parcela de sua população é, de fato, o propiciador da criação de um ambiente que catalisa as situações nefastas da drogadição e não o contrário, portanto, não é o uso de drogas que determina o “desajuste social”, a pauperização, as violências, o quadro social caótico, tais circunstâncias, são, pois, fruto de um país, historicamente forjado a partir de transições pactuadas, orquestradas pelas elites, que perpetuando regalias, privilégios e prerrogativas, põe a margem da sociedade variados grupos sociais e étnicos minoritários. E são a estes subcidadãos imputados as causas de suas próprias mazelas, sobretudo quando a existência desses coletivos ameaça a zona de conforto dos

⁶⁰ Disponível em <<http://www.unodc.org/wdr2014/>>. Acesso em 23 maio 2016.

grupos hegemônicos. Dartiu Xavier da Silveira, Psiquiatra e diretor do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sobre essa questão afirma⁶¹ que,

[...] equívoco é pensar que a droga é que causa a situação de miséria de quem a consome. É exatamente o contrário. O que leva as pessoas para o buraco é a ausência do Estado, que não oferece escola de qualidade, habitação digna nem chance de trabalho. A droga é consequência, não é causa. É por isso que o trabalho não deve ser reprimir, mas prevenir. E, claro, trabalhar para devolver dignidade às pessoas.

A arte do cantor Max Viana nos auxilia a refletir sobre tais problemas, e auxilia na linha argumentativa aqui exposta, sua composição traz em um de seus trechos, que “é mais fácil condenar que já cumpre pena de vida”, ou seja, a concepção atual cunhada pela classe média, da pobreza como um problema do pobre, da não aptidão do mesmo, da indolência, não é tão nova, visto que já foi muito propagada, no Brasil em especial, no início do século passado, no auge das ideias eugenistas, que apregoava o higienismo, o darwinismo social, inclusive encontrando respaldo de alguns setores da comunidade científica. Vejamos esse trecho da música “Classe Média”⁶²,

[...] Mas eu "tô nem ai"/ Se o traficante é quem manda na favela/ Eu não "tô nem aqui"/ Se morre gente ou tem enchente em Itaquera/ Eu quero é que se exploda a periferia toda/ Mas fico indignado com estado quando sou incomodado/ Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão/ O para-brisa ensaboado/ É camelo, biju com bala/ E as peripécias do artista malabarista do farol/ Mas se o assalto é em Moema/ O assassinato é no "jardins"/ A filha do executivo é estuprada até o fim/ Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa/ De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal/ E eu que sou bem informado concordo e faço passeata [...]

Em países que apresentam maior efetividade do sistema de proteção social, a maior quantidade de usuário de drogas não representa um incremento de outros crimes como furtos e homicídios por exemplo (como no Brasil parte da opinião pública apregoa). E tomando como comparação diferentes perfis de usuário brasileiros, aqui me permitindo dividir apenas *menos favorecido* e *mais favorecido*, tais crimes, ou acusação/imputação de crimes como os citados acima incidem majoritariamente, entre indivíduos pertencente a esse primeiro grupo.

⁶¹ Disponível em <<http://www.psiquiatria.unifesp.br/d/proad/noticias/exibir/?id=13>>. Acesso em 22 jul. 2016.

⁶² A música *Classe Média* do CD “*Marginal*” de Max Gonzaga chegou às semifinais do *Festival Cultura - A Nova Música do Brasil em 2006*.

Tal retrato pode ser comprovado tomando como base a pessoas em situação de cárcere e as assassinadas no Brasil, uma vez que,

[...] os dados sobre a escolaridade da população prisional brasileira, é possível identificar que, em todos os anos da série histórica de 2005 a 2012, a maior parte dos(as) presos(as) não chegou a completar o ensino fundamental. Para este mesmo período constata-se que uma parte muito restrita da população prisional possuía ensino superior [...] A partir dos dados foi possível aferir que, em todos os anos da série histórica de 2005 a 2012, a maioria da população prisional do país era composta por jovens entre 18 e 24 anos [...] Diante dos dados sobre cor/raça, verifica-se que, em todo o período analisado, existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra [...] (BRASIL, 2014, p. 22-25).

Pesquisas⁶³ contribuem para elucidar essa questão e apontam uma incidência maior do uso de drogas entre indivíduos com maior poder aquisitivo, ainda que tais levantamentos possam apresentar algumas fragilidades quanto à coleta de dados, visto que são realizados por meio de autodeclaração, expediente que nem sempre alcança a realidade em sua totalidade, como exemplo cito a pesquisa⁶⁴ realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que apontou os seguintes dados sobre o perfil de usuários de drogas no Brasil,

Em sua grande maioria são brancos (85% contra 53% do conjunto da população) e pertencem à Classe A (62% contra 5,8% da população). O quadro de drogas como um bem de luxo para as casas de elites se confirma em quase todos os níveis analisados. Em 68% daqueles aonde se declara consumo de drogas sempre se consome os alimentos do tipo que se quer, o que acontece para somente 25% do conjunto da população. Ainda consiste com o quadro de “filhinhos de papai” observamos que 80% ocupam papel de filhos em sua moradia (ao invés de chefes, cônjuges etc.), contra 26% da população (FGV, 2007, p. 12).

Corroborando com tal concepção, a culpabilização das classes empobrecidas, no que tange a drogadição, a resposta dada por Pedro Abramovay⁶⁵, em entrevista⁶⁶ cedida ao jornal EL

⁶³ Ver o *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil : estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país* (nas referências).

⁶⁴ "Estado da Juventude, Drogas, Prisões e Acidentes" feita com base em um estudo do IBGE, de 2003 e publicada em 2007.

⁶⁵ Advogado, ex-secretário da Justiça do governo federal na presidência do Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva e Ex-Secretário da Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre drogas – SENAD.

⁶⁶ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/16/politica/1442426557_123138.html>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PAÍS da Espanha, quando perguntado, “como a Justiça deveria diferenciar o traficante do usuário? É pela quantidade da droga que a pessoa está portando?”, vejamos,

Essa é uma questão fundamental. A aplicação da lei hoje é **que quem é rico, é usuário, e quem é pobre, é traficante** (grifo nosso). Não tem critério. Independente de legalização ou não, é preciso ter um critério que não seja o endereço e a cor da pele da pessoa. E aí existem exemplos em diversos países. O México, por exemplo, estabeleceu uma quantidade [permitida] muito baixa, que não resolve essa questão. Por isso, o fundamental é fazer uma pesquisa, uma análise para saber o quanto um usuário consome por dia de consumo e estabelecer a quantidade permitida. E eu considero fundamental que o Supremo estabeleça isso. Mais ainda nesse caso, deveria valer para todas as drogas. Uma pessoa com 5 gramas de cocaína é considerada traficante porque ela mora na favela. Não se trata de dizer se uma droga é perigosa ou não.

Existe uma máxima na drogadição que diz, “o sujeito é quem faz a droga e não a droga que faz o sujeito”, tal afirmação é bastante significativa visto que nos leva a considerar nessa complexa questão o contexto específico no qual há o contato/relação sujeito-substância, marcado por subjetividades e outros repertórios de paixões/emoções. Tal concepção inclusive nos leva considerar como didática e *apriorística* as classificações das substâncias psicoativas quanto a sua ação no sistema nervoso central⁶⁷, portanto são indissociáveis, os elementos sujeito – droga – contexto/circunstâncias.

Metaforizando a máxima anteriormente exposta e fazendo alusão ao desfecho da última citação “Não se trata de dizer se uma droga é perigosa ou não”, conclui-se então que não é a droga, nem necessariamente a sua quantidade, que constituirá a natureza do crime, mas o “tipo” de sujeito e, sobretudo o cenário urbano é que tem sido determinante (nas práticas policiais e judiciárias brasileiras) para a tipificação do crime.

Ainda são incipientes as pesquisas no Piauí sobre jovens em situação de tráfico, esta, apresentada no parágrafo anterior de Marcondes Brito, representa um pioneirismo, se não pelo tema/objeto, pelo menos pela metodologia. Seu estudo⁶⁸, de cunho etnográfico, como o próprio autor define, adentra espaços periféricos da capital de Teresina, mais especificamente àqueles onde jovens fazem uso de drogas e/ou às vendem. “[...] um não lugar [...] pouco visitado pelas políticas públicas”, realidade social marcada pela falta de saneamento e escolas, por uma quantidade significativa de bares e boca de fumo/outros espaços de contato com drogas e ainda pelo “rodízio” de jovens traficantes, que, devida a baixa expectativa de vida,

⁶⁷ A classificação das drogas quanto a ação no Sistema Nervoso Central dar-se da seguinte forma: Alucinógenas, Depressoras e Estimulantes.

⁶⁸ Pesquisa de mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, cuja dissertação foi defendida em 2011.

seguem movimentando a narcoeconomia nesses espaços, também, caracterizado, como já exposto anteriormente, pela truculência policial, como observa o referido autor em seu estudo.

Brito (2011) ao investigar sobre o envolvimento de juventudes na realidade do tráfico de drogas, tomando como campo de estudo a cidade de Teresina, lança um olhar crítico aos estigmas e preconceitos construídos principalmente em relação aos jovens empobrecidos, observando inclusive a ação “diferenciada” do Estado para como essa parcela da população, tal pesquisa objetivou, segundo o próprio autor, “compreender as consequências do tráfico” na vida desses sujeitos, “a influência exercida para a formação subjetiva dos jovens” e como se dá suas vivências/ experiências nesse contexto da drogadição.

O local pesquisado pelo estudo de Brito (2011) trata-se das Vilas São José e Santa Cruz localizada nas imediações do Km 06, zona sul de Teresina. O autor em tela descreve tais espaços como negligenciado pelo poder público, que passa a ser visto/encarado por muitos sujeitos que lá vivem, como “adversário”, o poder público, nesse caso, é sentido/vivido/experimentado pelo seu lado opressor e violento, ou seja, por prática que, inclusive, podem ser classificadas como contrárias a diversas preconizações dos Direitos Humanos, haja vista, as práticas de tortura, de discriminação, de preconceito e, em estágio mais trágico, de execução.

A princípio, considero razoável observar que práticas ilícitas tornam-se corriqueiras em espaços onde o Estado faz-se omissivo/negligente/inoperante. Não importando se tais cenários/lugares/áreas são ou não ocupados/dominados por grupos subalternos ou hegemônicos. Entretanto, a forma como o Direito é produzido e imposto diferencia-se. O arcabouço jurídico, geralmente é fruto das classes dominantes e sua constituição, em princípio, não se destina, à mudança, à transformação, à inversão, mas a manutenção da ordem, e esta ordem é representada pela forma de vida dos segmentos hegemônicos.

Observemos, pois, que no Brasil a Lei é mais rigorosa nos crimes contra o patrimônio que em situações de crime contra a ordem tributária⁶⁹, ou de lesão corporal por exemplo. Quem sonega mais imposto? Quem comete mais furtos de menor vulto? A população carcerária é composta majoritariamente, por criminosos do segundo exemplo, cujo perfil

⁶⁹ No Brasil foi estabelecido o pagamento do tributo (inclusive de forma parcelada) como hipótese de extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária (observe-se que o pedido deve ser formalizado antes do recebimento da denúncia criminal). Não se enquadram em concessões da mesma natureza os crimes contra o patrimônio, ou seja, mesmo que o agente que cometeu um furto faça o ressarcimento/devolução do bem subtraído, tal expediente não o exime de cumprir sua pena, inclusive de reclusão/detenção. Para ter acesso aos textos integralmente das disposições legais citadas em, consultar os seguintes endereços: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm>, e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 ago. 2016.

socioeconômico, apresenta-se como sujeitos às margens da sociedade. A estes são imputados os rigores da lei. A justiça revela-se, assim, em uma de suas faces mais severas, o encarceramento. Tal aceção é corroborada por Foucault (2002, p. 99), quando o mesmo afirma,

[...] a ideia de uma penalidade [...] tem por função não ser uma resposta a uma infração, mas corrigir os indivíduos ao nível de seus comportamentos, de suas atitudes, de suas disposições, do perigo que apresentam, das virtualidades possíveis. Essa forma de penalidade aplicada às virtualidades dos indivíduos, de penalidade que procura corrigi-los pela reclusão e pelo internamento não pertence, na verdade, ao universo do Direito, não nasce da teoria jurídica do crime, não é derivada dos grandes reformadores como Beccaria⁷⁰. Essa ideia de uma penalidade que procura corrigir aprisionando é uma ideia policial, nascida paralelamente à justiça, fora da justiça, em uma prática dos controles sociais ou em um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder.

O estigma que assola as camadas empobrecidas da população é transcendente a fronteira jurídica, atingindo substancialmente os jovens empobrecidos, negros e mulatos em sua maioria que “[...] pelo simples fato de não terem livre acesso aos bens de consumo e à propriedade privada, estariam predispostos a utilizarem-se de meios ilícitos para deles se apropriarem” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2001, p. 35). Um dos alunos que participaram da formação de multiplicadores em prevenção em drogas realizou essa denúncia,

Fui ao Teresina Shopping e um homem lá não deixou entrar. Tentei em outra entrada e aconteceu a mesma coisa.

Mas, se ele estivesse em um taxi, entraria. Não teria essa discriminação – Disse um/a docente.

Eu já entrei de Táxi, com uns amigos. A gente sabia a pé não entrava – Completou um segundo jovem.

Quando eu perguntei aos jovens porque vocês acham que são “barrados” de entrarem nesses espaços, um respondeu que os seguranças informaram que eles têm de estar acompanhados dos pais. A cor da pele, a aparência influenciou eles agirem assim? (os quatro jovens partícipes eram pardos/negros), eles responderam com certo constrangimento balançando a cabeça positivamente. Afirmaram ainda, esses jovens, ao serem instigados a

⁷⁰ “Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, nasceu em 15 de março de 1738, em Milão. Estudou no colégio jesuíta de Parma, formou-se em Direito na Universidade de Parma, em 1758. De 1768 a 1771, ocupou a cátedra de Economia nas Escolas Palatinas de Milão. Foi nomeado conselheiro do Supremo Conselho de Economia; enquanto membro desse Conselho, supervisionou uma reforma monetária e lutou pelo estabelecimento do ensino público. Em 1791, participou da junta que elaborou uma reforma no sistema penal”. Disponível em: <<http://www.saladedireito.com.br/2010/12/dos-delitos-e-das-penas-cesare-beccaria.html>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

refletir sobre a postura segregacionista do referido estabelecimento que ver muitos adolescentes “bem vestidos” e brancos entrarem sem serem importunados.

Exerce um papel preponderante na ação de muitos operadores do direito, “homens da lei”, “mantenedores da ordem e da segurança” o tipo, a origem e território do sujeito. Seria a abordagem policial realizada na Vila Irmã Dulce, na Santa Maria da Codipi ou em outros bairros periféricos de Teresina realizada da mesma forma que na parte nobre da zona Leste ou em outros espaços elitizados?

Esse tratamento diferenciado, baseado nas condições materiais de vida econômica e social, espraia-se pela sociedade, fomentando uma conflituosa situação de clivagem: do lado (do) ‘direito’ assentam-se os cidadãos, pessoas que tem acesso a seus direitos, comprando-os se necessário; do lado ‘esquerdo’ (que tem como raiz etimológica a palavra *sinistru*) amontoam-se os não-cidadãos, aqueles que só tem deveres e que só são incluídos no processo histórico por causa de sua situação de exclusão social (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2001, p. 35).

Observa-se, nessa perspectiva, como o poder exige e cria as condições ideais de sua fluidez, e, assim, o mesmo vai sendo desobstaculizado, exercendo, pois, com maior chance de êxito possível, seu domínio. Para tal, são criadas e recriadas as formas de disciplinamento. A disciplina serve para facilitar o fluxo do poder (FOUCAULT, 2014). Esta pesquisa ao investigar sobre as formas de controle/vigilância/ disciplinamento atuais, observa o quanto tais práticas recai, sobremaneira, nas camadas mais empobrecidas da população. O incremento dos problemas sociais, o avanço da delinquência levam muitas pessoas a buscar responsáveis, o que gera medo e intolerância, registra Feffermann (2006, p. 15):

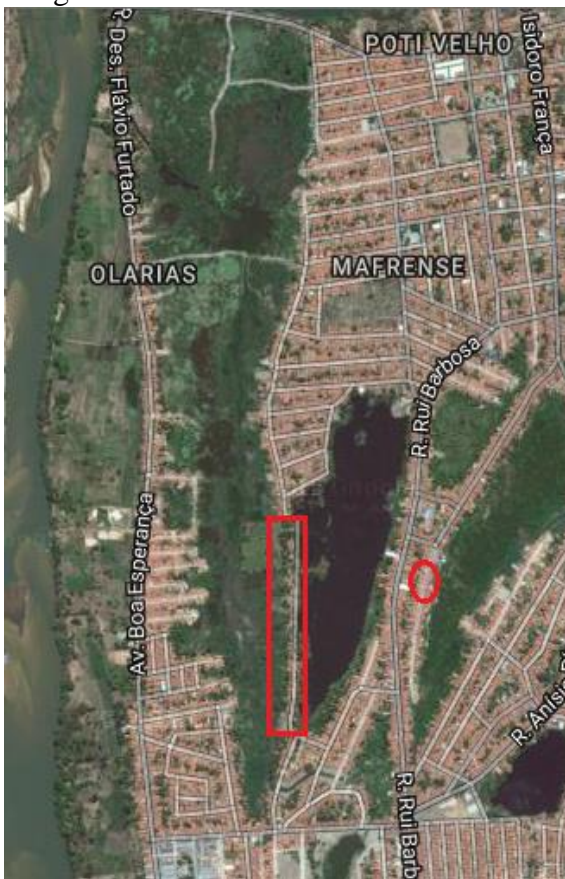
Geralmente é sobre o jovem que recai o desdobramento desse medo, a raiva, e a sociedade procura justificar essas atitudes ideologicamente, A sociedade generaliza a situação e passa a julgar qualquer jovem pobre que vive na periferia. No entanto, é importante frisar, contrariando crenças e preconceitos arraigados em amplos segmentos, que nem todo jovem pobre que mora na periferia está envolvido no tráfico.

Vivi essas experiências. Dada minha origem, periferia de Teresina, a cor não-branca e o parco poder aquisitivo da família, ao participar de atividades culturais ofertadas pelo poder público, vez por outra era classificado como àquele “que podia estar roubando, usando drogas”, mas foi “salvo” pela “assistência” e “benevolência” do Estado que se vangloria de sua exímia capacidade de evitar a trilha natural desses pequenos indivíduos, a delinquência.

As ações sociais, culturais, esportivas voltadas crianças e adolescentes empobrecidos comumente são vistas, por parcela da sociedade e parte da opinião pública, como “prevenção ao crime, à bandidagem” e não como um direito em si ou como o fomento ao exercício da cidadania.

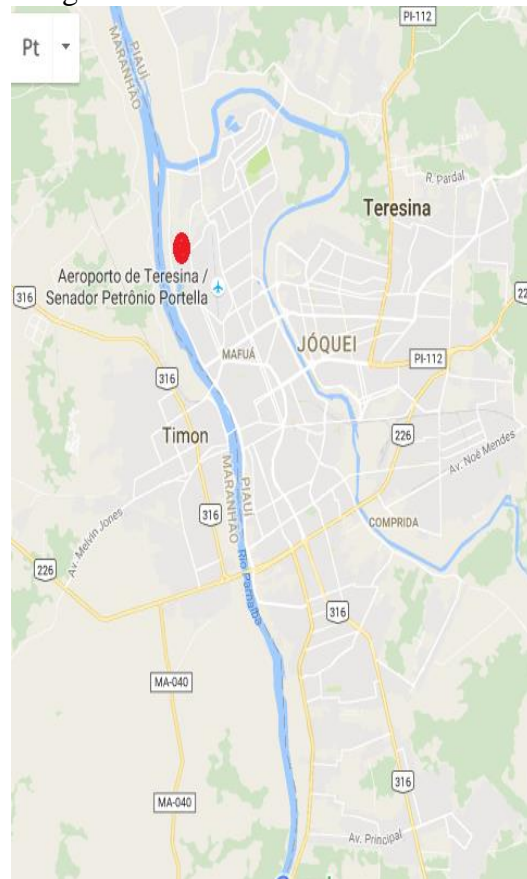
Eu nasci e vivi até os trinta anos, próximo de uma das regiões de Teresina tida como mais perigosa e afetada pela delinquência e drogadição, que é a parte da zona norte compreendida entre dos bairros Mafrense e São Joaquim, o local ficou conhecido como “Infernim” (Imagem 2 e Imagem 3).

Imagem 2- “Infernim”



FONTE: google.com.br/maps

Imagem 3 – Panorâmica de Teresina⁷¹



FONTE: google.com.br/maps

Trago na memória como esse território foi se formando. Em 1995 (eu tinha 12 anos), depois de meses de muita chuva em Teresina, a região que fica a sudoeste da lagoa chamada de Piçarreira (formada a partir da extração de areia e piçarra nos anos 1970 e 1980), a época habitada por moradores em casas de taipa, na sua maioria, foi assolada por uma enchente. Os moradores, entre eles alguns parentes meus (irmão, sobrinhos, primos, tios) foram convidados

⁷¹ O ponto nesta imagem localiza, aproximadamente, a região dos Bairros Mafrense e São Joaquim que ora estou me reportando.

a erguer suas casas em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina na região da Santa Maria da Codipi, no extremo norte da capital.

A região do “Infernim”, que até então não possuía esse epíteto (era chamada de Recanto), passou certo tempo desabitada (ou pouco habitada, um tio meu além de outros moradores não deixou o local) e não possuía saneamento básico, salvo o fornecimento de água. A via principal não tinha saída (Imagem 4) que pudesse transitar veículos automotores. Era (e o é até hoje) um ambiente isolado, de um lado a Olaria, aonde se extrai argila, do outro, como disse anteriormente, a lagoa. Passado o período de chuva, mesmo com restrição expressa do poder público, dado o risco de alagação do local, algumas pessoas começaram a erguer casas de taipa e a reocupar o local, eram dezenas de famílias.

Imagem 4 – Rua Hiroshima (Entrada principal do “Infernim”)



FONTE: [google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps)

O local de muitas áreas de terrenos baldios, inóspitos passou a ser utilizada por usuários de drogas e por vendedores do produto. Virou um dos mais famosos da zona norte e também “assustador”, a perceber pelo nome. A mídia local, sedenta de sensacionalismo, corroborou com tal estigma. A própria polícia também contribuiu para a cristalização da ideia de local de extrema periculosidade. A recepção de objetos roubados/furtados e inclusive assassinatos também começaram a caracterizar o espaço e, dado o não reconhecimento por parte do poder público como local apropriado para moradia, não se viu no local a implementação de serviços que possibilitasse condições dignas de vida a seus moradores. A iluminação era improvisada, as ruas não calçadas, enfim, o “infernim” fez-se um “não-lugar”:

odiado, temido, evitado. Na opinião geral, sobretudo, dos não moradores, “um antro de delinquência e perdição”.

Alguns colegas de infância meus tiveram envolvimento com as drogas. Uns foram assassinados, outros apreendidos/presos, outros ainda utilizam, outros deixaram, mas a maioria indubitavelmente nunca se tornaram dependentes ou sequer foram usuários. Falar sobre drogas nunca foi temática distante no curso de minha trajetória de vida. Era algo sempre constante. “Fulano tá usando”, “fulano vende”, fulano morreu”, “fulano deixou”, “traficante tal falou com a mãe de fulano que não quer mais vender pra ele, mas ele insiste em querer vender pra ganhar parte pra consumir” e tantas outras falas me veem à memória. Tantas dúvidas, pairam ainda, mas uma certeza se consolida, a maior ação do Estado nesses casos foi de natureza repressiva e da sociedade como um todo, de natureza discriminatória.

Imagem 5 – Print da página do Portal globo.com⁷²

21/05/2013 16h46 - Atualizado em 21/05/2013 16h46

Violência e abandono afligem bairro São Joaquim em Teresina

Comerciante diz que perdeu as contas de quantas vezes foi assaltado. Segundo feirante, mercado inaugurado em 1988 nunca passou por reforma.

Do G1 PI

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Nesta terça-feira (21) o quadro 'Piauí TV nos Bairros' mostrou os problemas do bairro São Joaquim, Zona Norte de **Teresina**. A violência e os problemas estruturais do mercado do local são apontados como as principais reclamações dos moradores. De acordo com a Polícia Militar a região tem um dos maiores números de crimes e concentração de tráfico de drogas da cidade.

FONTE: globo.com

Piauí
veja tudo sobre >

- Após pedir nudes de adolescente, homem é preso suspeito de...
- MPF pede nova liberação de recursos para Parque da Serra da...
- Assassino de cozinheiro é preso e confessa crime, diz...
- Debate reúne sete candidatos à Prefeitura em Teresina

Até hoje as condições sociais desse espaço não mudaram. Nem os estigmas de seus moradores/frequentadores. Dada as frequentes rondas policiais, os vendedores e usuários de drogas, como qualquer outro negócio/negociante que quer sobreviver, manter suas atividades, procurou diversificar os espaços. O bairro São Joaquim, segundo a própria polícia, registra

⁷² Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/05/violencia-e-abandono-afligem-bairro-sao-joaquim-em-teresina.html>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

uma das maiores concentrações de venda de drogas, as chamadas “boca de fumo”. Constantemente, este bairro é noticiado nas mídias como inseguro, violento e de fácil circulação e consumo de drogas.

Hoje o monitoramento do “Infernim” e de outras áreas da capital também é realizado via um sofisticado sistema de filmadoras. O mesmo dar-se por dois programas⁷³ de segurança, o “Guardião Eletrônico” (Imagem 6) e o “Crack é Possível Vencer⁷⁴”, ambos realizados pela Polícia Militar do Piauí.

Imagem 6 – Central de Monitoramento do Guardião Eletrônico PMPI



FOTO: Acervo de Marcelo Cardoso

⁷³ A PM monitora Teresina com 30 câmeras instaladas em avenidas, pontes e vias de entrada e saída da capital. Há a previsão da criação de um terceiro programa de monitoramento eletrônico, trata-se do “Piauí Monitorado”, de acordo com o Governo do Estado, este projeto que vem sendo desenvolvido pela Polícia Militar e a Agência de Tecnologia da Informação (ATI) “funcionará com 300 câmeras que serão instaladas em Teresina. As imagens serão acompanhadas em um circuito fechado de televisão por policiais que trabalharão em escalas de plantão de 24 horas, na Central de Monitoramento, que será instalada na sede do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), localizado no bairro Ilhotas, zona Sul de Teresina”. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/24245>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

⁷⁴ Lançado em 2011, o “programa coordenado pelo Ministério da Justiça que desenvolve, em parceria com outros Ministérios, uma ação integrada que envolve três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade. Dentro desses três aspectos, o programa integra vários grupos sociais, trabalhando, simultaneamente, na prevenção, no combate, na reabilitação e na reintegração social”. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/crack-e-possivel-vencer>>. Acesso em: 22/08/2016. O Estado do Piauí foi um dos primeiros a aderir a esta política, eu tive a oportunidade, como Educador Social de participar dentro e fora do Estado de algumas formações ofertadas pelo referido programa, como o curso de Multiplicador de Polícia Comunitária realizado em Teresina e o Curso de Formação de Mentores (No meu caso de Atualização, tendo em vista já possuir a época a formação inicial em tal curso) do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd realizado em Natal no Rio Grande do Norte.

Há um trecho da Rua Rui Barbosa, na zona norte da capital, que é praticamente todo “assistido” pelo Guardião Eletrônico (Imagem 6), da transição São Joaquim/Mafrense até aproximadamente o final do Conjunto São Joaquim, são cinco postes, do referido sistema de vigilância. Passado esse trecho, podem-se percorrer quilômetros sem encontrar nenhum outro ponto de filmagem desse projeto, o que evidencia a atenção especial o território/campo que abordo neste estudo. Em Teresina, a outra região com maior monitoramento é a Vila Jerusalém, que situada na zona sul, é outro espaço também considerado pelos idealizadores de tal projeto de monitoramento, como áreas de risco, de maior periculosidade.

Imagem 6 – Guardião Eletrônico PMPI



FONTE: cidadeverde.com

Dessa forma, o Estado “informa”, “passa a noção” que está agindo, protegendo a “boa sociedade” daqueles que a põe em risco, que desafia seu “bom andamento”. Se para o Poder Público tais dispositivos de filmagens representam a solução para os problemas de segurança pública, também não vejo as câmeras como o problema em si, mas, são, no mínimo, reveladoras de um contexto social fragilizado no que se refere à proteção social, enquanto conjunto de políticas públicas e programas sociais voltados à diminuição das desigualdades, injustiças sociais e ainda das violências. É bastante significativo sabermos que os “olhos eletrônicos” do Estado voltam-se, em sua maioria, a regiões mais empobrecidas. Como afirma Feffermann (2006, p. 24),

O controle de drogas é uma forma de o Estado exercer e expandir o seu domínio sobre a conduta dos homens e das populações no sentido mais

amplo. Isso se soma ao projeto de saneamento da sociedade, que propõe disciplinar o uso dos espaços públicos e particulares. O campo da lei passa a conter os dissonantes, os perigosos, os anormais, os subversivos. Com essa realidade uma economia produtora e reprodutora do controle do crime surge, gerando empregos úteis e dando potência a inúmeros setores da economia legal.

Estamos a consolidar, a luz de novas tecnologias, o *panoptismo* originalmente concebido por Jeremy Bentham⁷⁵. O Panóptico (Imagem 7) era um edifício em formato circular com uma torre central. O espaço era dividido em várias salas, pequenas prisões/celas. Nestas haviam pessoas sendo constantemente vigiadas, ou trabalhando, ou estudando, além de detentos, loucos, sendo “corrigidos”. O tipo de sujeito variava de acordo com cada instituição.

Imagem 7 – Ilustração de um Panóptico



FONTE: <https://panoptismomidiatico.wordpress.com>

Sobre a função da constante vigilância, criação e reprodução de mecanismos de disciplinamento e, quando este não é exercido em sua plenitude, da punição, Foucault (2002) observa o *panoptismo*⁷⁶ como um dos elementos caracterizador de nossa sociedade, o referido autor ainda registra que o mesmo, na verdade,

⁷⁵ Jeremy Bentham, jurista e filósofo nascido em 15 de fevereiro de 1748 na Inglaterra, foi idealizador do *Panoptismo*, que corresponde à observação total, a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo (BAUMAN, 2002), (FOUCAULT, 2002, 2014).

⁷⁶ Liquidez, flexibilidade, fluidez, efemeridade são categorias as quais constantemente são tomadas pelo pensamento de Bauman, que, utilizando-se de sua metáfora da liquidez, para caracterizar a pós-modernidade, fala de uma *vigilância líquida* (em sua obra homônima) que remete a uma ideia de pós-panoptismo, ou seja, superado o espaço, a superação do tempo é o novo desafio da humanidade, sendo o ideal do instantâneo constantemente perseguido (BAUMAN, 2014).

É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (p. 103).

São, portanto, os jovens empobrecidos o público alvo desses mecanismos, seja pelas tecnologias de filmagens, seja pela implementação de projetos sociais que visam a ininterrupta identificação e controle dos indivíduos de periculosidade em potencial. Coibir as virtualidades ainda é um caminho trilhado por muitas ações capitaneadas pelo poder público, tais atitudes discriminantes “imputam aos jovens a responsabilidade pela distorção da ordem que deve ser mantida” (FEFFERMANN, 2006, p. 15). Cito como exemplo iniciativas amplamente disseminadas no Piauí, como modelos ideais de atenção às infâncias, adolescências, juventudes “Pelotão Mirim”, “Cidadão Mirim”⁷⁷, essas formas de tutelar tais segmentos, apesar de possíveis “boas intenções neles contidos” são marcados pelo estigma e rótulo de pessoas que trazem em si o “gérmen da sedição”. Vejamos como tais projetos são definidos por seus idealizadores/realizadores,

*[...] voltado para a prevenção primária e desenvolvendo como público-alvo crianças e adolescentes, com idade entre 06 (seis) e 16 (dezesseis) anos, através de ações e atividades de educação complementar, buscando dar uma atenção especial a estes que são o futuro de nosso Piauí [...] O público alvo do programa são crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino e em situação de vulnerabilidade social. **Esse projeto busca reduzir ainda mais os índices de violência e criminalidade,** (grifo nosso) principalmente dos crimes e violências que envolvam menores de idade [...]*⁷⁸

Tais iniciativas, “passam a largo” da compreensão da realidade social na qual atuam, muitas vezes redundam em meros números a serem divulgados como ações de atendimento as juventudes/infâncias/ adolescências. E sequer dispõe de dispositivos de avaliação de suas ações, mais um demonstrativo de que “os jovens (empobrecidos) não são levados a sério”, e de que o importante não é o “suposto bem realizado”, mas dar satisfação de que algo está sendo feito, se não “der certo”, é como se dissessem: “o Estado fez a sua parte”, Feffermann

⁷⁷ Esses projetos são desenvolvidos pela Polícia Militar do Piauí em parceria com outros segmentos da sociedade. No geral as atividades acontecem uma vez por semana, são elas de cunho esportivo, educacional, cultural et. A principal caracterização do projeto dar-se pela “Ordem Unida” também chamada de “Comandos Coletivos”, expediente que reforçam os pilares das organizações militares, que são a disciplina e a hierarquia.

⁷⁸ Texto institucional, divulgado no site da Polícia Militar do Piauí. Disponível em << http://www.pm.pi.gov.br/cidadao_mirim.php>> Acessado em 21/08/2016.

(2006, p. 14) cita que “É relevante considerar as formas de sociabilidade dos jovens na atualidade, pois é no grupo que o jovem busca seu reconhecimento social, constrói sua identidade e, é lá, que se manifesta suas ilusões de consumo e poder”.

Como discutir os problemas sociais descurando a questão central da desigualdade? É razoável considerar que não há uma sensação de pertencimento à sociedade que vivem por parte de muitos jovens empobrecidos. E no geral o adultocentrismo, aliado às perspectivas hegemônicas da sociedade, não busca compreender como se constrói/ reconstruem as subjetividades juvenis. É notório, pois, que o consumismo está para todos, o consumo não. Sobre essa questão, Canevacci (2005, p. 24) assim se pronuncia, “[...] pela primeira vez na história da humanidade, de forma tão nítida e radical, os jovens provenientes de qualquer classe (burguesa, operária e popular) são emancipados da produção agrícola ou industrial e podem atirar-se ao consumo”.

A cidade brasileira se constitui a partir do ideário burguês, fazendo-se assim alheia a parcela significativa de seus munícipes, estes são relegados à margem, constituídos, assim, indesejados marginais. Na publicação *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*, o Observatório das Metrôpoles⁷⁹ assevera que “o ideário do direito à cidade deve ser capaz de propor mecanismos de um novo tipo de coesão social baseado na negação da segregação social, na promoção da função social da cidade”. O mesmo ainda aborda a importância da “difusão de uma nova cultura social, territorial e ambiental” capaz de promover “padrões de sociabilidade” baseados “na solidariedade, na construção de identidades e na representação de interesses coletivos” (2011, p. 15).

A tentativa de entender o fenômeno aqui abordado, a sedução de jovens pela narcoeconomia, e mais especificamente o envolvimento desses indivíduos em outras práticas criminosas (furto, roubo, lesão corporal, assassinato) passa necessariamente pela compreensão de uma peculiaridade primaz da vida do tráfico, dos contextos de tráfico, que é o nível de exclusão/segregação/omissão/negligência de uma dada sociedade (CRUZ NETO *et al*, 2001, p. 126).

⁷⁹ O Observatório das Metrôpoles tem origem no projeto Avaliação da Conjuntura Social e do Desempenho das Políticas Públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo objetivo era analisar as transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na RMRJ ao longo da década de 80, financiado pelo Banco Mundial/Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2009, o Observatório das Metrôpoles passou a ser um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). O projeto é conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <www.observatoriodasmetrosoles.net>. Acesso em 28 nov. 2012.

O senso comum e a opinião pública geral, formada a partir da defesa de ideologias dominantes, confunde consequência e causa. Faz-se necessário construir formas de resistência, de negação às práticas hegemônicas. A dicotomia vítima/culpado também não dá conta de relevar a drogadição em seus meandros, em sua complexidade. “O tráfico de drogas é protótipo de uma sociedade de consumo, mas, em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência” (FEFFERMANN, 2006, p. 17). Sob a ótica dos sujeitos historicamente subalternizados, dos coletivos sociorraciais precarizados no Brasil, lanço as seguintes indagações a guisa de conclusão dessa parte do capítulo: Como viver sendo antítese? Como se ver tangenciando o círculo dos eleitos? Como reforçar a autoestima sendo matéria-prima de anedotas/piadas? Como se desvencilhar do mantra midiático/social “você não vai dar certo”? Como ter êxito estando fora das expectativas do/a professor/escola/educação? Como ser gente, sendo sub-humano?

4 EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: JUVENTUDES EXTERMINADAS EM PAUTA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Hey Joe⁸⁰

Hey Joe

Onde é que você vai com essa arma aí na mão?

Hey Joe

Esse não é o atalho pra você sair dessa condição!

Dorme com tiro acorda ligado... Tiro que tiro... Trik-trak boom.... Para todo lado

Meu irmão, é só desse jeito consegui impor minha moral...

Eu sei que sou caçado e visto sempre como um animal

Sirene ligada os homi... Chegando trik-trak... Boom boom... Mas eu vou me mandando

Hey Joe

Assim você não curte o brilho intenso da manhã

Acorda com tiro dorme com tiro

Hey Joe

O que o teu filho vai pensar quando a fumaça baixar?

Fumaça de fumo, fogo de revólver

E é assim que eu faço, eu faço a minha história

Meu irmão, aqui estou por causa dele e eu vou te dizer

Talvez eu não tenha vida, mas é assim que vai ser

Armamento pesado, o corpo é fechado, eu quero é mais ver, mas vai ser difícil me deter

Hey Joe

Muitos castelos já caíram e você tá na mira.

Também morre quem atira

Menos de 5% dos caras do local são dedicados a alguma atividade marginal e impressionam quando aparecem no jornal tapando a cara com trapos com uma uzi na mão

Parecendo arautos arautos arautos do caos.

Sinto muito cumpadi, mas é burrice pensar que esses cara é que são os donos da biografia, já que a grande maioria daria um livro por dia sobre arte, honestidade e sacrifício, sacrifício...

Arte, honestidade e sacrifício....

O homicídio de jovens empobrecidos é um traço da epidêmica negligência com este segmento social no Brasil na atualidade. Neste capítulo, estarei realizando a comunicação dos resultados de uma etapa de minha pesquisa voltada a investigar possibilidades de formação

⁸⁰ Múscia da banda brasileira *O Rappa*, compõe o álbum *Rappa Mundi* lançado em 1996. A música (mas não a letra/enredo) é uma versão brasileira do clássico do rock do guitarrista norte-americano Jimi Hendrix.

continuada de docentes, sob a temática drogadição e juventudes, e, de forma mais específica, insiro a questão dos Direitos Humanos como caminho reflexivo às práticas de extermínio das juventudes empobrecidas no Brasil.

A produção de dados compreende uma etapa de formação de docentes na Unidade Escolar “A”, a roda de conversa com jovens detentos da Unidade de Ressocialização Jorge Vieira, em Timon/MA e duas entrevistas semiestruturadas com autoridade ligada às políticas drogas no Estado.

Dessa forma, as análises das empirias citadas serão subsidiadas por suportes teóricos diversificados, tais como leis e outros marcos normativos; publicações de cunho estatístico, como o *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil, 2014*, *Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil, 2014*, *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil* (estas três de Julio Jacobo Waiselfisz), *Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil*; análise de dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado Piauí (SSP/PI), além de autores que dialogam com alguma/s das categorias trabalhadas nesta pesquisa.

Ao compreender que a partir da escola e das mais variadas dimensões de educação podemos construir formas de sociabilidade e de relações interpessoais pautadas na compreensão da condição do outro, do respeito aos diferentes, da tolerância e da denúncia das injustiças sociais, propus realizar na Unidade Escolar supracitada momentos de reflexão sobre a preocupante situação em que vive o Brasil e, mais especificamente Teresina, no que se refere a “epidemia de homicídios” de jovens, sobretudo os negros e os empobrecidos.

De início, posso afirmar que entre docente e no meio escolar algumas concepções equivocadas/ deturpadas sobre os Direitos Humanos também seguem sendo reproduzidas. Muitos ainda veem os direitos fundamentais e universais da ser humano como meras “prerrogativas de bandidos”, “enfraquecimento do poder da polícia” ou qualquer coisa que se apresenta como um mal a ser combatido e até como “pessoas” que “protegem quem mata e não se preocupam com quem morreu”.

Na etapa da formação docente que utilizo como mote central para elaboração desse capítulo foram utilizadas algumas técnicas do teatro. Para tal, tive a colaboração da atriz Silmara Silva fomentando que os partícipes, a partir da dramatização, falassem de suas experiências/ vivências/ representações acerca de jovens mortos em situação de tráfico.

4.1 Vidas matáveis no Brasil e os arautos do caos

Giorgio Agamben, ao trazer à tona as discussões acerca da vida *matável* e *insacrificável* do *homo sacer*, discorre sobre sua função na política moderna, o autor italiano assevera que este é “Uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*)” (AGAMBEN, 2007, p. 16). “Todo o caráter do *sacer* esse mostra que ele não nasceu no solo de uma ordem jurídica constituída, mas, remonta em vez disso ao período da vida pré-social. Ele é um fragmento da vida primitiva dos povos indo-europeus” como registra Jhering (1886, p. 282) citado por Agamben (2007, p. 111).

Com a categoria *Homo Sacer*, Agamben perscruta sobre a biopolítica e procura compreender a noção de Estado de Exceção, de Estado Moderno, a partir, entre outros referenciais, dos conceitos *zoé* (vida nua, existência comum) e *bíos* (vida política ou politizada, soberana). Essa teoria agambeniana, a partir de uma postura “arqueológica”, busca amparo no direito romano, cultura germânica, teologia judaico-cristã, filosofia grega entre outros referentes.

Especificamente, em Platão e Aristóteles, Agamben (2007) observa a distinção entre a vida que deve/pode ser matada, a *Zoé*, cuja existência é desprovida de liberdade, guiada, pois, pelas normas da natureza e *Bíos* uma forma de vida soberana, elaborada, distinta. Sobre essa questão o aludido autor enfatiza que:

Se a simetria entre os corpos do soberano e do *homo sacer*, que procuramos até aqui ilustrar, corresponde à verdade, deveremos poder reencontrar analogias e repercussões no estatuto jurídico-político destes dois corpos aparentemente tão distantes. Um primeiro e imediato confronto é oferecido pela sanção que castiga o assassinato do soberano. Sabemos que o assassinato do *homo sacer* não constitui homicídio (*parricidi non damnatur*). Pois bem não existe nenhum ordenamento (nem mesmo entre aqueles em que o homicídio é sempre punido com a pena capital) no qual o assassinato do soberano tenha sido sempre simplesmente assinalado como um homicídio (p. 109).

Essas interpretações de Agamben oferecem a esta tese, importantes subsídios para compreendermos o fenômeno em estudo na mesma, a inserção/sedução de jovens empobrecidos à/pela narcoeconomia e o extermínio de parte dessa população. A epidemia de indiferença em relação aos milhares de vidas ceifadas no Brasil anualmente é notada explicitamente tanto em falas de cidadão comuns, que aqui metáforizo de *Zoé* quanto em falas de sujeitos ligados ao poder público, no qual comparo aos *Bíos*.

Destaco a recente fala de Bruno Júlio, Secretário Nacional da Juventude (que foi exonerado logo em seguida a tais declarações), em relação as chacinas que estão ocorrendo no início de 2017 em presídios de alguns estados do Brasil. “Sou filho de polícia. Sou meio coxinha sobre isso. Tinha é que matar mais. Tinha que fazer uma chacina por semana.”⁸¹. No mesmo sentido, o Deputado Federal Major Olímpio, fez o seguinte comentário nas redes sociais: “Placar dos presídios: Manaus 56 X 30 Roraima”⁸². Vamos lá Bangu, vocês podem fazer melhor”⁸³.

Em meio ao debate sobre a drogadição, considero importante inserir dois fenômenos a ele ligados: o higienismo e o extermínio. O discurso da elite é forte, a heteronomia do Estado é potente. Ambos legitimados pela mídia é quase infalível. As velhas máximas reacionárias seguem inexoráveis: “Bandido bom é bandido morto”... todo discurso tem sede de legitimação. “Direitos Humanos é para proteger bandido!”... toda falácia subestima o real. Em meio este contexto atual, terreno fértil para proliferação de nuances conservadoras e reacionárias, os preconceitos e intolerâncias crescem como rizomas.

Se não há educação escolar de qualidade (que não apenas possibilite o ingresso, mas garanta a permanência), se não há trabalho que permita que o sujeito tenha uma vida com dignidade, os jovens em situação de tráfico de drogas em Teresina vão se tornando “jovens das identidades sem: sem-futuro, sem-expectativa, sem-vida” (COSTA, 2011, p. 153). É, pois urgente inseri essa temática na formação de professores/as. Tais profissionais estão a mercê da forte tendência em reproduzir as máximas reacionárias, preconceituosas e hegemônicas que imputam aos sujeitos empobrecidos os principais problemas da sociedade.

O tráfico vem criando grandes ramificações, dentre elas as violências, em geral, nas cidades onde existe maior fragilidade nas políticas públicas. Os horizontes parecem pouco animadores quando observamos que em muitos bairros da capital piauiense não há áreas para a prática esportiva, não há fomento à arte, à cultura e ao folclore e ainda são raras as referências de enfrentamento à difusão da Narcoeconomia, seja em nível de prevenção ou de repressão – aparelhamento das Polícias Estaduais e aumento do efetivo e melhor capacitação dos profissionais da Polícia Federal (instituição constitucionalmente responsável direta pela repressão ao tráfico de drogas).

⁸¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/cai-secretario-nacional-de-juventude-que-pediu-mais-chacinas-de-presos.html>> . Acesso em: 7 jan. 2017.

⁸² No mês de janeiro de 2017 iniciou-se uma onda de mortes, muitas por decapitação, em presídios brasileiros.

⁸³ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,deputado-exalta-chacinas-nas-redes-sociais,10000098819>> . Acesso em: 7 jan. 2017.

Nesse cenário precário temos observado o lamentável crescimento do extermínio de jovens em nossa capital. O início do ano de 2014 se apresentou como sem precedentes na história recente da segurança pública piauiense. Dia 10 de janeiro a cidade já registrava 21 assassinatos (a maioria de jovens empobrecidos), número maior do que normalmente registra-se em um mês. E o discurso de algumas pessoas, mesmo sendo pobre que diz “enquanto os bandidos estiverem matando-se entre si, não há problema” parece estar cada vez mais adquirindo mais adeptos, a meu ver isso é o que pensa as classes dominantes, como um detalhe importante “enquanto os bandidos **pobres** tiverem matando-se entre si, não há problema”. No Brasil os adolescentes negros entre 12 e 18 anos, segundo o Unicef, têm o risco 3,7 vezes maior de ser assassinado daí me questiono, como essa questão ainda não está em pauta de forma mais contundente na formação docente?

Democracia exige, antes de tudo, respeito à dignidade humana, respeito à vida. Não se pode observar isso no Estado Democrático de direito brasileiro que veta a pena de morte, mas a vemos ser aplicada diariamente. Aliás, a pena de morte brasileira é uma das mais cruéis de todos os países que vivem em regimes democráticos. Pois, em muitos casos, não há indiciamento, não há processo, não há direito de ampla (nem diminuta) defesa, não há julgamento, só há a sentença: execução sumária. O crime, ou o suposto crime cometido, por vezes, não importa. Se de maior ou menor potencial ofensivo, se contra a vida ou não... a sentença tem sido a mesma: execução sumária.

Mas, se a natureza do ato ilícito não tem sido levada em consideração para a consumação da pena letal, quais são os critérios? Não são muitos, em suma, resumem-se em um, a natureza da vítima: jovens empobrecidos. Se formos para os dados estatísticos revelados pelo estudo *Mapa da Violência*, publicado anualmente por Julio Jacobo Waiselfisz, encontramos a seguinte situação: a maioria dos jovens brasileiros assassinados é pobre e proporcionalmente, os negros são mais vitimados. Esses vão simplesmente entrando para o rol dos “mortos em operação policial”, justificativa muito recorrente entre as polícias brasileiras, sobretudo quando tais operações envolvem pessoas menos favorecidas da sociedade.

Em julho de 2012, um episódio suscitou discussões acerca dessa problemática no Piauí. O adolescente Frank dos Santos Silva, de 16 anos, acabou morto pela arma de um Policial Militar durante uma operação policial, em Teresina. A promotora Francisca de Freitas Lourenço, do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude, do Ministério Público Estadual do Piauí, criticou a ação de tais policiais, que culminou com a morte do referido adolescente.

De acordo com a nota do Caodij, a ação culminou com um "brutal assassinato" por parte de policiais do Rone, "organismo militar que vem se notabilizando pelo alto índice de ações letais e profundo desrespeito aos direitos humanos dos segmentos empobrecidos da sociedade. [...] Execuções sumárias são atividades de grupos de extermínio, que não condizem com a atividade policial num Estado Democrático de Direito." "Urge adotar medidas urgentes para impedir essa guerra policial desencadeada contra os pobres e pretos", completa a nota, sugerindo que há preconceito por parte dos policiais (LUSTOSA FILHO, 2012).

A Polícia Militar do Piauí reage às declarações da aludida promotora e garante que a ação dos policiais foi "padrão" e a morte do jovem foi decorrência de sua reação. Entretanto, se nos propusermos a analisar de forma qualitativa os dados fornecidos pelo poder público sobre o extermínio de jovens no Brasil e nos perguntarmos: quem são essas pessoas assassinadas? Onde e em que situação nasceram? Que direitos lhes foram negados? Qual o crime que cometeram? Qual a atenção básica que o Estado lhes ofereceu? Talvez pudéssemos compreender melhor o atual tratamento dado aos jovens empobrecidos no Brasil, um misto de negligência e violência. Eis o cerne das violências geradas também por muitos jovens. Assim, o Estado aparece para imputar-lhe a lei penal e às vezes mais que a lei penal.

Se investigarmos com afinco, é lamentável dizer: alguns desses jovens exterminados em tantas regiões empobrecidas no Brasil nada de ilícito cometeram, outros são vítimas de um Estado excludente, em que pobre não tem vez e que parte da juventude é seduzida pela Narcoeconomia ou outros "trampos" possíveis. Outros cometeram crime, mas, algumas vezes, "tudo é resolvido" pelos agentes policiais, com práticas de suborno, tortura, e até de execução. Esse quadro apresentado, não me permite generalizar com tais "caracteres" todas as ações das instituições de segurança brasileiras (sobretudo as Polícias Militares e Civis, as que lidam diretamente e em maior quantidade com a população em geral), mas a existência em larga escala de expedientes ilícitos por parte do poder público é insofismável.

Com a indicação do Brasil para sediar eventos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, vem à tona, neste país, um expediente no qual historicamente tem se lançado mão, o higienismo, que, em suma, são ações no sentido de "limpar" das ruas da cidade os "indesejáveis", os mendigos, os meninos de rua, as prostitutas, enfim, aqueles que "ameaçam" a aparência civilizada dos centros urbanos.

Essa prática perdura por séculos. Para termos uma ideia, no governo de Floriano Peixoto, em 1893, um decreto autorizou a criação de um estabelecimento voltado para a correção dos vadios, vagabundos e capoeiras encontrados na capital Federal (SANTOS, 2004, p. 01). Somente em 2012, o plenário da Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei que retira

da Lei de Contravenções Penais de 1941 o crime de vadiagem. Uma onda reacionária vem tomando conta do país, a despeito de anos de luta antimanicomial, e conquistas históricas, como o direito das pessoas com transtornos mentais, advindos das drogas ou não, do cuidado em liberdade. São Paulo e Rio de Janeiro saem na frente com a, atualmente muito questionada, “internação compulsória” dos dependentes químicos. Essa história, já conhecemos e sabemos que as consequências não foram das melhores. O homem “normal” sente a necessidade de segregar-se dos “anormais”. Trancafiá-los é um recurso simplório bastante recorrível.

A letra da música utilizei como epígrafe do capítulo anterior realiza uma denúncia social de forma contundente e oportuna, “Deixa ele viver!” é o apelo final da música composta em um lugar cujo o índice de mortalidade de jovens empobrecidos aparece como uma nefasta realidade, um destaque negativo no cenário internacional. Parcela significativa dessas mortes é violenta e acontece em situação de tráfico de drogas.

Se o problema, aparentemente, não afeta a todos, para que se universalizar a atenção e a proteção social? É assim que a classe dominante tem pensado e quando agem, aparecem com pequenas soluções de natureza *ad hoc*, cujos efeitos reais, pequenos frente aos complexos problemas, perdem-se em meio os grandes desafios (SOUSA, 2012, p. 7-8).

Em um país cujas diferenças entre os mais ricos e os mais pobres são alarmantes, não se observa um real interesse por parte do poder público em implementar políticas para as juventudes que sejam mais eficazes, o que tem-se visto é que para essa parcela da população segue implacável a focalização ou concentração⁸⁴, das políticas sociais, como exige o neoliberalismo (SOUSA, 2012, p. 6). Essa tese já foi por mim apresentada em um artigo que ora retomo, apresentado e publicado nos anais do evento acadêmico realizado na Universidade Federal do Ceará em 2012, *I Colóquio Internacional Diálogos Juvenis: diminuindo distâncias entre narradores e pesquisadores*. O artigo intitula-se *Caminhos e descaminhos da proteção social para as juventudes no Brasil*, neste, realizo a seguinte reflexão sobre o por muito adiado debate sobre as juventudes no Brasil, vejamos,

⁸⁴ Focalização e Concentração são termos diferentes que expressam o mesmo sentido. Referem-se a uma das imposições (as outras são, Privatização e Descentralização) do ajuste neoliberal na América Latina, proposto inicialmente pelas ideias do “Consenso de Washington”. Soares (2002) utiliza “focalização”; Draibe (1993) cita “concentração”.

Nas suas respectivas lutas pelos seus direitos, seguimentos da população como as mulheres e homossexuais, independente de suas condições econômicas os sujeitos e sujeitas envolvidos e envolvidas têm demandas mais ou menos comuns: o respeito a sua dignidade, o não preconceito, o direito ao casamento, o direito a adoção e a herança (no caso dos homossexuais). Em se tratando da mulher podemos destacar a inserção no mercado de trabalho, a proteção contra a violência doméstica, igualdade de direitos em relação ao homem etc. No caso das juventudes as demandas dos ricos e dos pobres não são as mesmas. Há grandes diferenças (SOUSA, 2012, p. 7).

Não são os jovens das camadas de maior poder aquisitivo que estão sendo exterminados nas periferias das grandes cidades nas mais diversas regiões do país, observa, ainda, que tais assassinatos vitimizam, em proporção substancialmente maior, a juventude negra. As juventudes ainda mais “protegidas”, àquelas oriundas das classes hegemônicas, possuem educação de qualidade e em sua maioria possuem expectativa dos melhores empregos disponíveis na sociedade.

Antes de analisar alguns dados específicos do Piauí no que se refere às violências sofridas e também praticadas por segmentos juvenis, realizo uma contextualização que auxilia a compreensão da situação brasileira perante essa problemática, o homicídio, em especial de jovens.

A publicação *Homicídios e Juventude no Brasil*, que é o Mapa da violência 2014 do pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, aponta que atualmente a principal causa de morte de jovens brasileiros (15 a 29 anos) é o homicídio, este, atinge, sobretudo jovens negros do sexo masculino, moradores das regiões mais periféricas de cidades médias e grandes⁸⁵. Waiselfisz (2014) apresenta dados do *Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada*⁸⁶, publicado em 2008, este traz estimativas de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, tomando por base o recorte temporal de 2004 e 2007. Vejamos a síntese no Quadro 3 abaixo:

⁸⁵ Este estudo mostra ainda (baseado em Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade/Datasus do Ministério da Saúde) que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino.

⁸⁶ GENEVA DECLARATION. **Global Burden of Armed Violence**. Geneva Declaration Secretariat, Geneva, 2008.

Quadro 3 - MORTES DIRETAS EM CONFLITOS ARMADOS - 2004/2007 (TAXA ANUAL POR 100 MIL HAB.)

Conflitos Armados	2004	2005	2006	2007	Total Mortes	% do Total	Taxas* Médias
Iraque	9.803	15.788	26.910	23.765	76.266	36,6	64,9
Sudão	7.284	1.098	2.603	1.734	12.719	6,1	8,8
Afganistão	917	1.000	4.000	6.500	12.417	6,0	9,9
Colômbia	2.988	3.092	2.141	3.612	11.833	5,7	6,4
Rep. Dem. do Congo	3.500	3.750	746	1.351	9.347	4,5	4,1
Sri Lanka	109	330	4.126	4.500	9.065	4,4	10,8
Índia	2.642	2.519	1.559	1.713	8.433	4,0	0,2
Somália	760	285	879	6.500	8.424	4,0	24,4
Nepal	3.407	2.950	792	137	7.286	3,5	6,8
Paquistão	863	648	1.471	3.599	6.581	3,2	1,0
Índia/Paquistão (Caxemira)	1.511	1.552	1.116	777	4.956	2,4	
Israel/Terr. Palestinos	899	226	673	449	2.247	1,1	8,3
Total de 12 conflitos	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574	81,4	11,1
Restantes 50 conflitos	11.388	9.252	8.862	9.273	38.775	18,6	
Total (62 conflitos)	46.071	42.490	55.878	63.910	208.349	100,0	

FONTE: *Geneva Declaration* (2008) *apud* Waiselfisz (2014, p. 33)

Os dados apresentados revelam que de um total de 62 (sessenta e dois) conflitos em todo o mundo, (doze) 12 deles ocasionaram 81,4% do total de mortes diretas, o que em números absolutos representou a morte de 169.574 pessoas no quadriênio acima citado. Waiselfisz (2014, p. 33-34, grifos do autor), observa que:

No Brasil – país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas –, foram contabilizados, nos últimos quatro anos disponíveis, de 2008 a 2011, um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior quando comparado aos números dos **12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007**. E ainda, esse número de homicídios brasileiro resulta quase idêntico ao total de mortes diretas **nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349**. Essas magnitudes não podem ser atribuídas, como muitas vezes se faz, ao gigantismo, às *dimensões continentais* do Brasil. países com número de habitantes semelhante ao do Brasil, como Paquistão, com 185 mi habitantes, têm números e taxas bem menores que os nossos. Sem falar da Índia, que possui 1.214 milhões de habitantes e taxas de homicídio muito inferiores às do Brasil. O Brasil, com sua taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, supera largamente os índices dos doze países mais populosos do mundo. Só o México se aproxima: sua taxa foi de 22,1[...].

O Quadro 4 mostra que o Brasil assume a liderança tanto em números absolutos como relativos no que diz respeito aos índices de homicídio no mundo. Como se pode verificar, as fontes que compõe as informações assinaladas são do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde do Brasil – SIM/MS e da Organização das Nações Unidas (ONU) através de seus órgãos internos WHOSIS (*The WHO Statistical Information System*) e UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*).

Quadro 4 - HOMICÍDIO NOS 12 (DOZE) PAÍSES MAIS POPULOSOS DO MUNDO

país	Ano	População (milhões)	Homicídios		Fonte
			Número	Taxa (por 100 mil)	
China	2010	1.339,20	13.410	1,0	UNODC
Índia	2010	1.184,60	41.726	3,4	UNODC
USA	2010	301,6	16.129	5,3	Whosis
Indonésia	2008	234,2	18.963	8,1	UNODC
BRASIL	2010	190,8	52.260	27,4	SIM/MS
Paquistão	2010	170,3	13.208	7,6	UNODC
Nigéria	2008	164,4	18.422	12,2	UNODC
Bangladesh	2010	158,3	3.988	2,7	UNODC
Rússia	2010	142,5	18.951	13,3	Whosis
Japão	2011	125,8	415	0,3	Whosis
México	2011	112,5	24.829	22,1	Whosis
Filipinas	2008	96,1	12.523	13,0	Whosis

FONTES: SIM/MS; WHOSIS; UNODC *apud* Waiselfisz (2014, p. 34)

Não há precedentes que se possa relacionar aos índices de assassinatos que ocorrem no Brasil nos últimos anos. E não se tem visto mudanças significativas desse cenário. Apesar de em alguns casos verificarmos a diminuição dos números percentuais de homicídios⁸⁷, todavia ainda são consideradas altíssimas as taxas brasileiras. O Piauí no ano de 2011 registrou a segunda menor taxa de homicídios do Brasil, 14,7 (São Paulo obteve a menor taxa 13,5), entretanto observando-se o decênio 2001-2011 este Estado aumentou em 51,2% a referida

⁸⁷ No Nordeste, apenas o Estado de Pernambuco conseguiu no período citado diminuir as taxas de homicídios, sobretudo na sua maior região metropolitana, Recife. Isso se deu a partir de uma política de segurança pública chamada **Pacto Pela vida**, que vem sendo implementada desde 2008, mesmo assim, sua taxa de homicídio, até 2011, ocupava a segunda colocação na região, 39,1 contra 72,2 de Alagoas e muito acima da média nacional, em torno de 27,1 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

taxa. Outro ponto importante a se destacar diz respeito a Taxa de Homicídios de sua capital, Teresina que neste mesmo ano, registrou 33,4. E, segundo o *Anuário de Segurança Pública*⁸⁸, no ano de 2014 a capital do Piauí registrou a 6ª maior taxa de homicídios, 53,1 para cada 100 mil habitantes, ainda segundo o mesmo documento o Piauí foi o estado que menos investiu em segurança, algo em torno de 59 milhões de reais (p. 53). A maior discrepância dar-se quanto são comparados o investimento em segurança *per capita* que é R\$ 18,48, o segundo menor investidor em segurança *per capita* é o Amapá e este gasta R\$ 80,07, muito distantes da média nacional, R\$ 332,21 (p. 55).

Sem dúvida, os números revelados demonstram um quadro preocupante de insegurança no Brasil, e, pelo que se nota, não há expectativa, em curto e médio prazo de reversão desse cenário, sobretudo por que a maior parte dessas pessoas que estão sendo vitimadas são empobrecidas e negras, moradoras das periferias dos médios e grandes centros urbanos.

Em relação à cidade que moro, destaco ainda os dados publicados pela ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz* que apontam 21 cidades brasileiras figurando entre as 50 mais violentas do mundo, entre estas cidades aparece Teresina, capital do Piauí, na 30ª colocação com o índice de 42.64 pessoas assassinadas em cada grupo de 100 mil habitantes em 2015⁸⁹. Para termos uma noção mais exata do que isso significa, Teresina possui uma taxa aproximadamente 426 vezes maior (ou 46.600%) que a de países como Polônia, Alemanha, Áustria, Espanha, Dinamarca, dentre outros, que registram 0,1 HAF por 100 mil (WAISELFISZ, 2016). Assim, Oliveira (2008, p. 268) realiza as seguintes reflexões:

[...] como vivem as pessoas num país com índices de violência entre os maiores do mundo? Simplesmente vivem! É o inverso do chamado — paradoxo de Tocqueville. Para Alexis De Tocqueville, — quanto mais um fenômeno desagradável diminui, mais o que dele resta se torna insuportável. Inversamente poderíamos, com lógica análoga, sustentar a hipótese de que quanto mais um fenômeno desagradável aumenta ou persiste, mais ele se torna suportável. Noutros termos: como precisam continuar vivendo, as pessoas terminam desenvolvendo maneiras de conviver com o que, noutras latitudes, pareceria insuportável. A confirmação empírica — se bem que por vias transversas — do paradoxo tocquevilleano é fornecida pelo simples fato de as pessoas continuarem vivendo num país como o nosso, onde os números relativos a homicídios chegam a ser estonteantes.

⁸⁸ Publicação do FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/category/6-prensa>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

Fazendo alusão a música que aparece como epígrafe deste capítulo, pergunto: quem são os verdadeiros “arautos do caos”? A quem interessa esse contexto nefasto apresentado nessa tese? Como uma sociedade “decide” que algumas vidas sejam “matáveis” e outras “protegíveis”? Certamente essas questões não encontrarão respostas nesse trabalho, todavia as concebo como importantes chaves reflexivas da temática aqui abordada.

Como o Estado do Piauí tem se posicionado frente aos contextos de narcoeconomia e as diversas formas de violência que este engendra? O Piauí saiu na frente de muitos Estados, quando instituiu em 2008, através de lei, seu sistema estadual de políticas públicas sobre drogas, o Sied, proposta que copia as iniciativas em nível federal, Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Pnad)⁹⁰ e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad)⁹¹.

A partir de então, no Piauí, muito se falou, se debateu, se noticiou sobre a questão das drogas. Alguns representantes políticos logo se apressaram em “levantar a bandeira” do “combate às drogas”. Wellington Dias ajudou a instituir, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas. A deputada federal Iracema Portella tornou-se uma das representantes da frente parlamentar de Combate ao Crack na Câmara Federal. Em nível estadual, a *Frente* Parlamentar de Políticas Públicas sobre *Drogas* na Assembleia Legislativa foi criada com a colaboração de então deputada estadual Rejane Dias, que no ano de 2011 organizou alguns encontros para debater o tema na Alepi.

Como se pode observar, foram criadas várias “iniciativas”, tanto do poder executivo como dos poderes legislativos federais e estaduais, que objetivaram minimizar os problemas advindos das drogas; foram realizados fóruns, caminhadas, debates, seminários; enfim, muita movimentação em âmbito teórico e, na prática, muita inércia.

Quais as ações, políticas públicas e/ou projetos sociais no âmbito da saúde, educação, segurança e outras áreas que tais dispositivos institucionais colaboraram/possibilitaram implementar? Tais iniciativas certamente existem, mas indubitavelmente são pontuais e esporádicas, não atendendo assim as demandas cada vez mais crescentes, em todos os eixos de atuação previstos no próprio Seid, tais como, prevenção, repressão, recuperação e reinserção social.

⁹⁰ Aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas (Conad), no dia 27/10/2005 – a nova Política Nacional sobre Drogas é resultado do realinhamento da Política Nacional Antidrogas vigente até então.

⁹¹ O Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

A Câmara Técnica de Enfrentamento ao Crack e a Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às drogas (CENDrogas) foram criadas no governo de Wilson Martins. Esta primeira nunca chegou a representar destaque algum, essa última, nos seus primeiros anos de atuação não foi capaz de atuar minimamente nem na capital do Estado visto que essa pasta, tinha uma enorme dificuldade em se articular com os demais setores existentes no Estado, sejam governamentais ou não, que trabalham com a questão das drogas, o que deixava ainda mais precária e extremamente ociosa a referida coordenadoria. Até hoje, apesar de estar contanto com pessoas dedicadas e com reconhecido *know-all* na área, por limitações diversas, também tem figurado como um espaço de muita vontade e poucas possibilidades, mas, é preciso reconhecer que tem avançado de alguma forma.

No primeiro semestre de 2016, colaborei na capacitação de educadores em Prevenção às Drogas em Teresina e em outras cidades do interior do Estado. A iniciativa ocorreu a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Piauí/ UFPI, a Secretaria Estadual da Educação/ SEDUC, a Polícia Militar do Piauí/PMPI e a Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às drogas/CENDrogas.

Nestes eventos conheci mais de perto Sâmio Falcão, gestor que está a frente da CENDrogas. Conversamos sobre a questão da drogadição no Brasil e no Piauí, o mesmo mostrou-se sempre solícito e atualizado sobre a questão. Em agosto deste ano Falcão me concedeu uma entrevista, através desta, pude ficar a par da visão do gestor, suas expectativas, as limitações, os avanços e suas impressões sobre a drogadição e ainda sobre as juventudes. De início, perguntado sobre o principal desafio no enfrentamento a drogadição no nosso estado, assim se reportou o entrevistado:

FALA 01

O grande desafio é a gente convencer os dependentes de substâncias psicoativas a fazer um tratamento dessa dependência [...] Lógico que cada caso é um caso, a gente analisa se é necessário de fato um acolhimento em uma unidade terapêutica para tratamento ou se ele deve ser acompanhado pelos CAPs ou outro serviço da rede, é necessário saber o tipo de tratamento... “Redução de Danos”, por exemplo, assim, cada caso é um caso analisado na triagem do nosso psicossocial [...] o maior obstáculo é esse: a gente convencer essas pessoas, tendo em vista que nosso tratamento é voluntário [...] muitas vezes recebemos um pai e uma mãe lamentando a dependência do filho e que a gente infelizmente não pode ajudar porque ele não quer fazer esse tratamento.

Também perguntei sobre as principais dificuldades encontradas pela pasta que o mesmo está à frente, vejamos a resposta,

FALA 02

A principal dificuldade que eu tenho encontrado é na parte de reinserção social [...] como eu falei no início que é difícil a gente conseguir levar eles ao tratamento, convencer eles e tudo. E quando termina esse papel, esse tratamento, essa recuperação ele deve ser reinserido na sociedade e na família, mas, nós sabemos hoje que o índice de desemprego é grande e que essas pessoas, infelizmente, são marginalizadas na sociedade, elas são rotuladas pela sociedade como dependente, usuário, traficante, é como se fosse para sempre um delinquente e na verdade é um cidadão, não é que a gente deve ter pena, mas, a gente deve ver ele como um cidadão, como um ser humano, por isso a questão de um olhar humanizado [...] a reinserção social nesse aspecto é muito importante, quando você dá um trabalho a ele e ele se sente valorizado, respeitado, reintegrado de fato a sociedade, então no nosso Estado ainda temos essa grande dificuldade da questão da reinserção social.

As falas por questões óbvias (o interlocutor trata-se de um gestor público) são caracterizadas por um viés institucional. A primeira aponta como principal desafio no enfrentamento a drogadição (observemos a amplitude do fenômeno que, no que se refere à atuação das políticas públicas, possui várias frentes, como já foi citado anteriormente) “a resistência de dependentes ao tratamento”. Não se observa, pois, nenhuma reflexão acerca dos modelos de tratamento existentes, além do que, penso ser razoável afirmar que em meio à complexidade da questão, o Estado e a sociedade em geral é que resistem em perceber que estão a engendrar/catalisar tal fenômeno, a partir da constituição de uma “não cidade” em meio aos territórios urbanos, que segrega, exclui, rotula, estigmatiza e inferioriza.

Na fala seguinte, ao tratar sobre a questão da “reinserção social” como uma das principais dificuldades, Falcão assume, assim citei no parágrafo anterior, a cultura de segregação existente na sociedade: “nosso Estado ainda temos essa grande dificuldade da questão da reinserção social”, o interlocutor ainda cita, “[...] é como se fossem para sempre um delinquente e na verdade é um cidadão”. Pode-se observar o entendimento que tal pasta tem sobre a questão. Nessa mesma perspectiva, registra ainda Falcão:

FALA 03

[...] podemos até dizer que é forte a cultura retributiva da punição, da repressão [...] nosso estado avança numa questão restaurativa, ou seja, a gente está invertendo, trabalhando um novo modelo, a exemplo disso nós podemos citar um termo de cooperação técnica que nós assinamos ontem com Tribunal de Justiça onde estavam presentes a Secretaria de Justiça, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Educação, a Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas, enfim são diversas instituições SESC, SESI, voltadas justamente a oferecer outras oportunidades aos egressos do sistema prisional [...]

Não se pode deixar de considerar que tais ações, quando conseguem ser implementadas, acontecem de forma esporádica e mesmo como mera resposta do Estado frente a problemas muitos maiores e que permanecem, como a indiferença e a negligência por exemplo. Perguntado sobre recursos financeiros disponíveis para o enfrentamento à narcoeconomia, Falcão falou com otimismo que está sendo realizado um levantamento de todos os bens moveis já apreendidos no Piauí, sobretudo em Teresina, onde há um milhão em dinheiro apreendido tudo do tráfico de drogas, além de vários imóveis, aeronaves, embarcações e outros veículos.

No que se refere à Prevenção às Drogas por meio de iniciativas educacionais, uma das principais ações do Estado do Piauí tem sido o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd⁹², que segundo levantamentos realizados por este estudo, já formou 56.890 alunos, desde seu surgimento em nosso estado em 2002. O Programa, segundo informa a coordenação estadual, conta atualmente com 26 (vinte e seis) Educadores Sociais. No ano de 2015, atendeu 62 (sessenta e dois) municípios e um total de 10.534 alunos.

Apesar de inúmeras críticas, que vai desde a figura dos facilitadores (chamados de instrutores ou educadores sociais) que são policiais militares, até mesmo a metodologia utilizada que é de cunho behaviorista skinneriano, como assevera Perovano (2005, p. 92):

O projeto inicial do *DARE* foi desenvolvido nos Estados Unidos, em ambiente com base teórica behaviorista, e se observa conceitos educacionais norte-americanos adotados por B. F. Skinner. O Programa demonstra, pelas suas características, não possuir base construtivista. O modelo é comportamental, e objetiva conseguir comportamentos condicionados através da formação de hábitos pela manifestação de um incentivo que atua como reforço.

Na verdade, o programa ainda pode ser considerado a principal iniciativa de prevenção às drogas do Estado, tanto pela sistemática de trabalho, uma formação com início, meio e fim, realizada em várias etapas (chamadas de lições), que envolve a escola, a família e a comunidade e que goza de uma ampla aceitação/credibilidade por parte do público participante, as crianças, em especial e a comunidade escolar como um todo.

⁹² Como já foi registrado anteriormente, o Proerd é a versão brasileira da ONG norte-americana *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), que foi criada pelo Departamento de Polícia de Los Angeles e irradiada por mais de 60 países. No Brasil, o programa foi trazido pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) em 1993 e hoje está presente em todos os estados e no Distrito Federal, como um órgão diretamente ligado às Polícias Militares. No Piauí foi criado em 2004 através da lei nº 5.433 e atua como uma Coordenadoria que compõe o organograma da Polícia Militar. Este Programa consiste num esforço cooperativo entre Escola, Família e Polícia Militar. Eu atuei no referido programa de 2006 a 2012.

No que se refere à delegacia especializada na questão das drogas, antes denominada de Delegacia de Entorpecentes e atualmente intitulada de Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes/DEPRE, obtivemos algumas informações acerca da atuação da mesma. Os dados são referentes ao mês de julho do corrente ano. No total foram 58 ocorrências, 41 enquadradas como tráfico e 17 como posse e uso. Apesar de muito se falar do alastramento do uso do crack, o relatório que me foi disponibilizado aponta que nenhuma apreensão dessa droga foi realizada no citado mês. A maconha ainda aparece como a droga mais apreendida, 66,297 kg (sessenta e seis quilogramas e duzentos e noventa e sete gramas), seguida da cocaína cuja a apreensão em todo o mês de julho foi um pouco mais de 1,100 kg (um quilograma e 100 gramas).

Em todos os casos considerados tráficos passaram pelo procedimento do Boletim de ocorrência seguido de Inquérito, os demais casos (posse e uso) foram feitos Termos Circunstanciados, procedimento preconizado a partir da lei de drogas atual 11.343/2006, que não prevê o encarceramento dos envolvidos nesses casos.

Nos casos de tráfico, em 18 deles teve a participação ou teve a autoria imputada a pessoas do sexo feminino, 13 desses casos tais mulheres estão entre a faixa etária de 18 e 34 anos e outros 05 casos são mulheres a partir de 35 anos. No que tange aos homens, houvera a participação de pessoas na faixa etária de 18 a 34 anos em 21 casos e em 05 deles eram adultos a partir de 35 anos⁹³. Nos casos de posse ou uso, apenas 02 mulheres estavam envolvidas. Os sujeitos eram homens, em sua maioria na faixa etária compreendida entre 18 e 34 anos de idade. Apenas 02 casos envolviam homens adultos com mais de 34 anos.

Esses dados possibilitam afirmar que até mesmo na frente de atuação “menos complexa” no que se refere à drogadição, que é a repressão, o Estado tem agido de forma tímida. Dezenas de pessoas foram presas por “tráfico” e o montante apreendido de drogas não passa de 08 quilogramas no período de 30 dias. Enquanto isso, muitos dos detentores dos meios de produção e os mais beneficiados por tal cadeia produtiva encontram-se em “incógnita”, quem são? Onde estão? Aonde lavam o dinheiro?

Foi averiguada ainda a atuação do Poder Legislativo do Estado do Piauí, frente ao fenômeno da drogadição, pude perceber que não são poucas as leis já sancionadas no Piauí na Assembleia Legislativa que dispõem sobre a questão das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. A maioria destas leis ainda é completamente desconhecida da população. Muitas delas apenas são cópias de iniciativas similares de outros Estados, portanto, sequer foi realizado um estudo

⁹³ Em alguns casos a autoria foi imputada a mais de uma pessoa, podendo ser pessoas de sexo diferentes.

para conhecimento da realidade local; muitas carecem de regulamentação e aplicabilidade e apenas têm se juntado ao já extenso calhamaço de leis ociosas em nossos parlamentos. Vejamos o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 DEMONSTRATIVO DE ALGUMAS LEIS ESTADUAIS DO PIAUÍ, ALUSIVAS ÀS DROGAS.⁹⁴

Lei (número e ano)	Assunto
5.434/2004	Institui, na rede pública e privada de Ensino Fundamental do Estado do Piauí, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.
5.433/2004	Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no Estado do Piauí.
5.394/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares, e dá outras providências.
5.740/2008	Dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis instalados nas rodovias estaduais.
5.775/2008	Institui o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas do Piauí e dá outras providências.
5.734/2008	Obriga a veiculação de mensagens contra o uso de drogas nos sítios provedores de informações na Internet, de responsabilidade de órgãos e entidades da Administração Pública estadual.
6.005/2010	Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso indevido das drogas e substâncias entorpecentes durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado.
6.131/2011	Altera a Lei nº 5.775, de 23 de julho de 2008, que institui o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas do Piauí e dá outras providências.
6.231/2012	Institui a semana de debate sobre as drogas, no âmbito das escolas públicas e privadas situadas no estado do piauí e dá outras providências.
6.329/2013	Dispõe sobre a veiculação obrigatória de propaganda contra o uso de drogas em peças publicitárias relativas aos eventos que menciona e dá outras providências.

O fenômeno é complexo e, em certa medida, há uma demanda popular por ações do poder público no que se refere ao enfrentamento da drogadição. Muitos cobram respostas do Estado, embora não compreendam de forma mais clara o processo em sua amplitude, a narcoeconomia, o narcocapitalismo, o narcoestado. Assim, o Estado trata o caso igualmente de forma superficial, ou, com ações que vem redundando em mudanças significativas do

quadro atual. Muitas leis e outras iniciativas são criadas como “respostas” a demanda social, entretanto, na maioria das vezes, sem resultados significativos. A maioria dessas leis não são regulamentadas e mesmo quando o são, não se tem visto a implementação das mesmas de forma regular.

4.2 Direitos Humanos e Extermínio de jovens: o que os docentes têm a dizer e fazer?

Neste dia da formação, iniciamos com oito professores/as e quatro alunos/as, aos poucos foram chegando outros/as docentes. Alguns/algumas tinham outros compromissos no horário inicial por isso não puderam chegar mais cedo, isso já era previsto junto à direção da escola. Assim como no capítulo anterior, evitarei citar o nome e mesmo o gênero dos participantes no intuito de manter o máximo sigilo possível das falas dos mesmos.

Iniciei a roda de conversa levantando as seguintes indagações: “o que são Direitos Humanos? O que vocês já ouviram sobre isso”? Ao perceber o silêncio, provoquei-os perguntando, “quem já ouviu falar sobre Direitos Humanos? Todos levantaram a mão, inclusive os/as jovens alunos/as. Em seguida, continuei, “quem já estudou por conta própria ou participou de algum curso ou formação sobre esse tema”? Três professores/as levantaram a mão. Então insisti, “alguém pode me dizer o que pensa sobre Direitos Humanos”? Um/as dos/as professores/as iniciou,

Eu acho que isso dos direitos humanos só é para proteger bandidos é o que a gente vê na televisão. Todo dia o direito humano está dentro no CEM, esta na Casa de Custódia. Você nunca viu, por exemplo, noticiarem: “mataram fulano de tal e o Direitos Humanos foi na casa daquela pessoa” (sic), a gente não vê esse tipo de notícia. Eu estava comentando com uma professora, eles não tentam prevenir, eles só querem agir quando já aconteceu.

Perguntei se os demais concordavam, todavia percebi que mesmo não obtivendo respostas verbais, as opiniões eram divergentes. Outros receavam em opinar, estávamos no início da formação e creio que no fundo, pelo menos os docentes (em sua maioria), sabiam que eu estava inclinado a discordar da opinião anteriormente exposta. Isso, aliás, era uma preocupação constante minha. Não inibir opiniões, não me deixar ser concebido como o *expert* que estava ali para julgar o certo e o errado ou para emitir a última palavra. Essa posição não é cômoda. Ao contrário, tem suas dificuldades. Por isso tentei ao máximo cultivar a ideia da conversa entre pares, entre profissionais da educação preocupados em

⁹⁴ As informações contidas neste quadro estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Piauí:

debater/discutir um tema. Meu objetivo ali não era avaliar os professores, mas, concordando com Pimenta (2005, p. 524) verificar como estes podem articular seus saberes para tomar decisões e proporcionar reflexões na escola e na sala de aula “e como mobilizariam a situação docente na relação com os alunos para dar respostas às questões propostas pelas diversas situações com as quais estariam lidando”.

Distribui alguns papéis e pedi para que escrevessem uma definição de Direitos Humanos, não tinha interesse em receber as respostas, mas em saber o que os demais sabiam ou pensavam sobre o tema. As repostas foram sucintas, até mesmo devido o tempo que dispúnhamos, e também objetivas: “Direitos da pessoa humana”, “São os direitos que asseguram a qualidade de vida das pessoas”, “Leis que dão proteção a todo cidadão” entre outras.

Percebi, então que ao escrever as pessoas tendiam a se aproximar de uma ideia mais adequada ao sentido real dos Direitos Humanos (na perspectiva a qual compreendo, é claro). Entretanto, ao se expressar verbalmente, tendem a reproduzir alguns discursos das alas mais sensacionalista da mídia. Foi possível chegar a essa conclusão pela própria fala do/a participante “[...]o que a **mídia** mostra é que eles só estão dentro dos presídios [...]” ou ainda “[...]direitos humanos só é para proteger bandidos é o que a gente vê na **televisão** [...]”. Mas, uma vez procurei fomentar que falassem sobre o tema. Daí ouvimos:

Porque a gente não vê alguém dizer: “olha os direitos humanos foram na escola tal da periferia que lá não dá para dar aula porque lá não tem ar condicionado, porque na quadra a gente tem que rezar pra não chover para poder jogar porque a quadra está descoberta”, e o dinheiro alguém comeu porque lá consta... que é FUNDEB. Então o que a gente vê de direitos humanos é sempre atuando em cima de quem fez o erro, talvez por isso, eu digo: Direito Humano é para bandido! Porque todo dia ele tá no CEM⁹⁵, na Custódia⁹⁶ e eu nunca vi Direitos Humanos. Raramente eles vão em hospital reclamar, o meu irmão mesmo quando foi hospitalizado ficou lá do lado de fora na maca porque não tinha lugar porque não tinha lugar pra ele. Então o que a mídia mostra é que eles só estão dentro dos presídios, no CEM, mas, eles não dizem: “vamos prevenir, vamos colocar merenda naquela escola porque que o ar condicionado de lá tá quebrado, porque que a quadra está descoberta”. Porque se o menino estiver dentro da escola jogando bola, porque se você botar uma bola o dia todo ele joga.

<www.alepi.gov.pi.br>. Acesso em: 10 jun. 2010.

⁹⁵ Situado em Teresina, o CEM (Centro Educacional Masculino) é uma instituição ligada à Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Governo do Estado do Piauí, que aplica as medidas socioeducativas para crianças e adolescentes que cometem ato infracional no referido estado.

⁹⁶ A Casa de Custódia é uma unidade prisional voltada a custodiar adultos à espera de julgamento de crimes a eles imputados. Tal estabelecimento faz parte da estrutura da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí.

A partir dessa fala perguntei o que eles têm a dizer das mídias no que se refere essas questões relacionadas às violências e aos Direitos Humanos, assim me reporte, “Até que ponto as nossas emissoras tem contribuído para nos auxiliar a compreender a realidade social”? Em seguida um/a professor/a, assim se posicionou:

A mídia é manipuladora, nós sabemos. Sabemos ainda que ela tem interesse em lucrar com fatos violentos. Nada é por acaso. Não sou contra os Direitos Humanos, nem podia ser. Mas, podemos ver que algumas dessas comissões [de Direitos Humanos de instituições] realmente só ganham destaque ou são noticiadas quando acontece algum crime bárbaro, que choca a população. As pessoas nesses casos esperam a punição dos culpados e se esta não acontece, culpam os Direitos Humanos.

Depois de ouvir essas e outras falas, fui provocado, a partir das contribuições de Maria Victoria Benevides em seu texto *Cidadania e Direitos Humanos*, a iniciar algumas reflexões, ou seja, a pontuar algumas questões colocadas pelos partícipes desta pesquisa. A autora citada observa que:

Nenhum outro tema desperta tanta polêmica em relação ao seu significado, ao seu reconhecimento, como o de direitos humanos. É relativamente fácil entendermos e lutarmos por questões que dizem respeito à cidadania, à ampliação da cidadania [...] Mas, e em relação aos direitos humanos? Insisto que dificilmente um tema já venha carregado de tanta ambiguidade, por um lado, e deturpação voluntária, de outro (BENEVIDES, 1998, p. 3).

Benevides (1998, p. 4) chama atenção, ainda, para o fato de que o “tema dos Direitos Humanos, hoje, permanece prejudicado pela manipulação da opinião pública, no sentido de associar direitos humanos com a bandidagem, com a criminalidade. É uma deturpação. Portanto, é voluntária, ou seja, há interesses poderosos por trás dessa associação deturpadora”, consideramos, pois, pertinente a inserção de diálogos sobre essa temática ainda nas fases da infância e da adolescência, visto que teremos chances de formar cidadãos mais críticos e menos sujeitos aos efeitos do discurso da elite dominante (principal obstáculo para que se implemente neste país uma verdadeira justiça social) que classifica as classes populares como “classes perigosas”, merecedoras de todo o “rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios”.

A formação em direitos humanos, indubitavelmente contribui significativamente para que seja fomentado e compreendido o valor do direito como valor pleno (FERNANDES, 2009, p. 174). No *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* é registrado que,

Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional há que tratar do campo ético, de como se desenvolvem atitudes e valores, no campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvos de injustiças, que se manifestam no cotidiano.

Benevides (1998, p. 2) cita que não se pode conceber “democracia com intolerância, seja de que tipo for, democracia sem justiça, e a justiça, como sabemos, é uma condição para a paz”. Buscamos uma abordagem que apresentasse os Direitos Humanos “associados ao cotidiano e à realidade, de modo a produzir ações contextualizadas e geradoras de mudanças, na perspectiva da participação cidadã”, como assevera Fernandes (2009, p. 177), esse autor ainda cita que:

Os direitos humanos favorecem a consolidação de sentimentos de justiça e, sobretudo, de equidade, uma vez que devem prevalecer e serem consolidados a partir dos processos sociais [...] é importante favorecer a participação política [...] e a criação de novas instâncias participativas [...] (FERNANDES, 2009, p. 177).

Essas discussões, no meu entender, são imprescindíveis de serem debatidas na formação de docentes e mais que isso, elas devem permear as práticas desses profissionais. O que tenho percebido nesses encontros que ora chamo de formação, desenvolvidos na Unidade Escolar “A”, mas, que significaram, de fato, momentos ricos de reflexão sobre a sociedade que vivemos e, em geral, sobre o mundo atual, é que falar de juventudes, debater sobre as violências que esses sujeitos vivenciam/praticam, sobre a realidade social, sobre o mundo em que tais profissionais atuam tem se apresentado como expedientes *ad hoc* e muitas vezes desprovidos de fundamentações teóricas, científicas e até mesmo estatísticas que possam colaborar para uma tomada de consciência, por parte dos atores e atrizes sociais que compõem a comunidade escola, do cenário em que vivemos.

Ao discutir sobre o “educar” nos tempos de hoje, a “era planetária”, como classifica, Morin (2003, p.63) observa que “o principal objetivo da educação na era planetária é o educar para o despertar de uma sociedade mundo”, assim, é preciso, pois, ainda segundo o referido autor, “compreender devir da planetarização da humanidade e o desafio de sua governabilidade”.

No início do século XXI, a aparentemente avassaladora e irreversível corrida da hélice de mundialização econômica sofre perturbações. Paralelamente a sua decolagem, surge outra dimensão que cresce como sua sombra: a

planetarização do mal-estar social, que mais tarde se expressará num protesto, cada vez mais generalizado, contra aquelas atividades e visões que motorizam a primeira mundialização e pressupõem que o mundo seja governável como uma mercadoria (MORIN, 2003, p. 84).

Há, sem dúvida, no contexto que vivemos, uma precarização de vivências de inúmeros segmentos sociais, sobretudo nos países que não conseguem redundar sua industrialização, ou crescimento econômico, em desenvolvimento ou universalização da qualidade de vida. O único caminho imposto pelo ideário do capital é a lógica da competitividade legitimada pela meritocracia. Às vezes, nem mesmo convivendo no mesmo contexto social, conseguimos perceber como as estruturas político-econômico-sociais favorecem que uns “dê certo” e outros pereçam. E a culpa do girino que não chegou a ser sapo, e assim ter o privilégio de cochar, vai sendo atribuído a ele próprio.

Muitas falas dos docentes interlocutores dessa pesquisa revelam preocupações, medos, desconfiança em relação ao espaço comunitário e escolar no qual atuam. Há desejo de mudança, de transformação. Percebi que há na escola, potencialidades transformadoras, docentes e discentes. Mas, verifiquei que era preciso aprofundar o debate sobre preconceitos, estigmas, sobre as representações hegemônicas arraigadas na sociedade em geral e na escola em específico, como àquelas que descrevi nas falas transcritas anteriormente.

Sobre tais falas, dialoguei com as mesmas dessa forma: “Direitos Humanos não são uma pessoa ou um grupo de pessoas. Falo isso porque é comum ouvirmos dizer que os Direitos Humanos não foram na casa de cicrano e tal”. “Mas, existem as comissões...” respondeu um/a interlocutora. Daí, respondi que sim, existem as comissões, que podem ter suas falhas, suas limitações, mas não representam a totalidade do Direito inalienável e universal que há em cada pessoa. “Direitos Humanos estão em todos nós. Concordam que precisamos falar mais sobre isso?”, inquiri. Ao receber sinalização positiva, sugeri a leitura de um pequeno texto de Oscar Vilhena Vieira, que discutia algumas “Teses equivocadas sobre os Direitos Humanos”, este é, inclusive, o título do pequeno artigo. Distribuí cópias do referido texto e realizamos uma leitura coletiva. Debatemos sobre a tese *Direitos humanos, direito de bandido?*

[...] Esta falácia começou a ser difundida no Brasil, no início dos anos oitenta, por intermédio de programas de rádio e tabloides policiais. Como os novos responsáveis pelo combate à criminalidade no início da transição para a democracia haviam sido fortes críticos da violência e do arbítrio perpetrado pelo Estado, houve uma forte campanha articulada pelos que haviam patrocinado a tortura e os desaparecimentos para deslegitimar os novos governantes que buscavam reformar as instituições e por fim às práticas

violentas e arbitrárias por parte dos órgãos de segurança. Era fundamental para os conservadores demonstrar que as novas lideranças democráticas não tinham nenhuma condição de conter a criminalidade e que somente eles eram capazes de impor ordem a sociedade. Mais do que isso, os conservadores jamais toleraram a ideia de que os direitos deveriam ser estendidos às classes populares de que, qualquer pessoa, independentemente de sua etnia, gênero, condição social ou mesmo condição de suspeito ou condenado, deveria ser respeitada como sujeitos de direitos (VIEIRA, s/d).

O referido autor ainda destaca que outro propósito do discurso contrário aos Direitos Humanos é “[...] criar um conflito dentro das camadas menos privilegiadas da população, eximindo as elites de qualquer responsabilidade em relação à criminalidade” (VIEIRA, s/d). Diante de tal leitura, perguntei “tiveram todos esses pobre, excluídos e marginalizados assegurados todos os seus direitos fundamentais de cidadania garantidos pela constituição brasileira vigente?” Assim se reportou um/a dos/as partícipes,

Não. Não tiveram e nem tem. O Brasil é um país desigual. Existem muitas injustiças. O rico se vale de todos os seus direitos. As periferias são esquecidas.

Em seguida mais uma fala, a qual demonstrava uma resistência em compreender ou comungar da perspectiva a qual propus desconstruir as concepções de mera vilanização da pobreza.

Ser pobre, ter privações não é motivo para roubar, matar. Muitos aqui são pobres e já foram mais pobre ainda. (Docente X).

Quem são as pessoas das classes mais privilegiadas que comentem crimes? Será que os crimes veiculados pela mídia são na maioria de pobres ou de pessoas das classes mais favorecidas? A quem interessa imputar os problemas sociais às camadas menos favorecidas da sociedade? Não seria mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida? Estas e outras questões foram debatidas no decorrer da leitura do texto.

Ao vilanizar os que comentem um crime, como se fosse um ato estritamente voluntário, dissociado de fatores sociais, como desigualdade, fragilidade das agências de aplicação da lei, desemprego ou falta de estrutura urbana, jogam a população vítima da violência apenas contra o criminoso, ficando as elites isentas de responsabilidades, pela exclusão social ou pela omissão do Estado, que impulsiona a criminalidade. Nesse contexto, associar a luta pelos Direitos Humanos à defesa de bandidos foi uma forma de buscar manter os padrões de violência perpetrados pelo Estado contra os negros e os pobres, criminosos ou não (VIEIRA, s/d).

Não é difícil percebermos que vivenciamos na atual conjuntura brasileira uma “onda” reacionária, em parte, devido à crise do paradigma político instaurando há mais de uma década com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. Nesses contextos, a “força”, a “opressão” e até as violências ganham terreno e adeptos, inclusive ameaçando conquistas históricas. O famigerado projeto de Lei do Senado Federal 193/2016 que Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja na Lei nº 9.394/1996, o "Programa Escola sem Partido" é uma exemplo. Sem querer enveredar em proselitismos, mas uma parcela dessa “onda” pode ser creditada ao crescimento em números e em poder da chamada “bancada evangélica” nos parlamentos brasileiros, sem dúvida, uma afronta ao Estado laico e ao ensino com base no conhecimento científico.

Não vou aqui me alongar nesse debate, mas senti a necessidade de pontuar essa questão, sobretudo por considerar que tal cenário pode contribuir de forma significativa para a crescimento dos preconceitos e intolerâncias já existentes na sociedade e nas escolas em específico. Se antes tínhamos o ultradireitismo de Enéas⁹⁷ do extinto partido PRONA, que nunca chegou a exercer tanta influência no destino das políticas nacionais, hoje podemos perceber, com certa preocupação, ressonâncias de falácias absurdas de um Feliciano⁹⁸ ou Bolsonaro⁹⁹ por exemplo. A pluralidade perde.

Este último citado, já deu várias contribuições à proliferação de ideias equivocadas dos Direitos Humanos, utilizando-se de sofismos e colocações falaciosas afronta o Estado Democrático de Direito, vejamos o que o mesmo falou¹⁰⁰ na Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Congresso Federal:

[...] Temos uma porcaria de uma constituição ao se referir aos Direitos Humanos, não há pena de morte aqui, o cara não teme nada, não há prisão perpétua, o canalha nem precisa trabalhar, fica sugando o Estado o tempo em que é detido. Enquanto tiver essa ideia “ah mataram sessenta mil”... eu queria que matassem duzentos mil vagabundos, eu tô preocupado é com os inocentes que morrem nesse momento e não com os marginais [...] (JAIR BOLSONARO, set. 2015).

⁹⁷ Enéas Ferreira Carneiro (nasceu no Rio Branco/AC, em 1938 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ em 2007) foi um médico cardiologista e político brasileiro. Candidatou-se algumas vezes à presidência da república. Em 2002 foi eleito Deputado Federal com cerca de 1,5 milhões de votos.

⁹⁸ Marco Antônio Feliciano é Deputado Federal pelo PSC de São Paulo.

⁹⁹ Jair Messias Bolsonaro é Deputado Federal desde 1991, Oficial do Exército da Reserva. Filiado ao PSC/RJ, Partido Social Cristão.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://youtu.be/1TkZPqHJhIE>>. Acesso em: 26 out. 2016.

Em 26 de outubro de 2016 essa fala de Jair Bolsonaro em seu canal no *Youtube* possuía 338.313 (trezentas e trinta e oito mil e trezentas e treze) visualizações, e um total de 11.745 (onze mil setecentos e quarenta e cinco) pessoas marcaram como “gostei” e apenas 195 (cento e noventa e cinco) marcaram como “não gostei”. Quiçá essa não seja a proporcionalidade real da totalidade dos brasileiros, todavia, entendendo que a cultura do justiceiro, seja do policial ou outros operadores do direito, é amplamente difundida no Brasil e arraigada em nossa cultura. Sobre essa questão, perguntou-me um/a partícipe da pesquisa,

Por que há tanta autoritarismo, arrogância e práticas de tortura por parte dos policiais? É o que vemos... eles assim com a cara fechada. As pessoas têm medo. É assim que as pessoas os veem.

As palavras de Bolsonaro, em parte, explica essa representação de um policial apresentada acima. Quando eu era policial militar ouvia tanto na formação como no dia a dia a seguinte frase “a sociedade tem a polícia que merece”. Tal discurso, a meu ver gera nestes profissionais da segurança pública, “guardiões da sociedade” (como PMPI traz em seu lema), nestes “pedagogos da cidadania”¹⁰¹, uma lógica de atuação pautada numa concepção engendrada pelo regime instaurado na ditadura cívico-militar de 1964, “A doutrina da segurança nacional com Desenvolvimento” satirizada na fala: “Quem são os que merecem? São àqueles que obedecem!” da comédia *Apareceu a Margarida* de Roberto Athayde¹⁰², paráfrase do lema conservador positivista, “Ordem e Progresso”.

A popularidade de “anti-heróis” como a figura do Capitão Nascimento de *Tropa de Elite* filme, baseado no livro *Elite da tropa*¹⁰³, evidencia o perfil de policial que muitos consideram como ideal, “inexorável”, “rígido”, “combatente”, “enérgico”, “sem muita conversa” e por alguns ainda, “que não tenha pena de bandido”.

[...] ao se contrapor a toda de forma de exclusão e opressão, os movimentos de Direitos Humanos não poderia deixar de incluir na sua agenda a defesa da dignidade daqueles que se encontram envolvidos com o sistema de justiça criminal. Isto não significa, porém, que os movimentos de Direitos Humanos tenha se colocado, a qualquer momento, a favor do crime. Aliás, a luta contra a impunidade tem sido uma das principais bandeiras dos militantes de direitos humanos. No entanto, esta luta deve estar pautada em critérios éticos

¹⁰¹ BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia** – Passo fundo-RS, CAPEC, Paster Editora, 1998

¹⁰² Dramaturgo, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1949. O seu principal trabalho, *Apareceu a Margarida* é um dos textos mais encenados no País e também no exterior, tendo sido traduzido para mais de 20 idiomas. Disponível em: <http://teatropedia.com/wiki/Roberto_Athayde> . Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁰³ Livro do Antropólogo Luiz Eduardo Soares escrito em parceria de André Batista e Rodrigo Pimental, o mesmo narra o cotidiano dos policiais militares de um batalhão de operações especiais. José Padilha, o transforma em filme sob o título *Tropa de Elite*.

e jurídicos, estabelecidos pelos instrumentos de Direitos Humanos e pela Constituição, pois toda vez que o Estado abandona os parâmetros da legalidade, ele passa a se confundir com o próprio criminoso, sob o pretexto de combatê-lo. E não há pior forma de crime do que aquele organizado pelo Estado (VIEIRA, s/d).

Os Direitos Humanos, salienta Vieira (s/d), tem uma agenda muito mais ampla do que a mera questão da luta pelos direitos daqueles que se encontram em situação de cárcere. O referido autor, no texto em que discutimos com os partícipes dessa pesquisa, observa que os grupos/instituições/pessoas que advogam/militam na defesa dos Direitos Humanos estão, primordialmente, mais voltados às discussões sobre “o racismo, a exclusão social, o trabalho infantil, a educação, o acesso à terra ou à moradia, o direito à saúde, a questão da desigualdade de gênero etc.” Além disso,

O que há de comum entre todas essas demandas é a defesa dos grupos mais vulneráveis. Embora os direitos humanos sejam direitos de todos, é natural que as organizações não governamentais se dediquem à proteção daqueles que se encontram em posição de maior fragilidade dentro de uma sociedade (VIEIRA, s/d).

Como já registrei anteriormente, o maior propósito da formação de docentes que dá corpo a este capítulo, foi dialogar com os/as docentes e discentes que colaboraram nessa pesquisa sobre preconceitos atribuídos, rótulos cristalizados nas juventudes empobrecidas, sobretudo àquelas que se encontram em situação de tráfico. Foi aplicado um pequeno questionário às/aos docentes, nem todos/as responderam. O propósito de tal instrumental era verificar algumas representações dos mesmos, concernentes temática geral de nossa formação, a drogadição, e, de forma mais específica relacionando a temática ao contexto escolar dos mesmos. Vejamos as respostas, representada no Quadro 5:

Quadro 5 - Perguntas direcionadas aos/às partícipes desta pesquisa sobre a drogadição

Perguntas		Respostas	
		Sim	Não
1.	Você considera a escola preparada/capacitada para atuar no enfrentamento da drogadição?	01	08
		11,1%	88,9%
2.	Você considera-se preparada/o para atuar no enfrentamento da drogadição?	00	09
		0%	100%
3.	A drogadição (direta ou diretamente) representa uma das 05		

	principais preocupações da escola?	09	00
		100%	0%
4.	Você considera sua comunidade escolar perigosa?	07	02
		77,8%	22,2%
5.	Você já sentiu ou sente medo de ir trabalhar na escola?	02	07
		22,2%	77,8%
6.	Você já presenciou aluno/a “supostamente” sob efeito de alguma droga? (na escola ou não)	08	01
		88,9%	11,1%

Fonte: Dados empíricos da pesquisa.

Como se pode observar, nas perguntas 1 e 2, os docentes assumem que há, no que se refere as suas formações e à própria escola, limitações no que tange a atuação frente à drogadição, ao tempo que também revelam que percebem tal fenômeno como um dos principais desafios da escola em que atuam (como aponta a pergunta 3), nesse sentido, mais uma vez reitero que é curioso como algo tão pertinente ainda se mantém raro nas práticas educativas desenvolvidas nas escolas e na formação/atuação de docentes.

As respostas reveladas na tabela acima, bem como os diálogos realizados nos encontros formativos demonstram o quanto a escola, na figura de seus atores/atrizes sociais que tive contato, explicitam um desejo de falar sobre a comunidade, de discutir problemas mais urgentes, de dar respostas a demandas complexas como a que lidamos neste trabalho.

Pergunto-me por vezes, se eu também me sinto preparado para lidar com a prevenção às drogas. Se o que penso, o que faço responde, de fato, aos desafios sempre dinâmicos de tal área. O que tenho feito para me sentir a vontade para assumir tarefas como essas? Estudar/pesquisar, certamente. Todavia não tenho deixado de escutar, de observar, de estar nas comunidades e nas escolas, conversando com professores, pais e alunos e, sobretudo, tenho procurado manter os sentidos em alerta para a criticidade e para as denúncias das injustiças sociais.

Sinto-me, assim, preparado todas às vezes que estou disposto a dialogar e a refletir sobre meu papel de professor, pesquisador, artistas, pai etc. Sinto-me preparado também por assumir a falibilidade, a possibilidade da arbitrariedade e o desejo latente de afastar-me disso. Tentei e tento mostrar às pessoas que confiam em realizar este trabalho comigo os melhores caminhos possíveis serão àqueles construídos na coletividade e com participação. Não serei

eu que irei fornecer/criar as condições necessárias para que os partícipes dessa pesquisa se sintam aptos a atuar frente à drogadição entre seus educandos, entretanto, ciente da importância do sentido da ação coletiva, como fala Melucci (2001, p. 8), pretendo ensejar a construção/elaboração/ planejamento de práticas educativas, pautadas na reflexividade, realizadas de forma colaborativa.

As respostas das perguntas 4 e 5 revelam que aproximadamente, 78% dos professores que responderam o questionário consideram a comunidade em que a escola está inserida como perigosa, ao mesmo tempo, os mesmos 78% dizem que não sentiram e nem sentem medo de ir à escola. Em primeiro lugar, destaco que 02 dos/as 09 respondentes sentem ou já sentiram medo de ir à escola. Não perguntei as razões que os/as levam a tal temor. Nesse caso, evitei o “por quê?” pois considero que este pode passar uma noção de julgamento ou de justificativa. Porém, nos momentos de diálogos, alguém falou da falta de policiamento nas imediações da escola, de favelas existentes nas adjacências e também dos constantes arrombamentos que a escola vem passando. Obsevei que a escola tem grades por todo lado, nas janelas, nas portas, nos corredores, nos motores dos condicionadores de ar e até nos bebedouros. Segundo a direção, são constantes os furtos de patrimônios da escola. Vejamos a fala de uma/um docente,

[...] Eles não estão mais só assaltando não, foi morto um bem aqui na esquina porque estava assaltando aqui.

Em segundo lugar, o registro de que a maioria, mesmo considerando que a escola se situa numa região perigosa, não teme ou já temeu ir à escola. Alguns, quando provoquei tal discussão no debate, explicaram o aparente paradoxo.

Moro aqui perto. Como vim a pé deixei meu celular em casa. Aqui tem assalto direto, mas é só não dá bobeira.

Muitos conhecem a gente. Vi crescer um bocado. Até agora não mexeram comigo.

O problema é mais a noite. A noite a coisa fica complicada.

A maioria dos professores/as não estabelece outros vínculos com a comunidade além da aula, muitos destes, atuam em mais de uma escola e também exercem outras atividades, inclusive outras profissões. Essa é a rotina da maioria dos professores no Brasil, sabemos. Mas, tal “afastamento” não está dissociado da representação do medo, da periculosidade que

tal território supostamente apresenta. Eis mais um desafio desse trabalho, fomentar experiências/ vivências que proporcione que a escola e seus atores/atrizes se aproximem da comunidade. Essa postura é fundamental para o êxito das ações que aqui propomos.

Na pergunta 6, apenas um/uma docente revelou nunca ter presenciado algum aluno/a “supostamente” sob efeito de alguma droga, seja na escola ou em outros momentos e espaços. O caso narrado no capítulo anterior, dos comprimidos aparentemente de benzodiazepínicos distribuídos entre alunos/as recentemente na escola pode ter sido a causa do número elevado de resposta “Sim”. Todavia, durante o debate foi citado o uso corriqueiro de álcool e com menos frequência do tabaco (não dentro da escola). O efeito de substâncias ilícitas também foi citado por algum/a docente como já presenciado em aluno/s ou aluna/s.

Como encerramento desse dia de formação, propomos a realização de atividades teatrais. Para tal, a atriz Silmara Silva¹⁰⁴ iniciou com alguns exercícios, como o de concentração e também de aquecimento. Observamos instantes de ludicidade e também de aproximação entre Docentes/Docentes, Discentes/Discentes e Docentes/Discentes. Sobre esses aspectos, registro algumas falas dos/as partícipes:

Nesse momentos, talvez muitos alunos estejam vendo seus professores como nunca tinha visto antes. Brincando, estudando aqui junto, devem estar se sentindo como semelhantes.

Seguindo o mote, perguntei aos alunos como eles estavam se sentido neste encontro. A timidez prevaleceu, mas todos sinalizaram que aprovavam o encontro, então um respondeu da seguinte forma,

Eu estou gostando. É diferente, engraçado. Quando a professora chamou pensei que não ia gostar.

Como estamos apenas iniciando a Jornada Escolar de Prevenção às Drogas na Unidade Escolar “A”, vejo que ainda teremos muito tempo para fortalecer os vínculos entre os sujeitos que compõem a escola, considero ainda superficiais as relações entre os partícipes. Diria até, ser crucial, para o desenvolvimento das atividades que o “Projeto Jornada” se propõe a realizar na escola e na comunidade, que os participantes estabeleçam laços de companheirismo e também reflitam sobre as relações interpessoais. Algumas experiências me animam nesse sentido, como registrado pelo/a professor/a:

¹⁰⁴É atriz no coletivo “Piauhy Estúdio das Artes”, é ainda, estatuísta, escritora e professora de teatro.

*Há tempos trabalhando aqui, na mesma escola, nunca tinha visto o professor ***** dessa maneira, ativo, divertido. Não sabia que ele era assim. Penso que estamos no caminho certo. As formações que tem vindo para cá, são muito formais. No geral, os professores não ficam tão motivados a participar, mas é obrigatório. Aqui vejo todo mundo até uma hora dessa sem pedir para sair. Eu estou admirada.*

Por vezes, os diálogos entre docentes de uma mesma escola se restringem aos “papos” de 20 minutos do intervalo. A lógica da atuação docente, principalmente àqueles que trabalham a partir da segunda etapa do ensino fundamental, onde, em muitas instituições as aulas são recortadas em 50 minutos e muitos/as professores/as, têm sido caracterizada por relações interpessoais superficiais entre os pares e entre os outros sujeitos que compõe a escola.

As técnicas da dramatização (Imagem 8) foram utilizadas como recurso para o envolvimento do grupo e ainda como canal aonde as pessoas falassem, se expressassem sobre a temática proposta. Sugerir que a partir de uma situação de violência sofrida por um jovem, os demais, ao se sentirem a vontade, entrassem na cena, assumindo o personagem que quisessem.

Imagem 8 – Silmara Silva iniciando os exercícios de teatro.



Fonte: Acervo do pesquisador.

A ideia era discutir um contexto de homicídio, e, assim, refletirmos, como se deu o fato, quais os sujeitos inseridos/envolvidos, quais as motivações, o que dizem as pessoas falam/comentam/reproduzem sobre tal acontecido e ainda como a mídia veicula. A seguir, realizo a narrativa da dramatização mediada por Silmara Silva. O enredo foi construído de forma espontânea.

Dramatização
<p>Alguém de ser alvejado com tiros de arma de fogo. Caído no chão, se aproxima uma senhora que logo sintetiza, “acertaram outro mala, eu conheço esse aí, um vagabundo lá da rua de baixo, um drogado”. A vítima, um jovem negro de aproximadamente 15 anos, ainda agonizava, quando outra pessoa chega gritando, “chama o Samu, chama o Samu!”, ao tempo que outro já ligava para a polícia. Outras pessoas então se aproximam, muitos curiosos cercam àquele que já parecia morto, não se via mais movimentos, os tiros, que foram vários, forma certos. Alguém fala “vi o ronco alto de um moto, dobrou para acolá”, outra pessoa se arvora, “Eu vi foi tudo. Eram dois caboclo numa moto, uma moto vermelha”. Os pais chegam no local, a mãe desesperada, o pai não menos abalado tenta consolar a esposa. “Meu filho, quem fez isso? Quem isso? Não pode ser meu Deus! Me ajudem, me ajudem!”, bradava a mãe aos prantos, dizendo ainda não entender por que alguém poderia ter feito com isso com seu filho. A senhora que dizia conhecer a vítima ainda murmurava, “Santo não era. Essa pobre mãe sofreu muito com esse rapaz”, nisso encontrava alguns que concordavam, como um senhor que corroborou, “Mais cedo ou mais tarde isso ia acontecer, esse povo aí envolvido com o que não presta só tem dois caminhos a cadeia e o cemitério”. A namorada chega, também desesperada, advoga pela boa índole do parceiro, “Era gente boa, todo mundo gostava dele! Eu quero justiça!”. Passam-se as horas, a multidão se avoluma, as versões se multiplicam. A vítima vai se tornando o principal culpado nas sentenças de muitos presentes, “Achou o que procurou”, “Não quis estudar, ser gente do bem, dá nisso!”, “esse aí tem cara de mala, olhem o jeito dele”, “agora querem que seja santo”, uns ainda apiedavam-se, mas, pela mãe, “o cara faz a besteira e quem sofre é mãe, triste demais”. A mídia chega antes dos agentes da segurança e da saúde, a lente da câmera tenta pegar o melhor ângulo, os mínimos detalhes, o ponto do corpo acertado, o sangue que já lavava o chão, os olhos entreabertos da vítima, passavam a largo da dor da mãe, que cada vez mais se via sem forças, dobrada sobre o corpo sucumbido pareciam querer capitular junto com o filho. O repórter infiltra-se o mais próximo estica mão com o microfone e</p>

interroga, “O que a senhora está sentindo? A senhora sabia de algum envolvimento de seu filho com o crime? Suspeita de alguém?”, Tantas perguntas e nenhuma energia ou raciocínio que as pudessem responder. O âncora do jornal já estava noticiando ao vivo. “Essa é de agora, produção me confirma quem está no local. A informação que chegou até agora é que uma briga de gangue resulta na morte de um traficante na zona norte”, consultando o ponto no ouvido corrige, “Não? Como foi? Ah, ouve um acerto de contas ou disputa por ponto de venda de drogas... já já a reportagem completa”. Em seguida continua, o experiente apresentador, “Eu tenho falado aqui que essa juventude de hoje tá perdida! Esses meninos estão tudo enveredando pro mundo da criminalidade. Não querem trabalhar, não querem estudar. Dá nisso! Desde criança começa a roubar, a matar, mas não poder ser presos, vão lá pra aquele hotel chamado CEM, saem pior e sempre terminam assim. Caixão e vela preta, essa é que é a grande verdade. O Samu constata a morte e se retira do local, a polícia chega e realiza o isolamento, o repórter entrevista um dos policiais, “Já se tem algum suspeito? É acerto de contas comandante?”, o policial responde, “tudo indica que sim, pelo *modus operandi* e pela região que estamos o homicídio deve ter como motivação a questão da droga, que é muito disseminada nessa região, mas vamos esperar o desenrolar das investigações, que ficarão a cargo da polícia civil”. O corpo foi levado para o IML. O fato ainda repercutiu na comunidade por algum tempo. Na mídia só por algumas horas. Desgraça de pobre dá muita audiência, mas tem de sobra, quem se interessaria por muito tempo pela morte de uma vida matável?

Representar a vida, para refletir sobre a mesma, eis o intuito de tal metodologia. Essa atividade foi inspirada no Sociodrama¹⁰⁵, mas, de início, friso que não me ancoriei a nenhuma esquema prévio ou método sistematizado. Ao utilizar o teatro dessa maneira, também não poderia deixar de pensar também nos trabalhos realizados/publicados por Augusto Boal e seu Teatro do Oprimido¹⁰⁶.

¹⁰⁵ O Sociodrama surgiu do Teatro Espontâneo, criado por Jacob Levy Moreno (1889-1974), no início do século XX. Nery, Costa, Conceição (2006, p. 305) registram que o mesmo “Trata-se de um dos métodos sociátricos para pesquisar e tratar os grupos e as relações intergrupais, seus conflitos e sofrimentos. Fundamenta-se na epistemologia socionômica e tem o objetivo de superar a dicotomia da pesquisa quantitativa/qualitativa, ao privilegiar a participação dos sujeitos na situação. O sociodrama é um método de pesquisa interventiva, que busca compreender os processos grupais e intervir em uma de suas situações-problema, por meio da ação/comunicação das pessoas”.

¹⁰⁶ Augusto Boal (1931-2009) foi um teatrólogo brasileiro. *Teatro do oprimido* é seu livro mais conhecido, nele estão seus fundamentos teóricos e técnicos de seu pensar/fazer teatral pautado nas formas de vivências das pessoas comuns no intuito de libertá-las das opressões impostas pela sociedade (BOAL, 2013).

Boal (2013, p. 13) assevera que, “[...] todo teatro é necessariamente político, por que política são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas”. Eis uma aproximação teórica como o trabalho que desenvolvemos na Unidade Escola “A”. Pensei uma formação de professores como processo eminentemente político e de forma mais específica, como um lugar de escuta, empatia e reflexividade sobre a cidadania e seu exercício ou sua negação. Concordando com Boal (2013, p. 136), pensei no teatro como uma linguagem que proporcionasse que o espectador se “disponha a intervir na ação, abandonando sua condição de objeto e assumindo plenamente o papel de sujeito”.

Jorge Ishizawa dizia que o teatro da burguesia é o espetáculo acabado. A burguesia já sabe como é o mundo, o seu mundo, e pode portanto apresentar imagens desse mundo completo, terminado. A burguesia apresenta o espetáculo. O proletariado e as classes exploradas, ao contrário, não sabem ainda como será o seu mundo; conseqüentemente, o seu teatro será o ensaio e não o espetáculo acabado (BOAL, 2013, p. 148).

Ao assumir os papéis que podemos ver no quadro acima que apresenta o enredo que criamos, os partícipes exercitaram “um distanciamento” de si e uma “aproximação” da condição de outros sujeitos, o que proporcionou em seguida realizamos uma roda de conversa sobre a experiência. Vejamos alguns papéis que resumem o acontecido: a) O jovem morto, b) A família, c) Os espectadores, d) Os homicidas, e) A mídia, f) A polícia. As falas também foram de forma espontânea, ou seja, não propus a análise, o debate sobre tais “papéis” de forma isolada.

A mídia e a família renderam mais comentários. No que se refere esta primeira, registro que mesmo demonstrando ser conhecedoras da ação manipuladora da mídia e ainda do expediente sensacionalista de muitos programas veiculado por esta, muitas pessoas “mantêm-se” aptas/dispostas a compor seu repertório de emoções, de pressupostos morais e até seu arcabouço ético a partir de formadores de opiniões midiáticos a serviço de um projeto explícito de exploração da pobreza e camuflagem/ blindagem das classes hegemônicas.

Estas cenas viraram coisa corriqueira em Teresina. Antes era um “ouvi falar” hoje se vê direto. A coisa está meio fora do controle.

Esses programas policiais todos eles, vivem de usar a pobreza. Um jovem desse morre, eles caem em cima. É uma mercadoria.

Eu perguntei quem considera Teresina violenta. Todos levantaram a mão. Em seguida perguntei, “Teresina é violenta para quem”? Houve uma pausa. Alguém chegou a dizer que é

violenta para todos que aqui vivem. “É assim que todos pensam”? Insisti. “Vemos de forma costumeira homicídios de pessoas de maior poder aquisitivo”? Todos responderam que não.

De fato quem é assassinado hoje em dia são pessoas da periferia. Os dados estão aí, os registros mostram isso e a realidade também. Aqui o que nós fizemos, representamos, né? Foi isso que acontece, hoje, infelizmente quase todos os dias. A vida desses meninos de tráfico não dura muito tempo não. Eu sinceramente não vejo esse quadro mudando tão cedo. A gente tem que falar mesmo, a gente quase não vê polícia. Quando um menino desse aí envereda pelo lado do crime, muitas vezes a família vira as costas, o Estado também não sabe como agir.

As experiências que tive com os sujeitos envolvidos nessa pesquisa (detentos, alunos, profissionais da educação dentre outros) em medida que não sei precisar, me transformaram. Se fui, conscientemente ou não, munido de verdades, abastecido de saberes, chego até aqui com tais repertórios “editados” ou “em edição”. Retorno “multi-tocado”, mas, não necessariamente aliviado ou em posição cômoda, encontro-me, como em um momento de “morfose” sendo que tal processo não se dar a partir de mim mesmo, mas, a partir do outro e de seus olhares, de suas palavras, de seus sentires captados.

[...] a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à educação. Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo (LARROSA, 2014, s/n).

Estive, pois, nestes anos que se deu esta pesquisa, a sós e acompanhado, em experiências plurais, em instantes singulares, a refletir sobre juventudes, drogas, educação, políticas públicas, violências entre outros temas e sem prever, ou ao menos conjecturar, que este estudo fosse ser encaminhado a um território/conceito/fenômeno tão ambíguo, complexo. Algo tão próximo de nós professores e que se revela aparentemente comum, “vida” e sua antítese, “morte”. Planejei “exercitar prevenção às drogas” e o caminho que se apresentou/revelou em primazia, foi “refletir sobre mortes” ou sobre “vida que não merece viver” para usar o raciocínio de Agamber (2007, p. 129).

Propus então, reflexões sobre o *Homo Sacer* atual, mais especificamente àqueles engendrados pelos contextos de drogadição que estão inseridos inúmeros jovens empobrecidos. Em milhares de favelas, bairros periféricos, “locais perigosos”, “territórios

arriscados”, “infernins” Brasil a fora é presenciado a separação da *zoé* do *bíos*, aonde vidas matáveis, insacrificáveis, aos milhares, capitulam todos os anos, revelando nossa política voltada para a morte, nossa tanatopolítica (AGAMBER, 2007, p. 148).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível que girinos inteligentes se resignem com a inconveniência de sua posição, ao refletir que, embora a maioria vá viver e morrer como girinos e nada mais, os mais afortunados da espécie um dia perderão seu rabo, distenderão sua boca e estômago, pularão lepidamente para a terra seca e coaxarão discursos para seus ex-amigos sobre as virtudes pelas quais girinos de caráter e capacidade podem ascender à condição de sapos. Essa concepção de sociedade pode ser descrita, talvez, como a Filosofia do Girino, uma vez que o consolo que oferece para os males sociais consiste na declaração que indivíduos excepcionais podem conseguir escapar deles... E que visão da vida humana essa atitude sugere! Como se a oportunidade para ascensão de talentos pudesse ser igualada numa sociedade em que são desiguais as circunstâncias que os cercam desde o nascimento! Como se fosse natural e adequado que a posição da massa da humanidade pudesse ser permanentemente tal que lhe permitisse atingir a civilização escapando dela! Como se o uso mais nobre dos poderes excepcionais fosse brancejar até a praia, sem se deter pelo pensamento nos companheiros que se afogam!

Richard H. Tawney

A comunicação dos resultados de uma pesquisa, a escritura de uma tese, como toda experiência, é o que hoje pôde ser dito, ser contado, ser compartilhado e como qualquer narrativa é sempre uma síntese e toda síntese é caracterizado pela falta, nessa perspectiva, lembrando Larrosa (2014, s/n),

Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo.

As ações descritas e analisadas nesta tese não compreendem a completude do que espero realizar em conjunto com a comunidade escolar que se dispôs participar desta pesquisa. Para fins desse processo de doutoramento, como já frisei anteriormente, tive de realizar alguns recortes e também de adequar as ações às carências de recursos, devido, sobretudo, o não repasse das verbas destinadas à formação como a SEDUC havia se comprometido. Essa pesquisa continuará, mas, tive de realizar esse recorte. Muitas coisas

ainda estão em aberto, em construção e outras ainda continuarão assim “campos abertos”, dada a própria dinamicidade que o tema exige.

A grande denúncia realizada por este trabalho é o extermínio de jovens empobrecidos, principais vítimas fatais da narcoeconomia no Brasil. Dessa forma, propus situar à formação docente como instância articuladora e propositora de ações que possam fomentar a proteção social das juventudes e, sobretudo, chamar os professores e professoras a assumirem o papel de denunciante dos problemas sociais por que passam os as “não cidades” em nossos municípios.

O principal resultado desse trabalho não foi um modelo de prevenção às drogas, nem tampouco tentar situar-se como uma empreitada que deliberadamente põe-se a buscar comprovações de hipóteses, nem ao menos suposições. Pretendi exercitar a escuta e oferecer a fala, pondo (ou tentando por) em primazia o expediente primeiro. Dessa forma, reporto-me a questão do método, a partir de Melucci (2005, p. 318), que ao discorrer sobre a pesquisa qualitativa, registra que “a observação é [...] sempre intervenção porque comporta a capacidade de estabelecer uma diferença, isto é, de indicar os limites e de modificar um campo de ação”. A realidade social é o campo de atuação e território de existência do observador, “os atores sociais de movem, falam, pensam, agem enquanto nós o observamos” (idem), nesse sentido registro aqui o que captei (o que me tocou/ afetou) e foi por mim “traduzido”, com o auxílio de outros olhares, é claro.

Como já foi registrado, alguns percalços marcaram a trajetória de investigação que esta tese apresenta, nesse sentido alguns objetivos e problematizações foram redefinidos. No geral, considero que embora ainda existam dúvidas, incertezas, imprecisões, não me afastei do intuito precípuo sintetizados nos objetivos apresentados no início desse trabalho – atingidos certamente pela escolha metodológica – em suma: realizar reflexões e fomentar diálogos.

Se por lado apresento como equivocada a associação deliberada de uso de drogas com práticas de violências, por outro lado concebo que o narcotráfico e as relações de poder nele imbricados, indubitavelmente traz como marca primordial violências e truculências de vários feitio e circunstância. As juventudes que nesta comunicação de resultados apresento, àquelas seduzidas pela narcoeconomia e em contextos de drogadição não estão, de forma majoritária, capitulando por overdose, mas, pelos intermitentes disparos de arma de fogo, sobretudo em contextos sociais marcados pela negligência do Estado e pela ausência de políticas públicas.

Foi bastante instigante e desafiador debater junto a docentes, discentes e outros sujeitos a situação preocupante das juventudes empobrecidas expostas a sedução da narcoeconomia. Indubitavelmente a relevância de tal expediente revela-se pelo quadro caótico

de extermínio de milhares de jovens todos os anos, fenômeno sem precedentes no Brasil e não presenciado em nenhuma outra região do planeta. Os números de vidas perdidas, matadas, desperdiçadas, no Brasil atual há anos não tem tido variações significativas, apesar de reconhecermos os esforços de inúmeras ações de profissionais da academia, de pessoas da sociedade civil e algumas ações do próprio Estado.

Falar de estratificação social no Brasil não é algo que possa ser considerado simples ou simplificável, do tipo ricos e pobres, classes de A a Z ou outras classificações. Assumo que até mesmo a categorização “classes favorecidas” e “classes desfavorecidas” pode correr o risco do binarismo, da dicotomia, do maniqueísmo, não é essa a noção que essa tese concebe de realidade social, todavia, entendo esta, como um conjunto incomensurável de subjetividades e intersubjetividades ligadas e interligadas a partir de interações sociais e de relações interpessoais situadas espacialmente, socialmente e historicamente, afetadas pela cultura e pelos aspectos econômicos.

O *homo sacer* de Agamber (2007) auxilia na compreensão do fenômeno que neste trabalho é abordado, a epidemia da indiferença em relação ao volume exorbitante de assassinatos no Brasil, e algumas falas convergem no sentido de considerar o fenômeno normal ou necessário, estas vão desde o cidadão comum ao se expressar sobre as mortes nas periferias “enquanto eles tiverem se matando, tá bom demais” até um deputado federal “eu queria que matassem duzentos mil vagabundos” em alusão aos quase sessenta mil homicídios registrados no Brasil anualmente.

A "vida indigna de ser vivida" não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre a qual se baseia o poder soberano.

Muitos jovens seguem suas sociabilidades travando contatos fugazes, apreensivos, vigiados na labuta diária do “trampo pesado” que é o tráfico, seja na situação de usuário, seja na situação de fornecedor ou nas suas situações, não são na maioria das vezes esses sujeitos que se beneficiam dos vultuosos lucros advindo desse comércio, mas neles são depositados a culpa pelo tráfico de drogas como observam Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001, p. 43). Nessa mesma linha de raciocínio, Rocha (2013, p. 562) registra que,

[...] os discursos ideologizados com base no proibicionismo fazem com que os adolescentes trabalhadores do tráfico de drogas ganhem *status* de

traficantes perigosos e recebam o estigma de inimigos sociais, justificando a criminalização da juventude pobre e a efetivação do estado penal [...] a combinação “proibicionismo-criminalização da pobreza” ainda subsidia decisões do Ministério Público, do Poder Judiciário e de equipes técnicas [...].

É importante salientar que que a droga não é uma invenção da modernidade, entretanto a cadeia produtiva e de fornecimento que conhecemos hoje, bem como a rede de crime organizado constitui-se uma realidade recente, como observa Feffermann (2006, p. 34). A referida autora, nessa mesma obra, ainda registra que “o consumo de drogas não pode ser interpretado como tributário exclusivo da patogênese” (p. 34). Nesse sentido reforço que não há uma relação direta entre consumo de drogas e violência, ou seja, não seria razoável afirmar que a maioria das pessoas ao usarem drogas tornam-se violentas, entretanto o contexto de drogadição e suas “tretas”, negociações, disputas, suas formas de aquisição do produto nas “bocas-de-fumo” ou nos mais diversos locais de venda, os quais no Brasil são em desacordo com legislação, portanto, espaços aonde geralmente impera o medo, a desconfiança, a insegurança, isso, aliado a atuação nem sempre em conformidade com a lei dos operadores do direito, e do próprio Estado, são os reais produtores das violências nas suas múltiplas facetas, nessa perspectiva, observemos, que, no cômputo geral, não é de overdose que os jovens em situação de drogadição estão morrendo, mas da bala de armas de fogo. Karam (2012, s/d), nessa direção observa que,

[...] a violência não provém apenas dos enfrentamentos com as forças policiais, da impossibilidade de resolução legal dos conflitos ou do claro estímulo ao mercado das armas. A diferenciação, o estigma, a demonização, a hostilidade, a exclusão, derivados da própria ideia de crime, sempre geram violência, seja da parte de agentes policiais, seja da parte daqueles a quem é atribuído o papel do “criminoso”.

Diante de um tema tão delicado, complexo, ambíguo, marcado por questões ligadas à saúde, e ainda aspectos sociais, culturais, religiosos, jurídicos, históricos, políticos, econômicos além de, no campo das representações, ser caracterizado por tabus, mitos, falácias, moralidade, estigmas, rótulos, preconceitos, considero que os **objetivos** foram alcançados, exercitar diálogos e possibilitar reflexões, no **intuito** maior de colaborar para que docentes possam pensar e implementar práticas educativas no sentido da promoção da vida, aqui, especificamente a partir da denúncia de um cenário de morte. O intuito explicitado não tenho como mensurar, avaliar, nem descrever. O que tenho é a certeza de que assim como não posso reconquistar minha ingenuidade, também não quero me apartar de minhas utopias.

Animam-me as atuações em contextos escolares, nas comunidades, faço isso há muitos anos e a minha entrada para o almejado ofício de professor universitário será uma importante ponte e meios para que essa minha animação continue. Infelizmente o ensino básico, em geral, não tem possibilitado ao docente e aos discentes atuar nos três eixos importantes da educação formal, pesquisa, ensino e extensão, e, anda com salários menos atrativos, muitos profissionais tem migrado para outras áreas e mesmo para o ensino superior. Como professor de licenciaturas, tenho o compromisso de diminuir essas barreiras existentes entre a academia e a comunidade escolar.

O sentido da universidade não é ilhar, mas plasmar, “continentizar”, “con-juntar”, percebo, pois, que a maximização da racionalidade, o cientificismo “pré-potente”, a modernidade que nos prometeu tudo e nos deixou “órfãos” e ainda outros fatores têm contribuído para penumbrar/confundir/descurar esse mister. A ciência não existe pela ciência, mas pela existência do todo, por cada vida viva ou morta ou que virá. A academia não se esgota em si é apenas um rizoma, muitas vezes “desgarrado”, das experiências coletivas dos seres humanos no decorrer da história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5 e 6, p. 25-36, mai.-dez. 1997.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de rua: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*, tradução de Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2ª reimpressão, 2007.
- ALBERTANI, Helena Maria Becker; AZEVEDO Aldo da Costa. Princípios e estratégias de prevenção do uso de drogas nas ações educativas. In: BRASIL. *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.
- AMARAL, A. P. M.; CAMARGO, C. L. de; MURTA, E. F. Educação em Direitos Humanos – Princípios Fundamentais. In: GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antônio H. Aguilera (Orgs.). In: **Direitos Humanos e Cidadania: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981, 279p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BOMFIM, Maria do Carmo Alves do ; CONCEIÇÃO, Luzineide dos Santos: Culturas juvenis, mídias e consumo: mediações em educação. In: *ETD - Educação Temática Digital* 12 (2010), esp., pp. 124-134. **Disponível em** <<http://nbnresolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-190785>> **Acessado em** 12/12/2016
- BOMFIM, Maria do Carmo. Alves do. *Juventudes, Cultura de paz e violências nas Escolas*. Fortaleza: Editora da UFC.2006.
- BORGES, Juliana Santos; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; ALMEIDA, Marília Mendes **Situações de risco e situações de proteção nas redes sociais de adolescentes** . In: BRASIL. *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.
- BRASIL. **Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, Ministério da Educação. 5 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.
- BRASIL. **Integração das competências no desempenho da atividade judiciária com usuário e dependentes de drogas**. Brasília: Senad, 2011.
- BRASIL. *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil/Secretaria-Geral da Presidência da República*. Brasília. 2014.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH; UNICEF; LAV/UERJ. **Índice de Homicídios na Adolescência [IHA]**:

Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012** / organizadores: Doriam Luis Borges de Melo, Ignácio Cano. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014

CACCIA-BAVA, Augusto. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. **Política & Sociedade**. n. 08. Abril de 2006.

CANDAU, Vera Maria F. Formação Continuada de Professores: tendências atuais. In: REALI, Aline M. M. Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Orgs.) *Formação de Professores: tendências atuais*. 1ª reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 17, n.02 p. 145-159, 2011. Disponível em <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/download/1687/1181>> Acessado em 23/06/2016.

CIDADE VERDE PORTAL (23/06/2015). Disponível em <<<http://cidadeverde.com/noticias/195859/rejane-anuncia-aco-es-contra-as-drogas-e-comemora-quitacao-do-ceir>>> Acessado em 29/01/2016).

COIMBRA, Cecília M. B. ; NASCIMENTO Maria Livia do. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** 2006. Disponível em <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%20C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf> Acessado em 21/08/2016.

CONAE – Conferência Nacional de Educação. **Documento-Referência - 2014**. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/doc_base_conae_revisado2_sl.pdf Acessado em 11/04/2014.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

COSTA, Marcondes Brito da. **O cara tem que ser, se num for, já era**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí, 2011.

COUTO, I. A. P.; MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (Orgs). **Infância tutelada e educação: História, Política e Legislação**: Ravel. 1998. p. 20-38.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. & SUCENA, L. F. M. **Nem Soldados nem Inocentes: Juventude e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DALBOSCO, Carla; PEREIRA Ana Luzia Dias. **Proposta pedagógica. Prevenção ao uso de drogas: a escola na rede de cuidados**, 2013. Disponível em <http://abramd.org/wpcontent/uploads/2014/05/2013_SALTO_PARA_O_FUTURO_Prevencao_ao_uso_de_Drogas.pdf> acessado em 23/11/2016.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência**: Gangues, Galeras e o Movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes.** Projeto Regional de Reformas de Política Pública. CEPAL / Gobierno de los Países Bajos. Série Reformas de Política Pública, n.º 14, Santiago de Chile, 1993.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. Redes Sociais. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas. **Prevenção ao uso indevido de drogas:** Curso de capacitação para conselheiros municipais. Brasília: Senad, 2008.

EARP, M. L. S; BAZÍLIO, L. C.; SANTOS, T. S. Políticas Públicas de Atendimento à Infância: uma política da não-política? In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (Orgs). **Infância tutelada e educação:** História, Política e Legislação: Ravel. 1998.

ESTATUTO DA JUVENTUDE. Lei nº 12.852/2013. **Disponível em** <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>> **Acessado em** 03/01/2017.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. Anais do VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Junho de 2008.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA ESTEVES. NÚMERO DE SÉRIE: 254, 2008. Disponível em <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>> Acessado em 21/08/2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **Revista políticas sociais - acompanhamento e análise.** Ago. 2005.

FEFFERMANN, Marisa. Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, Vozes, 2006.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Sistematização de experiências de prevenção à violência contra jovens.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

FLEURY, Sonia. **Por uma sociedade sem excluídos(as).** Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania. p. 76-80, 2007.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: PUC-RJ e Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última década nº33,** Valparaíso, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v18n33/art02.pdf>> Acessado em 22/05/2016.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME,** Ano 13, Nº25, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales,** Niñez y Juventud, 13 (2), 2015. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/773/77340728002.pdf>> Acessado em 22/05/2016.

HARDINGHAUS, Nicolás H. El desarrollo de la narcoeconomía internacional. **Nueva Sociedad,** nº 138. Caracas: Nueva Sociedad. Disponível em www.nuevasociedad.org.ve, 1995.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Práticas de Pesquisas em Educação**: Perspectivas para a construção coletiva de conhecimento. In: ARAUJO, Francisco Antonio Machado; MARQUES, Eliana de Sousa Alencar (ORG.). Educação em pesquisas: reflexões teóricas e relatos de pesquisas educação. Teresina: EDUFPI, 2015.

II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil : estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país : 2005 / E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo : CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010

JARES, X. R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KARAM, Maria Lucia. Não são as drogas que causam violência e criminalidade.

Entrevistador: Fórum da Liberdade. 7 fev. 2012. Disponível em:

<<http://forumdaliberdade.com.br/fl25/blog/2012/nao-sao-as-drogas-que-causam-violencia-e-criminalidade-afirma-maria-lucia-karam/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Leituras SME**. Jan/Fev/Mar/Abr 2002.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte : Autêntica, 2014.

LIBERALI, Fernanda Coelho. **Formação crítica de educadores**: questões fundamentais. Campinas: Pontes, 2010. 93p.

LINS, Mara Regina Soares Wanderley; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. Drogadição na contemporaneidade: Pessoas, famílias e serviços tecendo redes de complexidade. **Psicol. Argum.** 2010 jul./set., 28(62), 261-271.

LUSTOSA FILHO, Carlos. Coronel rebate promotora e diz que PM não tem grupo de extermínio. (25/07/12). **Disponível em**: <http://www.cidadeverde.com/coronel-rebate-promotora-e-diz-que-pm-nao-tem-grupo-de-exterminio-108702>. Acessado em 24/09/2012.

MACEDO, Rosa Maria. **Juventudes, cultura de paz e escola**: transformando possibilidades em realidade. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, UFC, 2012. (194f).

MALHEIROS, Irene de Jesus Andrade; ALVES, Silvio. **Uma proposta pedagógica sobre prevenção ao uso indevido de drogas**, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/923_956.pdf> Acessado em 03/07/2016.

MARRA, M. M., & COSTA, L. F. O Psicodrama como proposta teórico metodológica para a comunidade. *Família e Comunidade*, 1(1), 15-38. 2004b.

MARRA, M. M., & COSTA, L.F. A pesquisa-ação e o Sociodrama: Uma conexão possível? *Revista Brasileira de Psicodrama*, 12 (01), 99-116. 2004a.

MEDEIROS, M. Gessi-Leila; LAURENTINO, M. C. S. C; SOUSA, F. Waldílio da Silva; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. Mediações de conflitos na escola: contextos de cultura de paz. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

MELO, José Wilson Rodrigues de. **Currículo e diversidade cultural: a resignificação dos centros escolares**. Sindicato dos professores do distrito Federal, 2009. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br> Acessado em: 21/06/2014.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes. 2001.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. N. 5. mai/jun/jul/ago; n. 6. set/out/nov/dez. 1997.

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: pesquisa qualitativa e Cultura**. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes. 2005

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Modalidades de tratamento e encaminhamento: módulo 6**. – 7. ed. – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/SENAD. **Modalidades de tratamento e encaminhamento**. 7ª Edição. Brasília, 2014

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília/DF, 2010.

MORENO, J. L. **Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama**. Goiânia: Dimensão, volume 1. 1992.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2003.

MOSE, Viviane. Programa Café Filosófico, TV Cultura (youtube). **Disponível em** www.youtube.com/watch?v=crIzDuxh6Ug. **Acessado em 12/12/2015**.

NERY, Maria da Penh; COSTA, Liana Fortunato; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. **Paidéia** Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a02.pdf> Acessado em 23/04/2016.

OLINDA, Ercília Maria Braga de [ORG.]. **Medidas socioeducativas de internação: Educa?** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

OLIVEIRA, Luciano. Violência brasileira e direitos humanos: a razão iluminista contra a parede. In: BITTAR, Eduardo C. B., TOSI, Giuseppe (orgs.) **Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança**. João Pessoa: ANDHEP, 2007.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. O protagonismo dos grupos potenciais de adolescentes In: BRASIL. Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

PEROVANO Dalton Gean. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós - Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2006.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Wânier Aparecida. **Abordagens pedagógicas de prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes: da prática da opressão à “ prática da liberdade”**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013.

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n115/09.pdf>> Acessado em 23/08/2016.

RODRIGUES, Thiago M. S. **Narcotráfico e repressão estatal no Brasil um panorama do tráfico de drogas brasileiro (s/d)**. Disponível em <<http://www.neip.info/downloads/artigo2.pdf>> Acessado em 24/06/2016.

RODRIGUÉZ, Ricardo Vélez. **Violência, Narcotráfico e terrorismo na América latina**. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/livro_narcotrafico.pdf> Acessado em 03/01/2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução:** para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169 Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a4.pdf> Acessado em 23/12/2013.

SEDUC/PI PORTAL (23/06/2015). Disponível em <<<http://www.seduc.pi.gov.br/Projeto-visa-trabalhar-a-prevencao-as-drogas-e-a-violencia-nas-escolas-estaduais/2954>>> Acessado em 29/01/2016).

SENAD. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas, Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Brasília DF, 2007.

SILVA, Ana Patrícia da. **Corpo, inclusão/exclusão e formação de professores**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. 205f.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **O papel das organizações juvenis na proposição de políticas públicas para as juventudes no Piauí**. ANAIS DO JUBRA. Recife, 2012.

SOARES, Laura Tavares. O que é o ajuste neoliberal. In: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. (sem data). Disponível em <<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>>> Acessado em 04/02/2016.

SOUSA, Francisco Waldílio da Silva. O neo-higienismo e as juventudes exterminadas. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; ADAD, Shara Jana Holanda Costa; NASCIMENTO, Adriana Loiola do. [orgs]. **Educação, diversidades e políticas de inclusão**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SOUSA, Francisco Waldílio da Silva. **Práticas educativas para a prevenção primária ao uso de drogas com crianças e adolescentes do parque Eliane em Teresina-PI**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, 2013.

SOUSA, Francisco Waldílio da Silva; LAURENTINO, Maria da Cruz Soares da Cunha; MEDEIROS, Maria Gessi-Leila; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Caminhos e descaminhos da proteção social para as juventudes no Brasil**. Fortaleza: LAJUS, 2012. Disponível em: <<http://www.lajusufc.org/coloquio/pdf/GT3/Francisco-Waldilio-da-Silva-Sousa.pdf>> Acessado em 12/01/2016.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Revista Lua Nova**. n. 59, 2003.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Editora Universitária/UFPE: Recife, 2009. 238p.

STECANELA, Nilda. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Revista Conjectura**, volume 14, número 1, janeiro/maio 2009. **Acessado em:** <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/cotidiano.pdf> **Disponível em:** 13/07/2014.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; FLEURY, Eliane Maria; SEIDL, Liana Fortunato Costa. Da teoria à prática: construindo um projeto de prevenção. In: BRASIL. Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; GUSSI, Maria Aparecida. Prevenção do uso de drogas: a construção de uma política pública a partir da formação de educadores. In: **Prevenção ao uso de drogas: a escola na rede de cuidados**, 2013. Disponível em <http://abramd.org/wpcontent/uploads/2014/05/2013_SALTO_PARA_O_FUTURO_Prevencao_ao_uso_de_Drogas.pdf> acessado em 23/11/2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNODC (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime). **Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas**, 2013. Disponível em: <www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/09/UNODC_Normas_Internacionais_PREVENCAO_portugues.pdf> acessado em 23/11/2016.

VIEIRA, Vilhena Oscar. **Três teses equivocadas sobre direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/oscarvilhena/3teses.html>> Acessado em: 28/10/2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

ZEPPINI, Paola Sanfelice. Deleuze e o Corpo: articulações conceituais entre Deleuze, Nietzsche e Espinosa em função da problemática do corpo. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO) Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

180GRAUS PORTAL (25/06/2015). Disponível em <<http://180graus.com/politica/projeto-jornada-escolar-combate-drogas-e-violencia-nas-do-piaui>> Acessado em 29/01/2016.

APÊNDICE A – Projeto da Jornada Escolar de Prevenção às Drogas

1- Título
“Jornada de prevenção às drogas e à violência nas escolas da rede estadual de ensino do Piauí”
2- Realização
<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí – Seduc
3- Execução:
<ul style="list-style-type: none"> • Gerência de Inclusão e Diversidade – GID/SEDUC • Núcleo de Pesquisa Educação, Gênero e Diversidades – NEPEGECI/PPGE/UFPI
4- Apresentação
<p>A Jornada de prevenção às drogas e à violência nas escolas da rede estadual de ensino do Piauí será composta por um conjunto de ações que visam a tomada de consciência, sobretudo da juventude em idade escolar, sobre a importância de fortalecer os fatores de prevenção às drogas, bem como minimizar os fatores de risco. A execução ficará a cargo da Gerência de Inclusão e Diversidade – GID/SEDUC e do Núcleo de Pesquisa Educação, Gênero e Diversidades – NEPEGECI/PPGE/UFPI . As atividades acontecerão, <i>a priori</i>, em 10 (dez) escolas do Piauí que fazem parte da rede de ensino público estadual.</p>
5- Justificativa
<p>O fenômeno da drogadição está disseminando-se em todas as camadas sociais e aglomerados populacionais. Este problema afeta o rico e o pobre, as pessoas do campo e da cidade e os males trazidos por ele alastram-se em velocidade e proporções nunca antes vista. Sabemos que um poderio econômico, muito forte e de alta performance vai ditando as regras vis deste “jogo”, trata-se da Narcoeconomia que aproveita-se de deficiências em segmentos importantes de nosso aparato estatal (educação, saúde, segurança pública, justiça etc.). Entendemos que é preciso agir sem trégua e a aposta principal deve ser a Prevenção Primária, pois além ser voltada para o público em geral ela dá ênfase aos grupos populacionais ainda não atingidos (de forma mais grave) pelo problema.</p> <p>A Prevenção Primária às drogas deve ser levada a cabo, sobretudo pelas políticas educacionais, imbricando-se as mesmas como componente indispensável e não como</p>

“complementar”. Nesse sentido faz-se imprescindível a formulação de políticas de Formação de Professores específicas para que os citados profissionais possam estar sendo capacitados a atuar com mais eficiência frente ao fenômeno da drogadição. Não há no aparelho estatal brasileiro em geral e piauiense em particular, nenhuma instituição que “aglomere” tantos jovens que as escolas isso, por si, já apresenta-se como um elemento que auxilia as atividades de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas, visto que se a família, que é núcleo fundamental da sociedade, não é um espaço tão fácil de se intervir, quando o assunto é “relações interpessoais”, a Escola compensa esse “entrave”, essa “dificuldade”. Nela as políticas públicas podem atuar mais “livremente” e de forma mais intensa.

Este projeto tem sua relevância, sobretudo quando pensa a escola como um espaço privilegiado de prevenção às drogas, onde a informação aliada à sensibilização, a tomada de consciência e a busca de alternativas saudáveis de diversão funcionem como ferramenta que não apenas garanta que o jovem não se envolva com drogas, mas que, igualmente, exerça plenamente sua cidadania. A Jornada Escolar de Prevenção às Drogas fomentará o protagonismo juvenil e a expressão da capacidade criadora de nossos jovens, na esteira da máxima que diz que “somos nós que produzimos nosso destino” queremos criar, com as atividades propostas por esse projeto, um ambiente propício para que os jovens estudantes, por ele atingidos, reflitam sobre a importância de se pensar em seus sonhos e de se buscar alcançá-los e mais do que isso, reflitam também sobre a importância de se proteger de situações e pessoas que possam obstaculizar a realização de seus projetos de vida.

6- Objetivos

Geral

- ✓ Desenvolver e estimular práticas educativas com mães e pais de crianças, adolescentes e jovens, baseadas na pluralidade cultural e na multidisciplinaridade com foco na prevenção ao uso de drogas tendo em vista a promoção dos direitos humanos e de cidadania e à valorização da vida, a partir da mobilização de uma rede protetiva, articulada em plano(s) específicos de formação continuada de docentes.

Específicos

- ✓ Propiciar a construção coletiva de conhecimento sobre as seguintes temáticas: Direitos humanos e de Cidadania; Direitos da Criança, Adolescente e do Jovem; Drogadição,

Violência e Cultura de Paz

- ✓ Fomentar nos partícipes, através de experiências estéticas e de sensibilização, a prática da escuta sensível, sobretudo no relacionamento com seus filhos e filhas.
- ✓ Estimular mães e pais a adotarem uma conduta dialógica com seus filhos e filhas a luz de práticas educativas alternativas: técnicas artísticas, práticas desportivas, direito à cidade.
- ✓ Socializar com a comunidade o conhecimento coletivo produzido na pesquisa de modo a democratizar os saberes entre o grupo partícipe da pesquisa e outras pessoas da comunidade propiciando a troca de saberes.
- ✓ Produzir material impresso e em vídeo relatando as ações experienciadas durante a pesquisa realçando a produção do conhecimento coletivo.
- ✓ Contribuir para a reflexão de nossos jovens estudantes a cerca dos problemas causados pelas substâncias psicoativas.
- ✓ Envolver a comunidade escolar no enfrentamento aos fatores de risco ao uso de drogas entre jovens estudantes.
- ✓ Estimular o protagonismo juvenil, com ações que valorizem a capacidade criadora de nossos jovens.

7- Metodologia

Na metodologia deste trabalho estaremos lançando mão de oficinas de construção coletiva de conhecimento, na perspectiva freireana, que indo além do aprendizado individual de saber ler e escrever contribui para que possamos fazer a leitura do mundo – as suas normas, as suas concretudes e os seus afetos, aprendem-se e se ensinam modos próprios, novos, solidários, coletivos, populares, de pensar e de agir diante do mundo.

O PROJETO DIVIDE-SE EM DOIS MOMENTOS:

I) FORMAÇÃO DE FORMADORES

Nessa etapa estaremos formando multiplicadores de ações de prevenção às drogas. Serão realizados dois cursos de formação de multiplicadores, a PRIMEIRA TURMA será composta por pessoas de duas GREs (total de 20 participantes), a SEGUNDA TURMA será composta por pessoas de três GREs (total de 30 participantes), nesse sentido os atores e atrizes sociais de toda a comunidade escolar (professores e demais trabalhadores da educação, pais, lideranças comunitárias, comerciantes, profissionais da saúde etc.) serão convidados a integrar a equipe de multiplicadores de ações de prevenção às drogas em suas respectivas comunidades. O curso terá duração de 40h/aula, divididas nas seguintes áreas/matérias:

- Conhecendo as juventudes
- Educação para a paz
- Relação Escola-família-comunidade
- Hábitos para uma vida saudável
- Direitos humanos e de cidadania
- O fenômeno drogadição
- Planejamento dos projetos de intervenção

Esta formação terá como intuito principal a preparação/capacitação de pessoas para planejarem e executarem ações interventivas nas escolas e na comunidade que sejam contínuas e que levem em consideração as especificidades locais. Buscar-se-á uma atuação junto aos pais e mães (e outros parentes) de crianças, adolescentes e jovens, bem como com professores e professoras dos respectivos sujeitos, visto que se entende ser de fundamental importância à participação da família nas atividades de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas.

II) PROJETO DE INTERVENÇÃO

- Os eventos/atividades de intervenção acontecerão nas dependências de cada escola.
- Professores, outros profissionais da educação e pessoas da comunidade escolar serão convidados a serem colaboradores nesse projeto. O grupo de multiplicadores, de cada escola, com a colaboração e supervisão da Gerência de Inclusão e Diversidade, GID/SEDUC, irá elaborar junto à comunidade escolar suas propostas de intervenção para a prevenção às drogas.
- O Planejamento e execução destas ações compõem a parte prática do curso de multiplicadores para a prevenção às drogas.
- Os educadores/multiplicadores serão facilitadores/ mediadores em bate-papos cuja ideia é deixar o jovem falar o que pensa sobre a questão da droga e a drogadição.
- A escola será orientada a elaborar o planejamento anual com ações de prevenção às drogas nos quatro bimestres (atividades esportivas, culturais, educacionais entre outras).
- Para encerrar a primeira etapa deste projeto serão realizadas 02 (duas) apresentações (em local a ser definido) de uma peça de teatro que aborde o drama de uma família cuja um membro envolveu-se com drogas.

7- Metas				
<ul style="list-style-type: none"> • Formar 50 multiplicadores de ações de prevenção às drogas. • Envolver 10 (dez) escolas da rede estadual de ensino (e suas respectivas comunidades) em um total aproximado de 5.000 (dois mil) pessoas, entre alunos, profissionais da educação e familiares em momento de reflexão sobre a importância da prevenção às drogas • Desenvolver nas referidas escolas atividades de prevenção às drogas no intuito de contribuir para a construção de uma cultura de paz e de adoção de hábitos de vida saudáveis. 				
8- Público Participante				
10 (dez) Escolas da rede estadual de ensino do Piauí. Total aproximado de 5.000 (cinco mil) participantes.				
9- Colaboradores				
Ord	Nome	Instituição/ Função		
--	A planejar	-----		
10- Orçamento				
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES				
02 (dois) cursos				
ORD.	Item	Quant.	V. unitário R\$	V. total R\$
1.	Camisetas	60	15,00	750,00
2.	Hora/aula	80	100,00	8.000,00
3.	Papel madeira	50	1,80	90,00
4.	Conjunto Pincel (hidrocor)	30	10,90	327,00
5.	Resma papel A4	05	14,50	72,50
6.	Fita adesiva	12	3,00	36,00
7.	TNT (tecido)	20m	2,75	55,00
8.	Balões	50 pct (50 uni)	6,24	318,00
9.	Cartilhas	60	10,00	600,00
10.	Pasta personalizada	60	10,00	600,00
11.	Canetas	60	1,50	900,00
12.	Bloco de anotações personalizado	60	5,00	3.000,00
13.	Lápis	60	0,80	48,00
14.	Borracha escolar	60	0,35	21,00

SUBTOTAL				14.817,00
JORNADA ESCOLAR				
10 (dez) escolas				
15.	Camisetas	60	15,00	750,00
16.	Banners	07	180,00	1.260,00
17.	Folders	5.000	0,35	1.750,00
18.	Livretos de cordel	1.000	2,00	2.000,00
19.	Apresentação cultural (Peça de teatro)	02	1.500,00	3.000,00
20.	Placas de acrílico	20	35,00	700,00
21.	Medalhas personalizadas	100	7,50	750,00
22.	Bottom personalizado	300	2,00	600,00
SUBTOTAL				10.810,00
TOTAL				25.627,00
11- Cronograma (1º curso de formação)				
Ord	Período	Escola		GRE
01	FEV/2016	Unidade Escolar Gabriel Ferreira		4ª
02	FEV/2016	Unidade Escolar Joel Ribeiro		4ª

APÊNDICE B – Ficha de Inscrição - Jornada Escolar de Prevenção às drogas

JORNADA ESCOLAR DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS**FICHA DE INSCRIÇÃO**

a) CURSO		
FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM PREVENÇÃO ÀS DROGAS Carga horária: 40h/aula		
LOCAL TERESINA/PI	PERÍODO FEVEREIRO DE 2016	
b) DADOS PESSOAIS		
NOME		
Nº IDENTIDADE	CPF	MATRÍCULA
TEMPO DE DOCÊNCIA		
DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE	
ESCOLA LOTADA	FUNÇÃO	
c) ENDEREÇO DE CONTATO		
		BAIRRO
CIDADE / UF		CEP
TELEFONE P/ CONTATO	CELULAR	
d) JUSTIFICATIVA		
Apresente em poucas palavras os motivos que levaram você se interessar por este curso, quais as expectativas em relação ao mesmo e/ou como você entende a importância/necessidade de uma formação específica para atuar na prevenção às drogas.		

 Assinatura do cursista